

**GUARDIÃS DAS TRADIÇÕES PESQUEIRAS:
ARTE, GÊNERO E MODO DE VIDA EM ARRAIAL DO CABO**

NATÁLIA SOARES RIBEIRO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE – UENF

**CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ
OUTUBRO - 2020**

**GUARDIÃS DAS TRADIÇÕES PESQUEIRAS:
ARTE, GÊNERO E MODO DE VIDA EM ARRAIAL DO CABO**

NATÁLIA SOARES RIBEIRO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro como parte das exigências para obtenção do título de Doutora em Políticas Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Giovane do Nascimento.

CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ
OUTUBRO – 2020

FICHA CATALOGRÁFICA

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pela autora.

R484 Ribeiro, Natalia Soares.

GUARDIÃS DAS TRADIÇÕES PESQUEIRAS : arte, gênero e modo de vida em Arraial do Cabo / Natalia Soares Ribeiro. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2020.

190 f. : il.

Bibliografia: 165 - 173.

Tese (Doutorado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2020.

Orientador: Giovane do Nascimento.

1. Pesca. 2. Arte. 3. Gênero. 4. Cultura . 5. Modos de Vida . I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 361.61

**GUARDIÃS DAS TRADIÇÕES PESQUEIRAS:
ARTE, GÊNERO E MODO DE VIDA EM ARRAIAL DO CABO**

NATÁLIA SOARES RIBEIRO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro como parte das exigências para obtenção do título de Doutora em Políticas Sociais

Aprovada em: ___ de ____ de ____

Comissão Examinadora:

Prof^a. Marília Lopes de Campos (Doutora, Sociologia) - UFRRJ

Prof. Fábio Py Murta de Almeida (Doutor, Teologia) - UENF

Prof. Paulo Rodrigues Gajanigo (Doutor, Ciências Sociais) - UENF

Prof. Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa (Doutor, Educação) - UFRRJ

Prof^a. Renata Maldonado da Silva (Doutora, Educação) – UENF
(coorientadora)

Prof. Giovane do Nascimento (Doutor, Políticas Públicas e Formação Humana) - UENF
(orientador)

AGRADECIMENTOS

À minha família por ser suporte, abraços, conforto, consolo e a melhor de todas as torcidas. Também pelo incentivo aos estudos e por aplaudirem cada etapa;

À minha mãe, primeira e eterna incentivadora. Sempre me disse que o maior legado que podia me deixar é o estudo. Tenho muito orgulho dela;

Ao meu namorado, Caio Cezar, pela parceria em todos os momentos, por me encorajar, estar ao meu lado a cada passo e acreditar em mim;

Ao Giovane, meu orientador, pelos ensinamentos, paciência, entusiasmo e generosidade durante essa empreitada;

Ao Hernan, meu primeiro mestre de pesquisa, obrigada pelas lições;

Aos amigos maravilhosos Diogo, Gabi, Késia e Jonis, vocês acompanharam cada etapa e foram pilares essenciais e gentis;

Aos atores sociais desta pesquisa, principalmente às mulheres, por esperançarem meus caminhos com beleza e potência;

Às minhas amigas de pesquisa que muito me ensinaram e contribuíram para este trabalho Lourença, que mapeou Arraial do Cabo, extremamente proativa e responsável e Clara, a gênica das tecnologias e da organização;

Ao Pescarte pela possibilidade de estar em um campo tão rico e permeado de possibilidades;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, por me mostrarem que existe complementariedade entre as áreas de conhecimento;

Ao IBAMA pela resistência ao fazer com que projetos de licenciamento como este possam acontecer;

Aos membros da banca pelos ensinamentos e oportunidade de aprendizagem. Também a Luceni Hellebrandt e Tatiana Walter que foram fundamentais;

A FIA pelo financiamento da bolsa que permitiu ir a campo e sistematizar esta pesquisa;

À Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) por ser espaço de construção humana permanente.

“A mulher cabista não espera; ela faz acontecer”
Cleusinha

“A função da arte não é a de passar por portas abertas, mas é a de abrir as portas fechadas”. Ernst Fisher

“A escrita é uma coisa, e o saber, outra. A escrita é a fotografia do saber, mas não o saber em si. O Saber é uma luz que existe no homem. A herança de tudo aquilo que nossos ancestrais vieram a conhecer e que se encontra latente em tudo o que nos transmitiram, assim como o baobá já existe em potencial em sua semente”
Tierno Bokar

RESUMO

Esta tese tem como objetivo compreender o papel das mulheres nas expressões culturais da pesca artesanal em Arraial do Cabo (RJ), principalmente no que concerne às ações vinculadas à gastronomia e ao artesanato. Se trata de compreender as estratégias e significações que conferem a essas artes/ações e como elas estão atreladas a defesa do modo de vida da pesca artesanal. Entende-se que a arte é um integrante cultural fundamental de pertença ao grupo, podendo conferir coesão às comunidades pesqueiras. O papel dessas mulheres é central nos grupamentos de pesca e entendê-los pode auxiliar a caracterizar esse modo de vida artesanal. Trata-se de afirmar que a pesca não sobrevive apenas por ser uma atividade econômica, outros elementos participam da sua sustentação e ajudam a moldar estratégias de enfrentamento ao próprio turismo e a pesca industrial. É como guardiãs das tradições, responsáveis pela transmissão de saberes e fazeres que as mulheres vêm redefinindo um papel tipicamente feminino. Trazem visibilidade à pesca por meio da cozinha e é simbólico que só existam duas cooperativas na cidade e elas sejam presididas e tocadas na grande maioria por mulheres. Este desenho se insere em uma pesquisa maior, intitulada “Saberes e Fazeres das comunidades pesqueiras da Região dos Lagos – RJ”¹. A partir de uma investigação qualitativa, a metodologia utilizada, além da revisão bibliográfica sobre o tema, a qual já aponta para uma carência em relação ao enfoque que atrele o modo de vida pesqueiro ao debate de gênero, arte e cultura, se pautou em observações de campo; entrevistas semiestruturadas com os atores sociais; produção de registros audiovisuais que pudessem devolver os resultados da pesquisa ao público estudado e fomentar a discussão da referida temática, subsidiando políticas culturais/sociais de reforço às expressões culturais e as formas de vida da pesca artesanal.

Palavras-chave: Pesca; Arte, Gênero; Cultura, Modos de Vida

¹ Esta linha de pesquisa faz parte do Projeto de Educação Ambiental Pescarte, desenvolvido pela UENF, como parte condicionante do licenciamento ambiental, exigido pelo IBAMA à Petrobras para exploração de petróleo e gás na bacia de Campos dos Goytacazes.

ABSTRACT

This thesis aims to understand the role of women in the cultural expressions of artisanal fishing in Arraial do Cabo (RJ), especially with regard to actions related to gastronomy and handicrafts. It is about understanding the strategies and meanings that give these arts / actions and how they are linked to the defense of the artisanal fishing way of life. It is understood that art is a fundamental cultural member of the group, and can confer cohesion to fishing communities. The role of these women is central to fishing groups and understanding them can help to characterize this artisanal way of life. It is about affirming that fishing does not survive just because it is an economic activity, other elements participate in its support and help to shape coping strategies for tourism itself and industrial fishing. It is as guardians of traditions, responsible for the transmission of knowledge and actions that women have been redefining a typically feminine role. They bring visibility to fishing through the kitchen and it is symbolic that there are only two cooperatives in the city and they are chaired and run by the vast majority of women. This design is part of a larger research, entitled "Knowledge and Practice of fishing communities in the Region of Lagos - RJ". Based on a qualitative investigation, the methodology used, in addition to the bibliographic review on the topic, which already points to a lack in relation to the approach that links the fishing way of life to the gender, art and culture debate, was based on observations field; semi-structured interviews with social actors; production of audiovisual records that could return the results of the research to the public studied and encourage the discussion of the aforementioned theme, subsidizing cultural / social policies to reinforce cultural expressions and the life forms of artisanal fishing.

Keywords: Fishing; Art, Gender; Culture, Ways of Life

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Crianças acompanham a puxada de rede na Praia da Graçainha.....	12
Figura 2 – Rede de utilização dos termos ligados ao modo de vida.....	29
Figura 3 – Canoas na Praia do Pontal.....	39
Figura 4 – Puxada de rede, pesca de canoas na Praia da Graçainha.....	74
Figura 5 – Mapa “Saberes e Fazeres” de Arraial do Cabo e Cabo Frio.....	94
Figura 6 – Organograma de “Saberes e Fazeres” catalogados.....	95
Figura 7 – Cleusinha, da cooperativa Sol, Saga e Arte, na Prainha.....	98
Figura 8 – Pesca de Xareu (1940) na Praia dos Anjos, com as casas atrás..	103
Figura 9 – Renda de bilros sendo confeccionada pelas mãos de Izabel.....	108
Figura 10 – Pique/molde.....	110
Figura 11 – Dona Ilza faz a renda de bilros.....	111
Figura 12 – Biojoia de Cleusinha.....	114
Figura 13 – A invenção de Jacilda.....	116
Figura 14 – Espaguete com almôndegas de peixe e <i>fishburger</i> das Mulheres Nativas.....	130
Figura 15 – Mulheres Nativas da Praia Grande na Festa da Padroeira de Arraial do Cabo.....	131
Figura 16 – Dia de pesca.....	136
Figura 17 – Mulheres buscando água na cacimba da Praia Grande.....	141
Figura 18 – Selminha desossa o peixe, bonito, e prepara a salga.....	150
Figura 19 – O mulato-velho.....	154
Figura 20 – Panela de mariscos quentes.....	155
Figura 21 – Peixe escalado com banana.....	157

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tomada de decisão	61
Quadro 2 – Atores sociais catalogados em expressões culturais de Arraial do Cabo.....	101
Quadro 3 – Lideranças centrais.....	135

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

AB- Arqueação Bruta

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCH- Centro de Ciências do Homem

CEEIBH – Comitê Especial de Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas

CGPEG – Coordenação Geral de Petróleo e Gás

CONAMA- Conselho Nacional do Meio Ambiente

DILIC – Diretoria de Licenciamento Ambiental

FOCO- Fortalecimento da Organização Comunitária

IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBio- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

NEA-BC- Núcleo de Educação da Bacia de Campos

NIAM- Núcleo Integrado de Atendimento à Mulher

NT- Nota Técnica

PEA- Programa de Educação Ambiental ou Projeto de Educação Ambiental

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar

PNMA – Política Nacional do Meio Ambiente

QUIPEA- Quilombos no Projeto de Educação Ambiental

REMA - Rede de Estudos para o Meio Ambiente

SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente

UESI / UENF – Unidade Experimental de Som e Imagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
Metodologia	7
Organização da Tese	10
1 ARTE, IMAGINÁRIO E MODOS DE VIDA	12
1.1 A imaginação como instituinte do social-histórico: o debate cultural	13
1.2 A arte como manutenção da vida.....	20
1.2.1 O artesanato e o lugar das mulheres	23
1.3 Modos de vida: o conceito em debate e reflexão.....	27
1.4 Por uma ciência do cotidiano, das práticas e dos gestos.....	36
2 A PESCA ARTESANAL COMO MODO DE VIDA TRADICIONAL E IDENTIDADE	39
2.1 A pesca artesanal.....	40
2.2 Modos de vida e expressões culturais pesqueiras.....	46
2.3 Gênero e “mulheres da pesca”	51
2.3.1 Trabalho feminino e invisibilização.....	53
2.3.2 Sobre mulheres, comidas e cozinhar	65
3 O LÓCUS DA PESQUISA: LICENCIAMENTO AMBIENTAL, PESCARTE E SABERES E FAZERES	74
3.1 O Pescarte: mitigação por meio da organização comunitária	80
3.1.1 Pescarte pela perspectiva das mulheres: o Terceiro Regional.....	86
3.2 A linha de pesquisa: saberes e fazeres tradicionais das comunidades pesqueiras litorâneas da Região dos Lagos a partir do Projeto Pescarte	92
4 GUARDIÃS DAS TRADIÇÕES DA PESCA ARTESANAL EM ARRAIAL DO CABO	98
4.1 Tradições e imaginários	103
4.1.1 Ressignificação das tradições.....	113
4.2 “Progresso”: os atuais desafios na pesca artesanal.....	117
4.3 Trabalho na cooperativa	123
4.4 Divisão sexual e desigualdades de gênero	136
4.4.1 Identidade na pesca.....	147
4.5 A arte de cozinhar, nutrir e transformar	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	159
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	165
APÊNDICE.....	174

INTRODUÇÃO

Pensar nas trajetórias...

Pensar na minha própria trajetória não é tarefa fácil: escrever uma tese, sentir-me pequena diante da imensidão dos atores sociais e suas histórias, sentir-me incapaz de dar conta da complexidade, mas entender a responsabilidade em como contar e que recorte fazer para agradecê-los pelos ensinamentos.

Sempre me senti no meio do caminho — ou melhor, entre caminhos —, mas não entrecortada. Deixei-me impactar e não perdi pedaços. Ganhei! Serei a assistente social que vai pesquisar e estudar cultura artesanal/popular da pesca pelo viés da arte, da vida, do gênero e que não abandona — nem quer abandonar — tudo aquilo que foi sua base formativa: as análises socioeconômicas que impactam a vida desses atores e que, hoje, os coloca em resistência para defender seu modo de vida.

A assistente social que se tornou professora de Filosofia para o ensino médio em escola estadual, que passou por leituras nas Ciências Sociais com seu primeiro orientador e incentivador de pesquisa, o professor Hernan Mamani, e agora orientanda de um filósofo que aponta caminhos, pensando na própria desconstrução da Filosofia como disciplina abstrata e distanciada da realidade social. Participei de um programa de pós-graduação interdisciplinar em que as muitas áreas conversam — e que bom que conversam!

Digo que estar entre caminhos é um lugar. Sinto-me confortável aqui. Por vezes, senti-me num limbo em que fortalecer uma dessas vias era negar a outra. Não é. A realidade dinâmica e complexa comporta essas múltiplas dimensões e encontros. Esta pesquisa representa isso: o encontro dessas vias, as vias possíveis. Parto das formas de resistência e gênero para compreender modos de vida da pesca artesanal. O entendimento de quem são, assim como suas práticas, pode favorecer políticas sociais e culturais mais efetivas porque se propõem a aprender com eles sobre outros valores não mercantilistas e que garantem sustentação à vida.

Esta também é a minha história porque descobri, com este trabalho, o quanto reproduzo as ações da minha avó, ressignificando a saudade, dando lugar à sua permanência por meio dos gestos, das formas, dos cheiros, dos sabores.

Do ponto de vista do estudo e interesse em trabalhar o gênero como categoria privilegiada de análise, é preciso retomar um pouco da minha trajetória profissional e constitutiva enquanto pesquisadora. É verdadeiro que, como profissional, formada em Serviço Social, seria muito mais confortável trabalhar com a regulação, a formulação política e suas repercussões na vida dos atores sociais, haja vista as discussões da referida graduação terem estimulado e propiciado debates formativos nesse sentido. Porém, descobri que o que também me encanta são as invenções e a criatividade contínua das pessoas que, mesmo diante dos contextos mais adversos, encontram formas de resistência e existência. Foi isso o que me despertou o interesse de estudo também na pesca artesanal, principalmente com as ações relacionadas à arte e à inserção das mulheres. A riqueza e as possibilidades aqui são imensas!

Voltemos ao gênero. Fui estagiária do antigo Núcleo Integral de Atendimento à Mulher (NIAM), para vítimas de violência doméstica, nos anos de 2009 e 2010. Foram as experiências desse lugar que me possibilitaram compreender essa categoria de análise que, sendo relacional, pode pôr luz sobre as relações assimétricas de poder entre homens e mulheres na sociedade. Essas relações não são apenas capazes de influenciar como definir os lugares de ambos na organização social. Por isso, hoje não é mais possível ter o olhar de pesquisadora sem pautar tais questões. Apesar das diferenciações e da pouca visibilidade que os fazeres femininos adquirem publicamente, o campo de ações, articulações, saberes é essencial, múltiplo e diverso para a manutenção da própria sociedade. Entender o papel das mulheres na resistência do modo de vida da pesca artesanal em Arraial do Cabo, bem como suas estratégias e significações, é o desenho deste trabalho.

Arraial do Cabo é um município tipicamente organizado a partir da pesca. A cidade era um pequeno vilarejo/povoado (arraial) de pescadores que teve sua vida modificada a partir da instalação da Companhia Nacional de Álcalis em 1943 por Getúlio Vargas (definitivamente operando em 1960), durante o Estado Novo para impulsionar a indústria brasileira. Posteriormente privatizada em 1992, produzia barrilha e sal, tendo suas atividades encerradas em 2006.

Arraial do Cabo se emancipou de Cabo Frio em 1985 e, atualmente, de acordo com o censo de 2010, possui aproximadamente 29 mil habitantes. De um lado, o turismo desponta como alternativa lucrativa; de outro, temos a insistência da preservação do modo de vida artesanal da pesca, ameaçado por essas primeiras atividades. Recebeu a nomeação de “capital do mergulho”² por suas águas cristalinas e boas condições para a prática dessa atividade, fato que tem gerado insatisfação por parte dos pescadores, pois estes têm, nos seus saberes tradicionais, uma forma de resistência à mercantilização do espaço marinho.

Toda a construção histórica e social do município girou em torno da vila de pescadores, de seu modo de vida. Assim, a cidade é repleta do universo simbólico advindo da pesca (MARENDINO; CARVALHO, 2013). O mar representa mais do que uma atividade produtiva que garante sustento, mas está implícito nas relações sociais.

Para além das águas e dos circuitos do trabalho, outras atividades são igualmente importantes e se constroem como estruturantes desse universo como, por exemplo, o trabalho das mulheres que acontece, também, em terra: o artesanato, as festas, os pratos típicos da pesca, as sonoridades. Esses são elementos que podem conferir identidade, coesão e sensação de pertença para a comunidade pesqueira.

Assim, esta pesquisa se ocupa em pensar na arte como integrante do sistema cultural da pesca, tendo, nesses elementos, os pontos de observação e uma análise mais detalhada. Falar da preservação do modo de vida pesqueiro supõe um conhecimento que ultrapassa o entendimento das atividades produtivas. Em outras palavras, lembrar o “mar” não pode nos fazer esquecer da “terra”. Nela, as atividades empreendidas por mulheres são de extrema relevância para a perpetuação de uma das profissões mais antigas do mundo: a pesca.

O trabalho da mulher sempre foi considerado de menor importância e a pesca é vista como algo do universo masculino. Ademais, os textos que abordam a pesca artesanal auxiliam na descrição do funcionamento desse modo de vida pela ótica economicista, abordando as atividades produtivas e, também, a reprodutiva, desempenhada, principalmente pelas mulheres.

² Lei n° 6754 de 15 de abril de 2014 que titula Arraial do Cabo como a Capital do mergulho no Estado do Rio de Janeiro.

Souza, Ribeiro e Martinez (2019), ao fazermos o levantamento dos estudos dos últimos onze anos (entre 2007 e 2017) sobre mulheres na pesca em teses e dissertações, percebemos que a quantidade aumentou em comparação ao final da década de 1960 e 1970, quando o conceito de gênero adentrou as academias (WOORTMANN, 1992) e foi realizado um grande esforço nas Ciências Humanas sobre estudos da pesca. No entanto, representam um número muito inferior àqueles que abordam apenas os homens. Foram encontrados apenas 45 trabalhos com as buscas empregadas no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) — nove teses e 26 dissertações — e o Google Acadêmico — dez dissertações. No primeiro banco, foram empregadas as seguintes categorias para busca: “pescadora”, “pescadoras”, “mulher na pesca”, “mulheres na pesca”; no segundo: “mulher na pesca”, “mulher” e “atividade pesqueira”.

A maior parte dos trabalhos se destinam a compreender as “Relações de trabalho e organização social da pesca — “Reconhecimento/Invisibilidade/Identidade” —, com um total de 16 trabalhos analisados. A categoria “Saberes Tradicionais/Técnicas de Pesca/Preservação e Mitologia” tem um total de dez trabalhos; a de “Políticas Públicas/Direitos Sociais/Participação e representação”, onze; “Gênero e Violência” na pesca, apenas um; “Pesca/Adoecimento e Riscos Ocupacionais”, dois trabalhos; “Conflitos e Problemas Socioambientais”, dois trabalhos; e “Perfil Socioeconômico,” um trabalho.

Esses trabalhos são de fundamental importância para compreender como se dá a perpetuação da cadeia produtiva da pesca. No entanto, a análise que se apresenta difere desses textos, apresentando uma originalidade relativa ao interesse de abordar o fenômeno das expressões culturais da pesca pela ótica da arte, entendendo esta como significante da vida, da identidade de um grupo. Assim, privilegia valores, signos, símbolos, imaginário, representações como elementos de análise por meio das sonoridades, da gastronomia e do artesanato.

Dentro desse contexto, as mulheres parecem deter um papel-chave, aparecendo como transmissoras de um saber informal e lutam pela preservação da cultura pesqueira, desenvolvendo o papel de “guardiãs das tradições”. Isso não é algo extraordinário. Pelo contrário, questões semelhantes aparecem em trabalhos como Maroun (2013), que trabalha com mulheres em comunidades quilombolas na

educação informal e na preservação dos saberes tradicionais comunitários. Em Siri Gerrard (2000), as mulheres ressignificam papéis de gênero a partir da crise do Bacalhau na Noruega. Em Stopilha (2015) e Palheta (2013), o trabalho “invisível” das mulheres na história oral é de suma relevância para a transmissão dos saberes para outros membros familiares com o potencial de expandir para outros grupos, tendo um papel de preponderância sobre os homens na criação de redes de sociabilidade, incremento do capital social para a comunidade, que auxiliam na criação de tecnologias sociais. Suas histórias, estratégias de ação para a reprodução da comunidade em que vivem, simbólica e materialmente da pesca, são de suma importância dentro desse escopo.

Assim, pretendemos empreender uma análise de gênero que, como categoria relacional, permite a observação das complementariedades, organizações e funções desempenhadas para que a atividade milenar da pesca sobreviva. Pouco se fala do papel complexo relacionado às mulheres e pouco se estuda sobre “as redes e teias” — estratégias de ação — que elas constroem para além dos papéis tradicionalmente atribuídos.

Realizar uma análise sobre a cultura da pesca artesanal e contemplar o gênero como categoria pressupõe valorizar os saberes tradicionais das comunidades do município estudado, bem como conhecer as referências culturais que os pescadores atribuem ao seu contexto. Suas práticas, vivências e estratégias para garantir a coesão do modo de vida artesanal e as formas que empreendem de reforço ao sentimento de pertencimento podem auxiliar na compreensão de como se organizam para solucionar conflitos e se colocam na cena pública municipal, resistindo às inúmeras investidas da pesca industrial e da ausência de atenção das políticas. O estudo sobre esses aspectos e o conhecimento de suas práticas culturais e tradicionais podem fomentar políticas culturais/sociais para a categoria da pesca que reconheçam o rico patrimônio dessas comunidades.

Assim, busco responder: 1. Quais e como se dão as práticas desenvolvidas por mulheres nas expressões culturais ligadas à gastronomia e artesanato e em que medida contribuem para solidificar e caracterizar o modo de vida pesqueiro em Arraial do Cabo? 2. Quais os entraves e limites para a preservação das tradições vinculadas à pesca artesanal no município estudado? 3. Quais são as estratégias e possibilidades de ação tomadas pelos atores sociais na defesa do seu modo de vida? Como essas estratégias repercutem as questões de gênero?

Os objetivos se destinam a compreender como se dão os papéis femininos e as estratégias de mulheres envolvidas nas artes gastronômicas/artesanais da pesca em Arraial do Cabo, bem como se estas auxiliam na resistência do modo de vida tradicional da pesca artesanal; analisar as significações que a arte adquire por meio das estratégias tomadas pelos atores sociais, mais especificamente a gastronomia e artesanato; auxiliar no mapeamento das comunidades pesqueiras nas quais se desenvolvem as expressões culturais tradicionais, identificando os tipos de expressões existentes em Arraial do Cabo e nos quais as mulheres estão primordialmente envolvidas; identificar os entraves e limites à preservação do modo de vida tradicional pesqueiro; compreender se os limites e entraves ressignificam tais práticas culturais; além de estudar e analisar as estratégias de ação que envolvem a preservação do modo de vida tradicional pesqueiro, dando ênfase ao gênero como categoria privilegiada de análise.

As mulheres nas atividades vinculadas à pesca desenvolvem um papel complexo e ambíguo. Costumam aparecer, assim como os idosos, num lugar de transmissoras das tradições e de um saber-fazer, vinculado à gastronomia e artesanato. Tal papel ora estabelece a figura dessa mulher em um espaço público privilegiado de poder ora reitera seu papel de cuidadora e educadora informal. No entanto, as mulheres “costuram e tecem teias”, ou seja, são redes de articulação e conhecimento, nas quais elaboram estratégias que as permitem transitar nesse universo, no qual a presença masculina é bastante acentuada, alterando e dando significado ao seu papel.

As artes, vinculadas à pesca artesanal, têm um papel preponderante na preservação do modo de vida pesqueiro e na caracterização da identidade desse grupo. Como “quebra do cotidiano” e para além das significações dos instrumentos de trabalho, a arte permite elaborar ações de fortalecimento e sentimento de pertencimento, garantindo valor simbólico às construções das comunidades pesqueiras. Os valores éticos e estéticos, as visões de mundo e as formas de se posicionar e se colocar no mundo que os atores conferem as suas práticas aparecem como formas de resistência e preservação do modo de vida.

Metodologia

Com o objetivo de analisar a participação feminina, suas estratégias de ação e seus papéis nas atividades culturais vinculadas à pesca artesanal, bem como compreender como essas expressões culturais são representadas e os sentidos atribuídos pelos atores sociais na cidade de Arraial do Cabo, a pesquisa foi subdividida em cinco etapas, sendo utilizados procedimentos metodológicos qualitativos.

A primeira etapa consistiu no aprofundamento da revisão bibliográfica. Foram realizados estudos e leituras acerca das expressões culturais pesqueiras, bem como de Políticas Culturais, Identidade e Arte que pudessem fortalecer o quadro teórico e dar subsídio à investigação e participação na realidade social.

Posteriormente, a pesquisa auxiliou no mapeamento dos tipos de expressões encontradas em Arraial do Cabo, identificando as localidades de pesca onde a atividade é praticada. Como base, foi utilizada a metodologia inspirada nos inventários participativos para identificar e catalogar as referências culturais da pesca do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A pesquisa utilizou essa metodologia para dar suporte aos conhecimentos tradicionais da pesca, relacionados às sonoridades, ao artesanato e à gastronomia.

As demais referências levantadas pelos pescadores e pescadoras, relativas à arte da pesca, passaram a compor um mapa das referências culturais. O documento que respalda essa atuação chama-se *Manual de Aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais* (INRC/2000). É um instrumento que, por meio da participação direta dos atores sociais envolvidos na pesquisa, permite catalogar e identificar suas percepções e valorações acerca de seus patrimônios culturais. Também foram aplicadas algumas fichas com base no modelo fornecido por esse instrumento, como as fichas de formas de expressão, identificação e território. As fichas contêm uma orientação para a aproximação dessas comunidades e funciona como um roteiro de entrevista semiestruturado para a identificação e o entendimento desses patrimônios. A partir disso, foram iniciadas as imersões no campo, dando início às observações participantes, conforme propõem Bauer e Gaskell (2010).

O INRC incorpora o debate social e espelha, de forma mais democrática, as discussões acerca dos bens culturais que o IPHAN pode resguardar a partir do olhar

do grupo social, principalmente após a Constituição de 1988. É a busca de incorporar as referências culturais como fomentadoras de Políticas de Patrimônio. O recente debate alerta para o valor também simbólico do patrimônio cultural, e não apenas o valor material, como construções históricas, ao mesmo tempo em que delega, aos atores sociais inseridos nos contextos, o poder de caracterizar e definir seus bens culturais, ou seja, inaugura uma nova forma de defesa do patrimônio e alarga essa definição.

A terceira etapa consistiu em realizar as observações das expressões culturais pesqueiras, seus símbolos e os significados que adquirem para os atores sociais participantes, principalmente, para as mulheres. Essa etapa contou, também, com a aplicação das fichas citadas acima. Foram realizadas sucessivas aproximações às localidades onde se desenvolvem tais expressões culturais e de seus atores para consolidar o elo de confiança que permite a realização das devidas análises da realidade. Isso pressupõe uma descrição densa (GEERTZ, 1997) dos modos de vida e contextos onde esses se inserem. Dessa forma, o diário de campo permitiu a construção dos relatórios mensais para o Pescarte, que contou com as observações constantes. O Pescarte é um projeto de mitigação ambiental que, por meio da educação crítica, busca fortalecer a organização comunitária das comunidades de pesca artesanal. Essas observações se deram durante reuniões do grupo gestor, encontros do Pescarte, e oficinas *in loco* nas comunidades.

A quarta etapa foi realizada junto às observações dos contextos onde se inserem essas expressões e de suas simbologias, consistindo em entrevistas com seus participantes. Agora, nos resta definir quantas e quais entrevistas irão compor o escopo da tese: a seleção será realizada a partir daquelas que citam o trabalho das mulheres e/ou as distinções nas relações homem/mulher. Buscando compreender os modos de vida, os sentidos atribuídos às expressões, a questão identitária, entre outras, de quem pratica tais atividades, possibilita uma descrição detalhada que traz elementos significativos para as análises desta pesquisa. Nesse sentido, foram realizadas de forma semiestruturada, contendo, portanto, um roteiro, de modo que se pudesse garantir uma direção na abordagem e estivesse vinculada aos objetivos da pesquisa. Por vezes, as entrevistas ocorreram de forma livre. Pedimos que as entrevistadas/os entrevistados relatassem um pouco de sua história com a pesca e com a arte. Também foram realizadas entrevistas com mulheres cooperativadas, buscando compreender seu papel por meio dessas

associações e se sua participação enquanto cooperativada lhes conferiria um caráter político, ressignificando suas estratégias de ação.

“A finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão” (BAUER e GASKELL, 2010, p. 68). Os entrevistados foram selecionados por meio de técnica não probabilística conhecida como autogerada ou “bola de neve”, na qual os próprios participantes das expressões indicaram possíveis entrevistados.

A quinta etapa, relacionada à sistematização e análise dos dados, encontra-se em fase de desenvolvimento. Irá analisar e interpretar, sistematicamente, as informações qualitativas coletadas por meio da pesquisa, de forma a organizar o material colhido. As informações serão agrupadas com base na similaridade de respostas, fato que pressupõe a criação de categorias e eixos que permitam esse agrupamento. Podem ser formulados tendo, por base, os valores e o sentido atribuído pelos atores sociais. Tal categorização pode ser disposta em tabelas que facilitem a visualização e uma análise posterior. A organização permitirá a “análise de conteúdo” das traduções/registros das entrevistas.

A análise de conteúdo é um exercício de redução de dados onde o texto é codificado em determinadas categorias. A transformação do texto original em categorias quantificadas é feita através de um referencial de codificação que abrange todo aspecto importante do material de pesquisa. O desafio é reduzir uma grande quantidade de material em unidades significativas de análise, sem perder a essência (o conteúdo, intenção) do material escrito original (BAUER e GASKELL, 2010, p. 237).

Cumprе ressaltar que as devidas autorizações de uso de imagem foram gravadas para evitar o constrangimento dos atores que não sabem escrever. Assim, esta etapa consistiu em gravar/filmar/fotografar/documentar todas as entrevistas e todos os eventos de expressões culturais, com o objetivo de produzir material audiovisual, como registros que geraram quatro documentários que remontam a história de dada comunidade e podem ser, ao término da pesquisa, devolvidos a essa, bem como entregues aos órgãos culturais e escolas do município como forma de fomentar novas políticas culturais para essa população. Além disso, a própria comunidade poderá fazer uso desse material para que os resultados da pesquisa se atrelem às necessidades e aos significados estipulados por ela. Por isso, ao

término das entrevistas, foram realizadas as entregas do material bruto, sem edição, para os atores sociais. Esse expediente foi decidido pela equipe, visando a possibilidade de a comunidade produzir, de forma autônoma, o seu olhar sobre o conteúdo do material, permitindo uma maior visibilidade e vocalização de suas expressões.

Para que o material audiovisual seja produzido e se transforme em DVDs, CDs, textos didáticos e fotografias, foi criada uma parceria junto à Unidade Experimental de Som e Imagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UESI/UENF).

Dessa forma, por meio da reflexão aprofundada, da descrição densa, das interpretações dos sentidos acerca da temática das expressões culturais pesqueiras em Arraial do Cabo, bem como da utilização de uma metodologia qualitativa, almejamos atender aos objetivos formulados no projeto e responder satisfatoriamente às questões elaboradas pela pesquisa.

Organização da Tese

O primeiro capítulo se propõe a realizar a fundamentação conceitual da tese, que constitui a estrutura que permite a discussão da cultura, arte, imaginários e modos de vida e o subsídio das análises do quarto capítulo. Aqui, se encontram a ambiguidade e as questões em abordar o conceito de modos de vida por uma análise que, ao privilegiar as práticas e gestos, ou seja, o cotidiano dos atores sociais, não os separe da construção da História. Por isso, tentaremos articular os conceitos de modos de vida, buscando articulá-lo aos de Castoriadis (2002) de “magma sociais” e “imaginários sociais”. Essas discussões visam aprofundar o modo como enxergamos a cultura e a arte.

O segundo capítulo aborda a temática da pesca artesanal: o que é e quais são seus elementos-chave. Aprofunda a revisão de literatura que dá substância à compreensão da cadeia da pesca artesanal sob a ótica dos modos ou formas de existência/vida de pescadores, pescadoras ou mulheres da pesca, ou seja, como se manifestam no mundo, as simbologias para as quais atribuem valor, o papel da gastronomia, das cantigas e do artesanato para a comunidade de pesca. Por outro lado, o capítulo também insere a discussão sobre gênero e pesca, buscando compreender quem são essas mulheres que atuam na cadeia da pesca, a

invisibilização de seus trabalhos e a organização social e sexual dessa cadeia. Como o trabalho das mulheres vinculadas à arte se encontra, majoritariamente, na gastronomia, espaço reservado historicamente a elas, nos concentramos em abordar, no último item do capítulo, a relação entre hábitos, gênero e práticas, bem como a façanha e inventividade das artes culinárias.

O terceiro capítulo trata de localizar a tese na área de concentração do programa nas políticas sociais, fazendo uma discussão sobre a questão da regulamentação x participação, alegando o interesse em pesquisar este último item. Além disso, estabelecem-se os marcos importantes de construção da Política Nacional do Meio Ambiente, que trouxe o Licenciamento Ambiental como instrumento, possibilitando a definição e elaboração dos projetos de educação ambiental para mitigar impactos ambientais. Assim, sumariamente, abordou os objetivos do Pescarte, ressaltando uma de suas linhas de pesquisa, onde se situa esta tese. Assim, abordo um pouco da minha inserção enquanto pesquisadora na tese *Saberes e Fazeres das comunidades pesqueiras* e como esta pesquisa e minha participação no Pescarte auxiliaram no aprofundamento do desenho desta tese.

E por último, o quarto capítulo traz as experiências do campo, o conteúdo das entrevistas, as observações em reuniões e campo, bem como o trabalho com as imagens que possam sustentar as descrições empreendidas para a análise. O capítulo trata sobre a defesa das tradições e do modo de vida pelos atores sociais da pesca envolvidos com as expressões artísticas, especificamente as mulheres. Assim, aborda o trabalho das mulheres relacionado à gastronomia, ao artesanato, às desigualdades e a seus enfrentamentos relativos ao gênero, à cooperativa enquanto estratégia organizativa que permite a abertura de espaços. Buscaremos discutir como seus trabalhos permitem pressupor a subversão da lógica do gênero — desigualdades de poder entre homens e mulheres —, em que medida isso acontece, se e como o fazem e quais são suas percepções e representações.

1 ARTE, IMAGINÁRIO E MODOS DE VIDA

Figura 1 – Crianças acompanham a puxada de rede na Praia da Graçainha



Fonte: Arquivo de pesquisa (2017).

Este capítulo pretende fundamentar a discussão da arte como elemento de coesão comunitária, além de compreender e discutir o conceito de cultura, os inúmeros rebatimentos com “Modos de Vida” e os imaginários sócio-históricos.

1.1 A imaginação como instituinte do social-histórico: o debate cultural

Para compreender as expressões culturais vinculadas às mulheres da pesca que se relacionam ao artesanato e, principalmente, à gastronomia, torna-se relevante tratar, brevemente, do tema cultura e arte.

O termo “cultura” começa a ser mais difundido no século XVIII na França até se espalhar para o ocidente. A princípio, esteve vinculado a áreas do conhecimento e era utilizado como complemento em, por exemplo, “cultura das artes”, “cultura das ciências”. Servia muito mais para designar um campo ou âmbito específico do que ter uma definição ou conceituação própria. Também era utilizado para designar cultivo ou agricultura (THOMPSON, 2009). Depois, difundiu-se, no senso comum, a utilização de cultura como um suposto saber ou uma educação, como se passasse a definir um estado de aquisição simbólica e material de algo. Já no século XIX, foi utilizado como sinônimo de civilização em oposição à barbárie.

O conceito de cultura se alarga, atrelado ao desenvolvimento da disciplina de Antropologia, devido aos estudos comparativos entre sociedades distintas. Além dessa disciplina, diversas áreas do conhecimento passam a trabalhar com o conceito de diversas perspectivas: concepções descritivas mais universalistas, em que pese esse conceito como expressão da totalidade da vida social; mais particularistas, em que o sistema de referências culturais devem ser relativizados, pois são distintos para populações distintas; ou funcionalistas — fenômenos culturais analisados segundo a satisfação das necessidades humanas —; simbólicas, que enxergam normas, valores, processo de simbolização — de atribuir significado aos símbolos — e linguagem articulada, que permite o desenvolvimento humano, não havendo cultura sem homem e homem sem cultura, ao passo que nenhuma cultura é homogênea.

Geertz (2008) está no centro da discussão simbólica de cultura, alertando que é possível realizar aproximações dos significados dos atores sociais por meio

da semiótica. Uma possível outra abordagem é a estruturalista de cultura, da qual Thompson (2009) faz parte e acredita que os fenômenos e caracteres simbólicos se inserem em contextos estruturais mais amplos, abordando relações de poder que interferem no cotidiano (GODOY; SANTOS, 2014).

Falar sobre cultura nas Ciências Sociais não é tarefa fácil, principalmente em como elencar metodologias ou recortes que façam sentido ao estudo das culturas. Culturas ou cultura? O social não é também cultural? Mas se assim o for, cultura diz respeito a tudo e a nada ao mesmo tempo. Então, como estudá-la?

Sobre esse levantamento, Marcarian (1980) defende que esse conceito deve ter uma função social, ou seja, deve-se entendê-lo por meio de um sistema próprio que possa compreender as bases do agir das pessoas.

Em nosso entender, o conceito de «cultura» é chamado a refletir a vida social das pessoas do ponto de vista do modo de vida específico que lhes é próprio, e que abarca aquele sistema particular de meios e de mecanismos graças ao qual os indivíduos humanos solucionam os diversos problemas que se lhes deparam no decurso da sua existência pela cooperação. Destes meios e mecanismos fazem parte os instrumentos de trabalho, a consciência, (na sua forma individual e supra-individual) e, conseqüentemente, os diferentes sistemas de sinais, pelos quais a consciência se objetiva na moral, no direito, na ideologia, na ciência, na filosofia, na religião e na ampla rede de instituições sociais, no caráter, nos costumes, na habitação, no vestuário, no transporte, etc. Estes, assim como todos os muitos outros elementos da vida social, surgiram ao solucionar os diferentes problemas com que as pessoas deparam no processo da sua atividade vital, e têm um fim determinado (MARCARIAN, 1980, p. 104).

Apesar de compreender que contextos estruturais mais amplos interferem nos processos mais corriqueiros da vida, como afirma Thompson (2009), defende-se, aqui, o conceito de cultura afirmado por Geertz (2008), na medida em que, a partir da sua conceituação, é possível compreender o potencial criativo e inventivo dos atores sociais como determinante para a interferência na superestrutura. Tal significado diz respeito a uma teia de significados que o próprio homem teceu em sua relação com os outros e que devem ser analisados em busca da compreensão de seus sentidos, os quais a linguagem falada não tem capacidade de representar em toda a sua complexidade. Esses significados são relativos a valores, normas sociais, aspectos morais, crenças, comportamento, entre outros. Dessa forma, toda a arte faz parte de um sistema maior de simbologias que é a cultura. O sentido

poderá ser interpretado se formos capazes de compreender a ponte entre o que se produziu e a cultura, sistema de referenciais.

A capacidade de uma pintura de fazer sentido (ou de poemas, melodias, edifícios, vasos, peças teatrais, ou estátuas), que varia de um povo para outro, bem assim como de um indivíduo para o outro, é, como todas as outras capacidades plenamente humanas, um produto da experiência coletiva que vai bem mais além dessa própria experiência. O mesmo se aplica à capacidade ainda mais rara de criar essa sensibilidade onde não existia. A participação no sistema particular que chamamos de arte só se torna possível através da participação no sistema geral de formas simbólicas que chamamos de cultura, pois o primeiro sistema nada mais é que um setor do segundo. Uma teoria da arte, portanto é, ao mesmo tempo, uma teoria da cultura e não um empreendimento autônomo. E, sobretudo se nos referimos a uma teoria semiótica da arte, esta deverá descobrir a existência desses sinais na própria sociedade, e não em um mundo fictício de dualidades, transformações, paralelos e equivalência (GEERTZ, 1997, p. 165).

O autor permite inferir que, ao estudar as expressões culturais pesqueiras, ou seja, analisando sua gastronomia e seu artesanato, é possível perceber elementos mais gerais representados por meio dessas formas artísticas. Nesse contexto, analisar a participação feminina nessas expressões pressupõe investigar também um pouco do papel da mulher nessa teia de significados que chamamos de cultura, na medida em que a teoria da arte é a própria teoria da cultura e a primeira está submetida à segunda.

As expressões culturais artísticas demonstram elementos simbólicos, integrantes do aspecto coletivo/cultural mais amplo, e fazem parte de uma linguagem específica. Para além disso, a partir dessas expressões, pode-se captar um tempo passado/presente, compreendendo a vivacidade e capacidade de reinvenção que essa forma de arte adquire.

É nesse sentido que o “imaginário coletivo” surge como categoria, também importante para a compreensão das expressões artísticas da pesca. O filósofo grego Castoriadis (2002) o compreende como uma criação social-histórica. A arte da população pesqueira participa desse processo permanente de construção e reconstrução do imaginário, sendo ressignificadas permanentemente de modo que, ao evidenciá-las hoje, é possível constatar elementos tradicionais diluídos ou fundidos com novos arranjos. Ao mesmo tempo que o homem institui um “magma” de significações sociais — por ser fluido e vivo —, é instituído por tal. O autor

também ressalta a importância dos projetos de autonomia para a criação humana e critica a aceitação do determinismo, pois veta a imaginação como algo primordial para a sedimentação da cultura.

Em seu texto *O Imaginário: a criação no domínio social-histórico*, Castoriadis (2002) aborda, inegavelmente, as contribuições do homem em relação à cultura e desta para com ele. Alguns pressupostos abordados pelo autor podem ser ressaltados e auxiliam na compreensão das expressões culturais desta pesquisa de Doutorado, como as considerações que tece sobre o ser que se manifesta no tempo e representa o próprio tempo, estando, portanto, em permanente (re)criação.

No entanto, as ciências cartesianas subordinaram o imaginário humano, superestimando as leis físicas e biológicas e acabando por consolidar e exprimir um determinismo que anula e impede o processo criativo do homem. Na medida em que tudo está previamente determinado por leis universais e condicionado a elas, qual é o espaço para expressão do ser que almeja ser autônomo? Para essa forma de fazer ciência, os fatos existentes seriam apenas a concretização, repetição ou validação dessas leis, o que destrói o pressuposto de que os seres são tempo.

A determinidade leva à negação do tempo, à atemporalidade: se algo se modifica, os modos de sua mudança e as formas que essa mudança pode produzir estão já determinados. Os acontecimentos não são, então, nada mais que a realização das leis, e a “história” nada mais que o desdobramento, ao longo de uma quarta dimensão, de uma “sucessão” que não passa de uma simples coexistência para um Espírito Absoluto (ou para a teoria científica acabada). Nesse caso também o tempo é pura repetição de instanciações de leis, se não de “acontecimentos” (CASTORIADIS, 2002, p. 234).

Não aceitar que o homem e suas expressões se reduzam às leis naturais significa buscar a compreensão de como as relações e significações se relacionam à existência do próprio homem. O que Castoriadis propõe, por assim dizer, é a inversão na forma de pensar sobre as construções do homem, estabelecendo uma crítica contundente ao modo de fazer ciência tradicional, algo também defendido por autores como Bornheim (2001) e Gumbrecht (2010). A pesquisa se aproxima das explicações fenomenológicas para perceber e analisar os fenômenos das expressões culturais pesqueiras, pois compreende que não podem ser explicadas pelo modelo cartesiano, na medida em que a linguagem convencional e interpretação/hermenêutica não dão conta de conhecê-las.

Dessa forma, o homem é construído ao passo que constrói a própria sociedade, apresentando formulações e estratégias para significar o pertencimento a um grupo — no caso desta pesquisa, à comunidade pesqueira. Acerca do domínio social-histórico, o autor se destina a compreender o que mantém uma sociedade/comunidade coesa e, ao mesmo tempo, permite a reconfiguração da própria sociedade, fazendo erigir sociedades diferentes ou até mesmo novas. Conclui que as instituições, a moral, a linguagem, os valores perpassados pela sociedade aos indivíduos a mantêm conexa, utilizando sanções, coerções, legitimidade, consenso e crença para atingir tal fim. Desse modo, se dão os mecanismos de perpetuação da própria sociedade. “A ‘lei’ produz os ‘elementos’ de tal modo que o próprio funcionamento desses ‘elementos’ incorpora e reproduz — perpetua — a lei” (CASTORIADIS, 2002, p. 238). Lei, nesse sentido, pode ser compreendida não apenas como “legalidade”, mas coerções e moralidades impostas pela própria comunidade. Nossa hipótese é que as expressões artísticas (simbólicas ou não) dão coesão e significância às comunidades estudadas e ressignificam, também, o papel feminino.

É esse conjunto complexo formado por valores, significações, leis, instituições, cidadão, entre outros, que mantém a unidade da sociedade, dão direção aos indivíduos e “dirigem” suas vidas, o que o autor chama de “magma das significações, imaginárias sociais”. Imaginárias porque não se relacionam a elementos racionais ou necessariamente reais, mas são sempre criações em determinado período de tempo e que pelo tempo se fazem. Sociais quando instituídas e compartilhadas por “um coletivo pessoal e anônimo”. Isso significa que a sociedade é instituinte e instituída ao mesmo tempo e que todos os homens, consciente ou inconscientemente, fazem parte desse processo. Assim, o magma de significações se refere à característica ou identidade de dada sociedade.

Castoriadis (2002) também critica a significação dominante da aritmética como determinação da vida e dos fenômenos na sociedade contemporânea. É o mito da quantificação que apenas valida ou estabelece sentido ao que se submete a essa lógica, não necessariamente racional, já que essa significação da aritmética é, também, uma convenção/criação. Nesse sentido, é a criação que permite a emersão de novas formas sociais-históricas, fazendo com que o antigo dê espaço ao novo e o novo reconfigure o antigo.

As ressignificações podem ser compreendidas como características novas com elementos do “antigo”³. A criação, como resultado do imaginário social, se manifesta na História como um campo que permite o aparecimento ou obscurecimento de elementos. Assim, não se pode explicar os processos que ocasionaram o aparecimento do novo, mas é possível elucidar os fatos que contribuíram para a emergência de uma nova significação imaginária. Dessa forma, foge-se também do determinismo das leis físicas e biológicas.

Para o autor, é o mundo social-histórico que permite a autonomia em detrimento do mundo biológico, onde não há espaço para esta, na medida em que, neste último, vigora a clausura — uma sociedade com normas e regras pré-determinadas em que o indivíduo não pode questionar nem modificar. Para Castoriadis (2002), a autonomia se diferencia de heteronomia, na qual leis, normas, princípios e valores são fornecidos ao indivíduo sem que este possa agir sobre eles.

O pesquisador deve considerar como os atores percebem as simbologias que os envolvem e que constroem na sua própria realidade e, dessa forma, como suas ações, seus valores e cada elemento pode ser significante para a “invenção” desse sistema mais amplo, denominado como cultura. O imaginário criativo pode ser absorvido ou não no sistema simbólico geral, haja vista que o estabelecimento de novos símbolos é campo de disputa entre atores, comportamentos e sentidos diferenciados que buscam se impor de maneira coletiva. Desse modo, ao analisar o fenômeno, é preciso se aproximar do contexto de invenção das simbologias e do próprio imaginário social da pesca. Essas são categorias importantes, na medida em que toda pesquisa e ação buscam realizar inferências nesse sistema simbólico.

O que os autores apontam é a necessidade de se retomar a presença e a valorização do sentido para compreensão dos fenômenos. Dessa forma, Gumbrecht (2010) aborda que o sentido deve ser compreendido como sensação ou sensibilidade, não enquanto palavras e signos, pois estes não são capazes de traduzir ou expressar a riqueza dos fenômenos que são mundanos. Assim, exerce uma crítica à tradição metafísica que supervalorizou a abstração e demasiada “espiritualização” se desconectando do mundo.

³ Acerca desse assunto, Hobsbawm e Ranger (1997) abordam as traduções inventadas, como regras e valores que integram a sociedade ou dada comunidade, mas mantêm um lastro com o passado. É necessário ter a chancela desse passado, ainda que modificado continuamente.

Por isso, nos propõe a produção da presença, representada como quebra ou fratura à tradição das ciências hermenêuticas que creem que podem interpretar todas as coisas — ou melhor, que o mundo só faz sentido mediante a “interpretação” e significação fornecida por um observador/pesquisador.

Não se trata de anular a importância da hermenêutica para a compreensão dos fenômenos, mas de entender que apenas ela não dá conta da complexidade e aspectos desses. Gumbrecht (2010) realiza, em seu texto, uma crítica contundente a esse modo de fazer ciência e acaba por reconfigurar o lugar do pesquisador em relação ao objeto. Propõe a “coisidade do mundo” — a presença, que é deixar-se impactar e, ao mesmo tempo, impactar. Faz alusão ao conceito de “*dasein* (*ser-aí* ou *ser-no-mundo*)” heideggeriano, que se refere à forma como os homens estão em contato com as demais coisas do mundo na medida em que são especializados, ou seja, o quanto a presença física no mundo impacta as relações e o ser.

Assume o compromisso de lutar contra a diminuição sistemática da presença e contra a centralidade incontestada da interpretação nas disciplinas do que chamamos "Artes e Humanidades". Se é verdade que se pode descrever a moderna cultura ocidental (incluindo nela a cultura contemporânea) como um processo gradual de abandono e esquecimento da presença, também é verdade que alguns "efeitos especiais" produzidos hoje pelas tecnologias de comunicação mais avançadas podem revelar-se úteis no redespertar do desejo de presença (GUMBRECHT, 2020, p. 10).

A crítica do autor empregada à Modernidade Cartesiana se refere ao abandono dos aspectos espaciais e substanciais da presença humana para valorizar a metafísica e por isso, retoma-se Heidegger. A tradição metafísica considera apenas aquilo que parece mais profundo e interpretativo e fornecido pelos signos, e não se permite impactar pelos fenômenos. O autor expõe que a Era dos Signos será superada. Não significa acabar com a tradição metafísica, mas reinventá-la sob o ponto de vista da presença, como viés para estudar a cultura. Com a crise das significações abstratas no âmbito dos estudos das Humanidades, é necessário retomar a corporeidade das coisas mundanas. Para a tradição, a apreensão simbólica das coisas pela razão é mais importante que as sensações que podem servir para explicar os fenômenos.

Assim, a pesquisa se propõe a realizar o registro das expressões artísticas da pesca por meio dos materiais audiovisuais, procurando clarear e realizar oscilações entre o que Gumbrecht nomeou de sentidos — signos e interpretação —

e a presença, considerando esta última de suma relevância para o estudo, a análise e o registro do fenômeno.

1.2 A arte como manutenção da vida

Pensar a arte como estruturante da vida confere às expressões culturais pesqueiras um patamar de relevância fundamental na relação homem e natureza. Ernst Fisher, em *A necessidade da Arte* (1987), alega que, por meio dela, o homem acessa seu caráter humano genérico, ou seja, sua dimensão coletiva, universal e não meramente individualista. Para além disso, a arte tem sempre uma essência mágica, que guarda a possibilidade do novo — transformação — e lhe confere um status de mistério. Para o autor, a arte é tão antiga quanto o próprio homem, pois artistas foram os homens que moldaram a natureza para a confecção de ferramentas que lhes permitissem, em certa medida, subordiná-la a seus interesses e suas necessidades. Assim, por meio da arte, o homem também se moldou. As ferramentas de trabalho são resultado da arte humana. A arte é uma forma de trabalho e o trabalho é categoria privilegiada de ação humana.

Para Fisher (1987), foi essa capacidade que permitiu que o homem modificasse sua própria percepção e consciência acerca das coisas do mundo. A própria linguagem seria fruto do trabalho coletivo e também uma ferramenta para comunicar e significar esse trabalho. A linguagem e as ferramentas surgiram como experimentação da vida e foi a arte que permitiu essa busca, transformando e favorecendo as relações sociais. Na concepção do autor, é ela que permite suportar, compreender e transformar a realidade, além de integrar socialmente o homem — a integralidade universal humana.

O homem apodera-se da natureza transformando-a. O trabalho é a transformação da natureza. O homem sonha exercer também uma magia sobre a natureza, ser capaz de transformar os objetos e dar-lhes uma forma nova através de processos mágicos. É o equivalente, no domínio da imaginação, ao que o trabalho significa no domínio da realidade. O homem é, desde o princípio um mago (FISCHER, 1987, p. 19).

A magia foi se desintegrando com a “evolução” das sociedades e se apresentando como Ciência, Religião e Arte. A arte que, em sua origem esteve

atrelada às descobertas e à experimentação do mundo como constituinte fundamental humano, estará segregada a um campo do conhecimento com o advento da modernidade, que passa a valorizar a racionalização e abstração da vida. Esse campo do conhecimento, responsável por pensar a imaginação e as representações a partir dos sentidos, fica subordinado às demais áreas, na medida em que estas são desvalorizadas pelas ciências que se tornaram compartimentalizadas. Uma obra de arte exprime o trabalho racional de um artista. Não é apenas fruto da inspiração.

Para se ser artista, é necessário colher, controlar e transformar a experiência em memória, a memória em expressão, a matéria em forma. A emoção para um artista, não é tudo, ele precisa também conhecer o seu ofício e amá-lo, precisa conhecer todas as regras, técnicas, formas e convenções pelas quais a natureza — essa megera — pode ser dominada e submetida às leis da arte. A paixão consome o diletante serve ao verdadeiro artista; o artista não é maltratado pela besta: doma-a (FISCHER, 1987, p. 12).

A necessidade de as pessoas buscarem o cinema, o teatro e as obras de arte, de modo geral, residem no fato de que o drama, as encenações e as obras de arte guardam o elemento mágico da origem, do homem coletivo. Essa é a essência que o homem busca e da qual a sociedade de classes o apartou. “A arte é o meio indispensável para essa união do indivíduo com o todo; reflete a infinita capacidade para a associação, para compartilhar experiências e ideias” (FISCHER, 1987, p. 11). Mas não é apenas isto porque, na concepção dialética de arte, ela guarda inerentes contradições. Sendo assim, não tem apenas o poder de fazer os homens se identificarem ou não com a obra de arte, mas tem também o poder de influenciar as ações para além do período histórico em que foi gerada. Ela pode elaborar e alterar comportamentos, estimular a transformação da realidade. “A arte é necessária a fim de que o homem possa conhecer e transformar o mundo. Mas é igualmente necessária em virtude da magia que lhe é inerente” (FISCHER, 1987, p. 18).

Mas a arte, segundo Geertz (1997), faz parte de um sistema mais amplo, cultural. Ela não faz parte de um mundo próprio e desprovido de vinculação com outros referenciais, ou seja, nunca será a arte pela arte ou a mera busca da beleza que poderá definir um objeto artístico.

Em qualquer sociedade, a definição da arte nunca é totalmente intra-estética; na verdade, na maioria das sociedades ela só é marginalmente intra-estética. O maior problema que surge com a mera presença do fenômeno do poder estético, seja qual for a forma em que se apresente ou a habilidade que o produziu, é como anexá-lo às outras formas de atividade social, como incorporá-lo na textura de um padrão de vida específico (GEERTZ, 1997, p. 146).

Ou seja, o sentido da arte está para além do que o discurso estético consegue apreender. Os significados que podem ser atribuídos a determinada obra ou objeto estão para além das formas e cores, mas de como estas são capazes de acionar os referenciais humanos. Um exemplo é a Itália do século XV, em que se olhava para uma pintura que tinha a função de tornar os seres humanos mais conscientes e predispostos às “verdades do cristianismo” ou aos valores espirituais. Essas pinturas contam a história de uma determinada época, falam sobre as relações sociais. A arte pode conferir aquilo que os seres não possuem, mas que podem enxergar aquilo que sabe, encontrarem-se e aprofundarem o conhecimento. É por isso que existe o potencial de mudança. A arte sempre diz respeito ao mundo vivido, em que se insere e em que se trabalha, também despertando capacidades inatas de percepções dos seres humanos. O poder da arte reside na cultura.

Surge a necessidade de refletir a arte atrelada à realidade e à vida. Segundo Nisbet (2000), arte e ciência se separaram no século XIX; a ciência passou a ser cultuada como o âmbito do conhecimento, da razão e da preocupação com a realidade. No entanto, na visão do autor, isso é um mito. É falso alegar que a arte não se vincula à realidade. Ele defende a Sociologia como uma forma de arte. Ele relata que o objetivo tanto das ciências quanto da arte é similar: iluminar e espalhar a luz para os demais. “Ambos, artistas e cientistas, são movidos pelo desejo de entender, de interpretar e comunicar sua compreensão para o resto do mundo” (p. 116-117). A arte possui uma função de conectar o ser humano a outros conhecimentos, pois sempre tem algo a dizer.

A natureza essencial da arte, ‘escreveu Sir Herbert Read’ será encontrada não na produção de objetos para satisfazer necessidades práticas, nem na expressão de ideias religiosas ou filosóficas, mas em sua capacidade de criar um mundo sintético e consciente; um mundo; mundo que não é o das necessidades e dos desejos práticos, nem o dos sonhos e da fantasia, mas um mundo composto dessas contradições; uma convincente representação da totalidade experiência; um modo, portanto, de contemplar a percepção individual de algum aspecto da verdade universal. Em

todas as atividades essenciais a arte está tentando nos dizer algo: algo sobre o universo, sobre a natureza, sobre o homem, ou sobre o próprio artista... é apenas quando nós reconhecemos claramente a função da arte como modo de conhecimento paralelo a outros modos, através dos quais o homem chega a um entendimento de seu ambiente, que podemos começar a apreciar sua significação na história da humanidade (READ, 1937, p. 10-12 *apud* NISBET, 2000, p. 118).

Tal trecho de Read (1937), utilizado por Nisbet (2000), caminha em sentido muito próximo ao fornecido por Fisher (1987), em que a arte provoca. Não apenas por ser mística, mas porque faz uma representação do real, acionando potencialidades individuais e que nos conecta com o humano genérico. A arte aponta e, por isso, pode contribuir como instituinte do mundo e dos seres.

Tratar a arte não como algo lúdico, mas compreender sua amplitude, demonstra que sempre falará muito sobre os seres e sobre a realidade e sobre nossas simbologias. Segundo Nisbet (2000), a arte abomina os sistemas porque reconhece que é o *insight* que traz à vida. Adotar a arte em todas as esferas pode abrir espaço para a criação. Porém, depois da cisão e compartimentalização da arte, esta tem sido relegada a algo de menor valor e importância, desprovida de intelectualidade e mística.

1.2.1 O artesanato e o lugar das mulheres

O artesanato é um produto do saber-fazer humano, em que as mãos são basicamente instrumentos essenciais dessa transformação da matéria-prima em objeto. Isso pressupõe que as máquinas ou os demais instrumentos e recursos não humanos, se forem utilizados, o são de forma subsidiária e complementam a vontade e decisão do autor do objeto. Nesse sentido, o artesanal pode ser considerado o manual e aquele que é o artesão ou a artesã define o tempo de concepção, a matéria-prima, a forma que determinado objeto terá (LIMA, 2005).

Essa tem sido a definição corriqueira para o artesanato/artesanal, mas tomaremos aqui a definição de Keller (2014), baseado em Mills (2009), que entende que artesão é aquele que compreende todo o processo de realização de algo e, ainda que não domine todo esse processo, tem clara noção do todo e de sua parte. Assim, tem a capacidade de criar, tendo vínculo com a coisa produzida, porque tem

o domínio do como fazer. A relação com a coisa é mais do que material; é, também, simbólica/cultural.

Falar sobre o artesanato requer muito mais do que descrições do desenho e das técnicas de produção; seu sentido só é atingido se o situarmos em relação com os textos que o predizem e o promovem [...], em conexão com as práticas sociais daqueles que o produzem e o vendem, observam-no ou o compram (CANCLINI, 1983, p. 51).

Nesse sentido, quem manipula os materiais para conferir-lhes forma utiliza seu saber e sua cultura. Com o processo de industrialização que se acelerou no país na década de 1950, o artesanato foi perdendo importância pelo culto às formas regulares produzidas em larga escala nas fábricas. Lima (2005), ao abordar o artesanato e cinco pontos para sua discussão em uma palestra, alega que é preciso pensar que o artesanato traz, em si, crenças, valores, repertórios culturais envolvidos, não sendo apenas uma mercadoria. O segundo ponto diz respeito à “perfeita irregularidade do artesanato” que, execradas numa indústria, são marcas que demonstram a identidade cultural que carregam, pois saberes milenares estão presentes no modo de realização daquele objeto. Este mantém vivas as tradições. O artesanato não para no tempo. Sofre contínuas mudanças e adaptações. O artesanato é ritmo, tempo de produção — o artesão não preenche sua vida com artesanato, e sim o articula, bem como outras formas de manutenção da vida. O artesanato tem autoria, pessoa ou grupo e, por isso, pressupõe direitos autorais, os quais nunca são dados às populações tradicionais. Nem existem leis que os amparem.

Esses cinco pontos auxiliam no pensamento sobre a questão do artesanato e das comunidades tradicionais que os produzem. Antes de discutir a questão das comunidades tradicionais e seus saberes artesanais, é necessário refletir um pouco sobre artesanato ao longo do tempo.

Ele está inserido na vida de mulheres e homens desde os primórdios. A manipulação da natureza para atender às satisfações e necessidades humanas e que reconfigurou a vida humana no planeta é largamente apontada por diversos autores, como Marx (2001) e Sennett (2012). É incrível a quantidade de coisas que os homens foram capazes de construir a partir de suas próprias mãos. O trabalho transformou a natureza, mas também os próprios homens. Há registros de que, no período neolítico, os homens já teciam a lã para confeccionar agasalhos, num trabalho estritamente manual, já que o tear data do século XV. No entanto, com o

avanço do modo de exploração capitalista e com as revoluções industriais, ocorre uma “decomposição da atividade do artesão nas diversas operações que a compõem” (MARX, 2001, p. 389). Há, nesta sociedade, uma separação gritante: atividade manual e subordinada x atividade intelectual e valorizada.

Nas sociedades industriais, sobretudo nas capitalistas, o trabalho manual e o trabalho intelectual são pensados e vivenciados como realidades profundamente distintas e distantes uma da outra (...) Além da discrepância entre salários e ao lado das formações profissionais diversas, há um enorme desnível de prestígio e de poder entre essas profissões, decorrente da concepção generalizada em nossa sociedade de que o trabalho intelectual é superior ao material. Embora essa separação entre modalidades de trabalho tenha ocorrido num momento preciso da história e se aprofundado no capitalismo, como decorrência de sua organização interna, tudo se passa como se ‘fazer’ fosse um ato naturalmente dissociado de ‘saber’. Essa dissociação entre ‘fazer’ e ‘saber’, embora a rigor falsa, é básica para a manutenção das classes sociais pois ela justifica que uns tenham poder sobre o labor dos outros (ARANTES, 1988, p. 13-14).

Tal como ocorre com a arte, que é separada da ciência por manter um elo com as percepções, sensações, o artesanal vem sendo tratado com descaso por uma sociedade com satisfações imediatas, que consome e mercantiliza a própria vida. As produções artesanais eram comumente realizadas por agrupamentos familiares e a confecção do produto era repartida segundo as hierarquias das famílias, tendo o gênero como um dos aspectos a influenciar esse quesito.

A vida camponesa, na qual esses trabalhadores fabricavam seus próprios utensílios para auxiliar nas lavouras e no cultivo, produzia vestimentas, móveis e calçados. Com o início do trabalho fabril, a demanda do trabalho do camponês, produtos em larga escala e comercializáveis de forma barata ocasionam o declínio das atividades artesanais. Segundo Canclini (1983), ocorreu a proletarização do homem e mulher do campo, dos artesãos, que agora vivem entre a tradição e o mercado capitalista.

O artesanato não é algo fragmentado, os produtos confeccionados têm uma relação com a vida da comunidade que os produz. O fazer manual possui um sentido prático, o aprendizado desse processo é informal e ocorre através da observação e da prática de aprender a fazer, fazendo (VARGAS, 2016, p. 32).

A cooperação familiar artesanal guarda um saber-fazer cujas transmissões de conhecimento se dão pela tradição oral. Mesmo essa confecção de produtos tem um sentido prático ainda nesse período: surge para atender às necessidades da família em trabalhar a terra e subsistir.

Retornando um pouco ao modo de vida artesanal, manual que foi se desenvolvendo nas sociedades pré-industriais, também aconteceram as divisões sexuais e sociais do trabalho, explicitadas no segundo capítulo desta tese. As mulheres foram se tornando, majoritariamente, artesãs. Mas antes de levantar essa questão, é importante falar brevemente que as atividades artesanais que são passadas, informalmente, de pais para filhos, entre as famílias, gerações e comunidades, são de maior interesse neste trabalho. Apesar da redução dessas atividades, essas mulheres se mantêm de alguma forma, por algum motivo. Esse motivo também é objeto deste estudo, que busca compreender o potencial da arte como elemento de coesão comunitária tradicional da pesca.

Ademais, apesar de, nas sociedades modernas, haver uma exploração do trabalho artesanal, muitas são as famílias que vivem das atividades artesanais. Segundo Polanyi (2012), o artesanato é uma atividade produtiva que gera renda às famílias de baixa renda e auxilia, de forma complementar ou exclusiva, no seu sustento. É um meio de sobrevivência (KELLER, 2014).

O que chama a atenção em relação à discussão sobre artesanato é que seus fazedores recebem status distinto, dependendo da posição que ocupam nas classes sociais. Se o artesanato é exercido por alguém da elite, é chamado de artista, mas se parte de alguém das classes populares, é chamado de artesão. Nesse âmbito, percebemos que, além da segregação com a arte, de forma geral, há também um desmerecimento do trabalho manual, dependendo da posição social. Se acrescentarmos ainda a questão de gênero para pensar no papel das mulheres nessa relação, perceberemos ainda mais invisibilidade.

Segundo Barbosa e D'ávila (2014), no Brasil Colonial, a divisão sexual do trabalho estabeleceu o lugar das mulheres nas atividades ligadas ao manual, tendo exclusividade em trabalhos com costura. As autoras alegam que, historicamente, esses trabalhos artesanais e minuciosos foram sendo relegados às mulheres pelas características esperadas e construídas do feminino, de terem "destreza para coisas minuciosas", delicadeza, além do artesanato estar, na maioria dos casos, vinculado à complementação de renda, e não à renda principal. No Brasil, entre os

declaradamente artesãos, as mulheres compõem 85% desse universo de 8,5 milhões de pessoas (BARBOSA; D'ÁVILA, 2014).

Elas são maioria nas atividades consideradas sem importância, mas cabe entender como essas mulheres, secularmente invisibilizadas pela escrita oficial da História, costuram redes alternativas de poder por meio da arte nas práticas cotidianas e auxiliam, de modo contundente, a manutenção de um modo de vida artesanal, fortalecendo suas comunidades.

O próximo item se destina a discutir esse conceito, ainda academicamente polêmico.

1.3 Modos de vida: o conceito em debate e reflexão

Formas de vida, estilo de vida, gênero de vida, *lifestyle*, *mode of life*, *way of life*, *genre de vie*, *style de vie*, *mode de vie* são traduções e termos corriqueiros, ligados à compreensão do conceito de modo de vida. Porém, existe uma imprecisão tanto semântica/teórica quanto as traduções realizadas envolvendo esse conceito e, ainda hoje, não tem uma definição clara. Por isso, é comum que um mesmo autor aborde “modo de vida” e “estilo de vida” como sinônimos, por exemplo. Além disso, modos de vida ainda se constitui como um conceito polissêmico. Algumas traduções utilizam o termo, mas com significações distintas das originais, o que dificulta a clareza. Outros autores sequer se preocupam com a definição do termo por eles utilizado.

Apesar das imprecisões e das dificuldades em se trabalhar com esse termo, defende-se sua utilização neste trabalho porque potencializa a superação de uma dicotomia no modo como os atores sociais são compreendidos, ora amarrados pelas condições materiais de existências e sem ingerência ou projetos, ora dotados de total capacidade inventiva e instituinte social. A realidade, complexa, comporta as contradições e complementariedades decorrentes.

Braga *et al.* (2017) têm o esforço de entender como o termo vem sendo apropriado, mapeando seu aparecimento em diferentes áreas e a partir de diversos termos correlatos. Na Sociologia, por exemplo, os trabalhos de Wirth (1938), Rambaud (1969), Lefebvre (1970) e Cândido (1975) utilizaram o conceito para

entender as modificações e superações de uma sociedade que passava do rural para o urbano, ou das modificações culturais introjetadas nas comunidades pelo processo de urbanização e alteração nos modos de vida rural. Rambaud (1969) chama esse processo de aculturação, que define a maneira como cada ser entende, decodifica e introjeta mudanças culturais. Além de outros autores que caminham nesse mesmo sentido, o termo continuou sem ser definido, anunciando, no século XX, os processos de transformação pelos quais os grupamentos e sociedades passavam, o que perdurou nos textos do século XXI, com apropriações sobre as influências do global para o local.

Acerca da questão da tradução, existe um exemplo quando, em um mesmo texto de Bourdieu e Saint-Martin (1976), *styles de vie*, foi traduzido para o português como *estilo de vida* (1983) e, em estudo de Souza (2011), apareceu como *modo de vida*. Bourdieu e Saint-Martin conceituam o termo como “condições de existência relacionadas às diferenciadas posições dos agentes no tecido social (BRAGA *et al.*, 2017, p. 377). Condições de existência aparecem vinculadas às práticas e propriedades dos atores sociais, oriundas do *habitus* — sistema de práticas culturais —, baseadas em disposições — duráveis e que podem se alterar — que apontam necessidades objetivas, criadoras do próprio sistema.

Para compreender as raízes desse problema e entender as acepções de “modo de vida”, na literatura nacional e internacional, Braga *et al.* (2017) realizaram uma análise pela metodologia de redes, inspirada na proposta de Radcliffe-Brown, que permite diagramações de estruturas sociais. Assim, foram realizados diversos cruzamentos com a finalidade de entender a utilização e apropriação do termo. Em decorrência da metodologia, também foi possível perceber que termos distintos como *genre de vie* e *style de vie*, do francês, foram traduzidos para o português como *modo de vida*.

A rede foi construída a partir da análise criteriosa de 38 artigos, indexados e livros que abordavam o termo *modo de vida* ou termos direcionados a esse, com um recorte temporal de 1938 a 2013.

O resultado da rede pode ser visualizado abaixo e expressa a centralidade do termo *modo de vida* sobre os demais termos, apesar de todos estarem relacionados diretamente ou serem traduzidos como equivalentes — exceto *meios de vida*, *formas de vivência* e *subsistência* que, apesar de não ligados explicitamente, também mantêm uma relação indireta com o termo central. Isso

demonstra como é confuso tentar tematizar esse conceito e garantir uma formulação coerente que auxilie a pensar na coesão comunitária da pesca artesanal e no papel das mulheres nessa rede:

Figura 2 – Rede de utilização dos termos ligados ao modo de vida

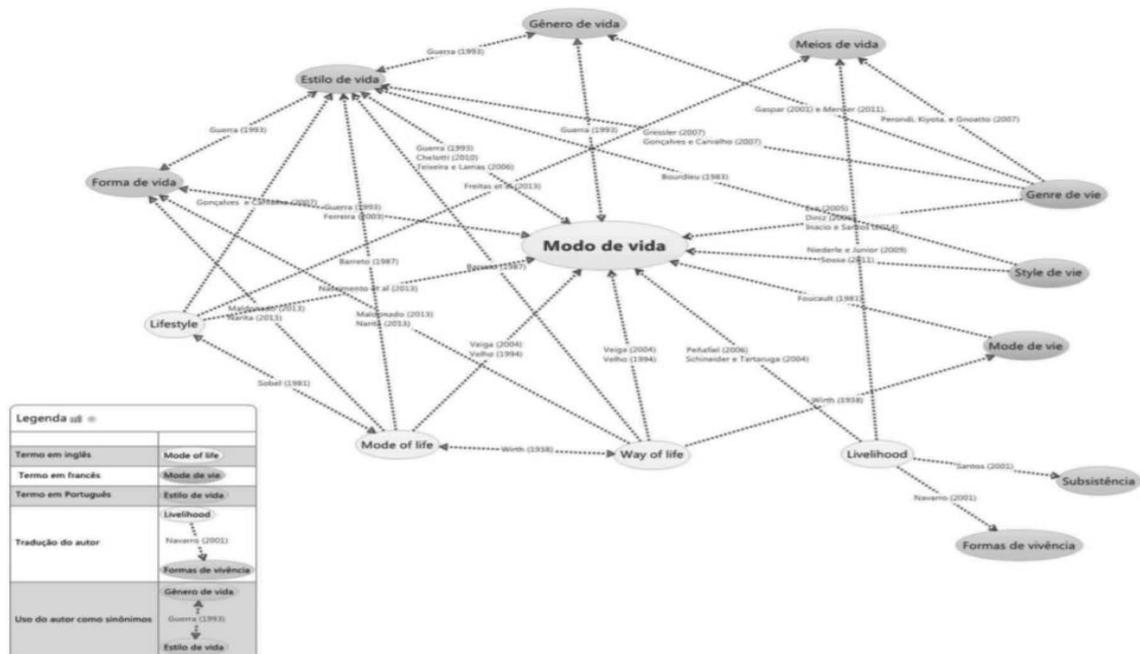


Figura 1. Rede de utilização dos termos ligados ao modo de vida

Fonte: Braga *et al.* (2017).

Na rede elaborada pelos autores (BRAGA *et al.*, 2017), é possível perceber todas as articulações dos termos que continuam a garantir preponderância e centralidade ao conceito de modo de vida. Também permite observar as imprecisões do conceito, mas não é possível analisar as apropriações conceituais de *modo de vida*, algo que os autores se destinam a apresentar no quadro teórico do artigo e que tentamos organizar numa linha histórica, visando demonstrar a dificuldade nessa caracterização. Assim, todos os autores citados abaixo estão no texto de Braga *et al.* 2017.

Os estudos sobre modos de vida costumam se dividir, reiterando a dicotomia macro x micro a partir do universo dos atores e suas práticas ou a partir da História/cultura e suas influências na vida dos atores. O trabalho dos autores citados acima também permitiu um acompanhamento histórico da utilização do termo (2017, p. 372-384).

1911: Paul Vidal de La Blanche utiliza *genre de vie* para descrever a ação do homem sobre a natureza, imprimindo características econômicas, sociais, ideológicas e psicológicas. Seu texto está fora do marco das análises porque foi utilizado para embasar a análise dos autores e relacionado à discussão de Sorré (1948);

1930: O psicólogo Alfred Adler utilizou o conceito *lifestyle* relacionado ao modo de vida nesta década. *Lifestyle* seria um mecanismo de defesa, um padrão de comportamento para disfarçar fraqueza física ou inferioridade.

1938: Louis Wirth estuda os avanços da industrialização sobre o modo de vida rural. Esse *way of life* se constitui como ideias e práticas coletivas. Em seu texto, também utiliza, majoritariamente, o termo *mode of life*.

1948: Maximilien Sorré utiliza *genre de vie* para alegar que a Geografia e Sociologia possuem estreito diálogo, já que *genre de vie* se liga ao *milieu*, ou seja, o homem constrói o espaço. O social e o geográfico são interdependentes.

1969: Placide Rambaud estuda *modo de vida* como as influências do urbano sobre o rural e aponta que, dentro do mesmo grupamento, são absorvidas de maneira distinta, em ritmos diferenciados, o que demonstra que o processo de aculturação é gradual e individual, heterogêneo.

1970: Henri Lefebvre aborda o camponês afetado pela revolução urbana e como a sociedade se manifesta como horizonte utópico a ser alcançado. O urbano se espalha sobre o campo; a cidade no capitalismo é mais um produto a ser consumido. Cidade é morfologia material e urbanidade morfologia social.

1974: Arne Naess, com o termo *lifestyle*, apresenta um cunho individualista no modo como vivemos e consumimos o cotidiano

1981: Michel Foucault utiliza *mode de vie*, traduzido como *modo de vida*, que pode ser partilhado por pessoas de diferentes idades, status e atividades sociais, envolvendo relações entre indivíduos e podendo desenvolver cultura e ética.

1975: Antônio Cândido estuda a alteração no *modo de vida* dos caipiras de São Paulo pela urbanização e se aproxima do conceito de *genre de vie* de La Blanche.

1976: Bourdieu e Saint-Martin, com *style de vie*, foram traduzidos tanto quanto *modo de vida* como *estilo de vida*. O conceito seria um demarcador simbólico das diferenças entre classes, visível nos *habitus* de classe que exprimem gostos e preferências dos indivíduos, bem como necessidades objetivas.

1981 – Michael Edward Sobel aborda *lifestyle* distintamente de *mode of living*, apesar de o primeiro estar contido no segundo.

1992: Robert Chambers e Gordon Richard Conway definem *livelihood* como capacidades, atividades e ativos — recursos materiais e sociais —, meios de ganho de vida, atividades desenvolvidas para subsistência.

1993: Guerra alega que *modo de vida* e *gêneros de vida* são sinônimos a *modo de vida*. A definição da *guerra* está no texto, na medida em que a autora subsidia o debate deste item.

1995: Utiliza-se *estilo de vida* como universo cultural do indivíduo e o conceito é intercambial com *modo de vida*.

1998: Ian Scoones adota *livelihood* como um termo maleável, mas que envolve recursos materiais e sociais, bem como atividades desenvolvidas como forma de subsistência.

1999: Frank Ellis alega que *livelihood* envolve ativos, como capital material, social, humano — escolaridade, habilidades e saúde dos habitantes — capital financeiro e seus substitutos — créditos e poupança — capital natural, processos e atividades.

2002: Marcelo Chelotti utiliza *modo de vida* e *estilo de vida* como intercambiais.

2003: Ana Lúcia de Castro destaca *modo de vida* como expressão cultural que o indivíduo absorve e utiliza o conceito *estilo de vida* de forma cambial ao *modo de vida*. O *estilo de vida* também depende da classe social, do gênero e da geração; Ferreira utiliza *modo de vida* como sinônimo de *forma de vida*.

2004: Nos estudos médicos, Keith Hayward chegou a alegar que *lifestyle* era o coração da Medicina moderna, responsável por gerar hábitos saudáveis; Aguinaldo Gonçalves alega que o *modo de vida* se desdobra em *condições de vida* — determinantes sociais — e *estilo de vida* — singularidades de grupos e pessoas — hábitos, normas e valores. Os autores Fernandes (1996), Vasconcelos *et al.* (2009), Fersterseifer e Silva (2008), Almeida *et al.* (2012), Hatzenberger e Carlotto (2013), da área da saúde, partilham de uma visão similar à de Gonçalves.

2006: Lamas utiliza *modo de vida* e *estilo de vida* como intercambiais.

2007: Artur Gonçalves e Graça Simões de Carvalho abordam *estilo de vida* como sinônimo de *concepção de vida* — conhecimentos, valores, práticas sociais —, que pode ser descrita na fórmula $EV (\textit{estilo de vida} - f) = KVP (\textit{conhecimento},$

valores e práticas), ou seja $f = KVP$; Mikael Jensen alega que o conceito é transdisciplinar e que cada disciplina adota um significado distinto. Para ele, *lifestyle* é um padrão de atos repetidos, dinâmicos e, em algum grau, indiscerníveis para o indivíduo e que envolvem o uso de artefatos. Esse conceito é intercambial com *estilo de vida* e *modo de vida*.

2008: James McCarthy estuda como a paisagem do campo se modifica juntamente com as alterações do modo de vida rural.

2009: Brandão estuda as relações global x local, abordando escalas espaço-temporais que permitem a atores recriarem e criarem o cenário entre natureza e cultura. *Modo de vida* está nessa criação e recriação entre natureza e cultura.

2012: Oyola-García e Soto-Cabezas utilizam *modo de vida* e *estilo de vida* de forma intercambial.

2013: Pronk, Kottke e Isham utilizam *estilo de vida* na Medicina para abordar comportamentos individuais que promovam o bem-estar. Pode ser utilizado tanto pelo indivíduo quanto pelo poder público para gerar hábitos saudáveis.

2015: Nayhara Freitas Martins Gomes alega que a cultura popular incorpora a modernidade, mas não a partir das tradições. Estuda como o *modo de vida* das influências da cultura urbana/global sobre os *modos de vida* locais.

O texto escrito por Braga *et al.* (2017) permite inferir a necessidade de conceituar *modo de vida* e, por isso, Guerra (1993) auxilia a refletir e pensar nas problematizações necessárias que um desafio como esse envolve. Tal conceito não será explicado no trabalho em questão, vide a hipótese defendida de relacionar diretamente a valorização e manutenção do modo de vida da pesca artesanal por meio da arte e do trabalho das mulheres. Espera-se que este trabalho sirva de estímulo a novos estudos que busquem caracterizá-lo a partir de uma experiência concreta, como é o caso das comunidades de pesca artesanal.

Segundo Guerra (1993), o conceito remonta dois obstáculos: campo lógico e campo sociológico. No primeiro, é necessário pensar se consideramos os modos de vida como um conjunto de práticas tomadas pelos indivíduos ou como indivíduos são tomados por um conjunto de práticas. No segundo, é preciso, como campo do estudo, pensar nas relações das práticas com a posição social dos atores e agentes sociais. Nesse sentido, para Guerra, é urgente articular três níveis analíticos: o sistema e os atores; a história e o cotidiano; o objetivo e o subjetivo na percepção do real. Trata-se de romper as dicotomias e de um afastamento da Sociologia das

estruturas para compreender as interações e a interpenetração entre os sistemas pessoais e sociais.

O ator não existe fora do sistema que lhe define liberdade e a racionalidade que pode usar na sua esfera de ação. Mas o sistema não existe senão pelo ator, único que pode lhe dar vida e mudar-lhe o sentido (GUERRA, 1993, p. 61).

A compreensão da interpenetração dos sistemas com o indivíduo na compreensão do conceito pode elucidar uma interdependência entre ambos. Desse modo, o sistema seria substituído pelo sistema de ação e, assim, a historicidade apareceria como o papel da História na sociedade. Pressupõe-se o entendimento de que o que se enxerga ou compreende como estruturas são sempre provisórias e construídas nas soluções e criatividade dos atores, segundo capacidades e recursos disponíveis em dados contextos. Por isso, a autora retoma Sartre, para quem “são os homens e não as condições anteriores de vida que são os autores da história” (GUERRA, 1993, p. 61). Assim, estaríamos fugindo do determinismo que dá sentido às análises estruturalistas.

No ponto de vista da autora, é necessário encontrar uma teoria que dê conta, pelos motivos acima, de unir historicidade e cotidianidade. Modos de vida retomam as análises na vida cotidiana, mas ainda assim é preciso estudar como os atores localizados conseguem subverter a hierarquização e as desigualdades de poder que se introjetam nos níveis da vida cotidiana. Para ela, História e cotidiano se expressam com significativas fraturas para as análises, na medida em que a primeira exprimiria essas desigualdades em nível determinista; o segundo, a ação e as estratégias. Se tratamos das práticas cotidianas, esquecemos como as desigualdades se manifestam em relações hierárquicas de poder e, se fazemos o contrário, negamos o sujeito e todo o seu potencial criativo.

Assim, se denuncia uma dicotomia presente nas análises, na medida em que o cotidiano trata da esfera familiar, privada, quando o campo político e econômico parecem distanciados.

Todos os que agem na dimensão da Historicidade (acumulação e poder) são considerados atores potenciais da História, inversamente os que se inserem no cotidiano (dimensão da reprodução) são considerados incapazes de agir ou influenciar a construção da História (GUERRA, 1993, p. 63).

Uma perspectiva aponta para uma lógica prática, a partir de uma “mediação” horizontal; a outra, para a lógica da divisão em classes sociais, exploração, subordinação e reprodução da força de trabalho. Assim, existem dois aspectos que não podem ser negligenciados: a relação que se estabelece entre práticas cotidianas diversificadas e como essas práticas estabelecem relações sociais mais gerais. Para isso, a subjetividade e o afeto são dimensões importantes para entender como tais relações se manifestam.

Assim, conceitos transversais aos modos de vida devem ser buscados e pensados na análise, como representações, imaginários, identidade e projetos. O intuito de trabalhar com essas temáticas perpassando a temática central é a de articular objetivo e subjetivo. Para Guerra, tal articulação é também urgente nessa discussão. Imaginários, por exemplo, podem imprimir uma lógica prospectiva, na medida em que estaria vinculada a uma racionalização da ação social enquanto intenção criadora, sendo, assim, capaz de ultrapassar o real para dar significado e significante às possibilidades e ao que lhe é permitido desejar. “É essa ultrapassagem que torna o imaginário tão transgressor, tão prospectivo e precursor da sociedade do amanhã” (1993, p. 67).

No texto, trabalha-se com o imaginário enquanto criação e recriação essencial e permanente da vida. Ainda que seja indeterminado, para além da dimensão histórica e social, também se caracteriza por ter uma dimensão psíquica. É também, como afirmam Luce Giard e Certeau, as intenções e finalidades encontradas nas ações dos atores que conferem sentido e os orientam.

Ainda assim, nos perguntaríamos: se as ações dos atores geram os fenômenos percebidos socialmente, qual é o nível ou grau dessas racionalidades? Que lógica subsidia as ações dos atores nas suas práticas cotidianas? Para isso, Guerra (1993) ressalta que a racionalidade comum da vida cotidiana possui três elementos: o conhecimento que dirige as informações dos contextos, da ação e dos recursos de modo a estabelecer os objetivos e metas a atingir; a situação que expressa uma dimensão da estratégica dirigida a comportamentos e limites da racionalidade e intencionalidade; e a dimensão afetiva e cognitiva, responsável por conferir sentido às situações e ao conhecimento.

Dessa forma, pensar na identidade é fundamental para entender os modos de vida, na medida em que tal conceito articula e integra percepções e ações no

mundo, conjugando imaginários, representações, na sensação de pertença de determinado grupo e atores. É mais do que o *habitus* bourdiano por empreender concepções sociológicas para a dinamicidade da vida. Assim, para Guerra, modos de vida podem ser entendidos enquanto “conjuntos integrado de práticas articuladas a representações do mundo e a imaginários sociais, que irá exigir um conceito aglutinador das lógicas estruturantes das práticas” (1993, p. 70).

É importante frisar a crítica que Guerra expõe acerca de *habitus* em Bourdieu (1976). Na perspectiva da autora, a noção de *habitus*, mesmo expressando uma vontade conceitual de articulação do objetivo e subjetivo, acaba por cair no determinismo de que os atores, ainda que tenham ingerência sobre a vida, suas práticas sociais, em última instância, sempre tendem a reproduzir o sistema de representações ao qual estão vinculados. Ainda que se possa instituir, se institui a partir do instituído. A autora defende que os atores possuem projetos, imaginários e pertença que se articulam para que suas ações e práticas se apresentem no mundo. Por isso, é mais que *habitus*: perpassa *habitus*, mas não se reduz a ele.

Isso importa porque tal conceito não é menos relevante na discussão cultural e envolve *modo de vida*. Segundo Setton (2002), o termo *hexis* era utilizado desde a Antiguidade por Aristóteles para designar um processo de aprendizagem que se manifestava por meio do corpo e alma. Durkheim também utilizou *habitus* para falar de um estado individual profundo e interior, que orientaria as ações no mundo.

Assim, os seres humanos existem e coexistem no mundo à medida que elaboram projetos, buscam dar concretude aos seus objetivos e prever destinos. No entanto, o próprio projeto é práxis que, enquanto tal, se reformula constantemente. Nesse sentido, um estudo dos projetos dos atores é também um estudo das emoções, das intenções de transformação do real. É isso que “anima” as práticas cotidianas e formula interesses comuns. Em Bourdieu (1976), *habitus* é como um

sistema de disposições duráveis e transponíveis, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações — e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas (1983, p. 65).

A busca era de constituir um conceito de mediação, um elo entre práticas individuais e condições sociais, ou seja, um sistema individual, construído do socialmente partilhado e construído — estruturadas no social. O individual é

também coletivo: seus projetos, suas preferências, entre outras. “O *habitus* é uma subjetividade socializada” (BOURDIEU, 1992, p. 101).

Segundo Setton (2002), os atores sociais agem conduzidos pela pressão do campo — conjuntura — com um *habitus* e, assim, parece haver uma homogeneidade nas ações daqueles que partilham experiências similares e no mesmo grupo. Guerra (1993) não se aprofunda em seu texto nessa discussão, mas é notória a busca da autora em apresentar que outros fatores e elementos devem se somar ao debate sobre modo de vida. O passado, inclusive, não é um elo perdido e guarda a possibilidade do desenvolvimento de projetos futuros e, por isso, se faz necessário o estudo das tradições.

Modo de vida está diretamente relacionado à discussão de cultura e dos referenciais culturais dos atores sociais. Cultura não são normas, valores, sistemas estruturados; são teias, redes de significados e significantes que homens e mulheres tecem ao longo da História. Por isso, entendemos que modo de vida está articulado a práticas culturais instituintes da História e influenciados por ela, mas que não se reduzem a ela. Utilizam-se das tradições para subsidiar a forma de existir no mundo, compreendendo imaginários, representações e sentimentos de pertença a um grupo. Assim, defendemos uma ciência do cotidiano que valorize ações e criações dos atores sociais.

1.4 Por uma ciência do cotidiano, das práticas e dos gestos

Esta tese reivindica uma ciência das práticas e fazeres cotidianos na medida em que, como já mencionado, volta o olhar para os espaços de resistência da pesca artesanal. Trata de compreender como as reinvenções surgem e se manifestam para que o modo de vida artesanal sobreviva e seja mantido, além do quanto as mulheres contribuem por meio da arte.

Damos crédito, aqui neste item, às *artes de fazer*, a partir de Michel de Certeau (2014) quando estabelece a metodologia e a fundamentação para o estudo do cotidiano. Em seu livro, dá especial atenção a Wittgenstein por acreditar que esse autor auxilia na compreensão desses fazeres, desenvolvendo uma “épura filosófica para uma ciência do ordinário” (p. 29).

Assim, apesar de dialogar com Foucault (1981) e com Bourdieu (1976), difere-se dessas abordagens principalmente pela ciência proposta de se localizar “nos modos de proceder da criatividade humana”. Por exemplo, Foucault, em *Microfísica do poder*, dá atenção especial ao aparelho reprodutor da disciplina, como se ele se introjetasse em todas as práticas e relações sociais e determinasse as subjetividades e os modos de agir. No entanto, seu interesse é identificar as possibilidades de criação, o que escapa desse suposto determinismo da vida dos atores sociais. Trata-se de buscar a compreensão pelo lado que nomeia de “consumidores” em vez de chamá-los de “dominados”. Sua motivação é, por assim dizer,

descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela (rede de vigilância): que procedimentos populares (também minúsculos” e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los, enfim que “maneiras de fazer” formam a contrapartida do lado dos consumidores dos processos mudos que organizam a ordenação política (CERTEAU, 2014, p. 40).

Para esses estudos do cotidiano, é importante entender que “maneiras de fazer” são as práticas utilizadas pelos atores sociais em seus contextos e pelas quais reapropriam o espaço, realizando “técnicas de produção sociocultural”. Assim, significa pensar a cotidianidade como forma de possibilidades dada a criatividade dos seus atores e suas formas de ação, em que essas práticas podem alterar o funcionamento das estruturas tecnocráticas. Em outro sentido, não é a análise, segundo Certeau, de como a violência se converte em tecnologia disciplinar, mas como as “bricolagens”, táticas diferenciadas, transformam as redes de vigilância. Trata-se, sobretudo, de compreender a antidiplina a partir das relações entre os atores sociais do cotidiano. Eis aqui, o tema do livro de Certeau: a antidiplina!

A cultura popular conta, desse modo, com uma arte de fazer que se expressa em consumos combinatórios e utilitários, ou seja, a arte de pensar está imbricada na arte de fazer, de agir. Para a compreensão dos fenômenos do cotidiano, o modelo de linguagem, projeto desenvolvido nos últimos anos do filósofo e proposto por Wittgenstein, precisa ser levado em consideração. Tal modelo realiza uma crítica ao uso que a própria Filosofia faz da linguagem, na medida em que critica todo o uso metafísico da utilização na linguagem porque extrapola o que o falar possa dizer.

Combate a profissionalização da Filosofia, de um discurso que se enclausura na tecnificação de um discurso da especialidade e também na questão da metafísica, que teme perder a autoridade ao desenvolver um discurso sobre a linguagem da experiência comum (CERTEAU, 2014, p. 67). A linguagem cotidiana também deve ser tomada como significativa, pois traz os elementos das formas de vida. A linguagem é como a prosa do mundo se manifesta.

A análise será um exame interno a este trabalho de nossa língua. Ela é levada assim a reproduzir a sua disseminação, que faz um pedaço todo o sistema. Mas procurando precisar a morfologia de uso das expressões, isto é, examinar seus domínios de uso e descrever suas formas pode reconhecer diferentes modos de funcionamento cotidianos, governados por regras pragmáticas, elas mesmas dependentes de formas de vida (CERTEAU, 2014, p. 68).

O retorno da linguagem ordinária quebra e faz falir a hierarquização do conhecimento e, portanto, destrói poderes e autoridade. Nas práticas cotidianas do falar, do caminhar, do habitar, do cozinhar se incluem formas de falar de se apropriar e de cozinhar, que podem criar e recriar os contextos, podendo refutar, resistir e ressignificar as estruturas. De outra forma, são as práticas da vida que dão substância à existência dos atores sociais.

2 A PESCA ARTESANAL COMO MODO DE VIDA TRADICIONAL E IDENTIDADE

Figura 3 – Canoas na Praia do Pontal



Fonte: Arquivo da Pesquisa (2018).

Este capítulo apresenta a discussão sobre elementos que compõem e estruturam o modo de vida artesanal da pesca. Para tal, é preciso entender o que é a pesca artesanal, o que a difere de outros tipos de pesca e o papel das mulheres nessa atividade secular.

2.1 A pesca artesanal

A identidade se encontra, bem como a cultura, em permanente modificação e assimilação de novos valores e significados. Falar sobre identidade cultural significa pressupor o sentimento de pertencimento e reconhecimento dos aspectos de dada cultura. Da mesma forma, é importante pensar que valores e crenças assumidos num contexto atual são capazes de influenciar a receptividade de determinada expressão artística.

Sabe-se, então, que a identidade é um elemento chave da realidade social subjetiva, e como toda realidade subjetiva está numa relação dialética com a sociedade. A identidade é formada através de processos sociais. Uma vez formada, é mantida, modificada ou tem uma nova remodelagem provocada pelas relações sociais (BEGER e LUCKMANN, 1985, p. 228).

Juntamente com a discussão de identidade, em relação dialética com a sociedade e os processos intersubjetivos das comunidades de pesca, cabe tratar, sumariamente, do conceito de pertença. As comunidades de pesca são consideradas pelos atores sociais não apenas por suas práticas, mas pela sensação de pertença. E “pertencer não é apenas ser, mas estar no mundo. É ser e estar em um mundo específico que se reconhece como o seu lugar de origem e a partir disso pode-se reconhecer a si mesmo como pessoa e os outros” (KOURY, 2001, p. 133).

Para Koury (2001), só se reconhece o individual por meio do coletivo; o “eu” pelo “nós”. É a vivência do “eu” no mundo comum, com um intercruzamento de tempo e espaços comuns com outros “eus”. É nesse espaço que se cria a *rés* (coisa)/esfera pública partilhada pela comunidade: os diversos “mapas” que os próprios sujeitos estabelecem formam a cultura e a sociabilidade no espaço. Essa construção é, ao mesmo tempo, simbólica e imaginária e se dá, também, pelo retorno e pela lembrança de um passado comum, semelhante. Rememorar o lugar de origem é enraizar-se.

Enraizar-se é assim não uma espécie de tornar-se isolado, mas de tornar-se autônomo. É uma espécie de tornar-se do mundo a partir do seu lugar. Quanto mais enraizado, mais autônomo, porque mais perspicaz e mais compreensivo consigo e com os outros que, autonomamente, se relacionam entre si e em si, enquanto linguagem comunicativa que estipula fronteiras e suas ultrapassagens para o permanente constructo de mim (KOURY, 2001, p. 134).

Segundo o autor, a modernidade tem ocasionado o isolamento dos atores da esfera pública comum e a solidão na esfera privada por meio da objetificação das relações sociais, da mercantilização da vida e do estabelecimento das coisas em detrimento dos sujeitos. Causa a apartação do público e privado e tal situação só pode ser modificada com o retorno do pensar e redescobrimiento do sentimento de coletividade para o construto dos interesses que são coletivos. As entrevistas na pesca demonstram bem esse sentimento de busca coletiva, de reconhecimento comum, da busca pela coisa pública, sociabilidade pela valorização das tradições e do imaginário. A pesca artesanal ainda resiste, embora exista toda a mercantilização da vida.

A pesca é uma atividade extremamente antiga, sendo possível evidenciar sua presença atrelada ao desenvolvimento da agricultura e mesmo antes dela, representando importante fonte de aquisição de alimentos tanto nos tempos primitivos como atualmente. Sua composição e suas formas de organização são alteradas com o passar do tempo. Por exemplo, durante a Idade Média, a pesca lagunar e de interior funcionavam como forma de pagamento da terra pelo servocamponês ao senhor feudal. A pesca e fabricação de redes, como atividade econômica, também foram incentivadas pelos monges para atender o consumo dos cristãos. Entre os séculos VII e X, o peixe foi inserido na alimentação da população europeia. Posteriormente, a pesca passou a ser uma atividade desenvolvida pelas cidades medievais e, mais tarde, assistiu-se ao desenvolvimento das pescas transoceânicas (DIEGUES, 1995).

Já no Brasil, o surgimento da pesca de crustáceos, molusco e peixes como forma de subsistência remete a uma atividade praticada pelos índios, antecedente a chegada dos portugueses no país. Os sambaquis⁴, encontrados pelo litoral

⁴ Sítios arqueológicos encontrados na costa brasileira que permitem o reconhecimento da ocupação humana há anos atrás, ou seja, o estudo dos habitantes mais remotos, seus vestígios, pelo acúmulo e empilhamento

brasileiro, demonstram a importância dessa atividade desde séculos remotos. Durante o período colonial, o consumo de frutos da pesca também abastecia a mesa da população (DIEGUES, 2004). Além disso, outros grupos foram importantes no desenvolvimento da pesca artesanal brasileira, que adquiriu características culturais próprias, tendo, por influência, os indígenas, os portugueses e, principalmente, os negros. Essas influências, desde o período da colonização, fizeram com que Silva (1993) defendesse uma cultura marítima brasileira. Essa cultura marítima se relaciona à cultura das camadas populares, o que incorre numa questão: por que não chamar de Cultura Popular? O autor diferencia uma da outra, pois esta última tende à homogeneização dos modos de vida das camadas populares. Assim, preserva-se que falar em camadas, além de preservar a heterogeneidade, ainda incorpora como importante a observância dos modos de comer, falar, caminhar, silenciar — os fazeres que esta pesquisa se destina a entender. Assim, a “pluralidade dos modos de vida” precisa ser levada em consideração.

Então, fica evidente que a subcultura dos pescadores, chamada pelo autor de “cultura marítima”, se relaciona ao sistema de simbologia e valores mais amplos e é, por ele, influenciado. Isso significa que alguns símbolos como, por exemplo, São Pedro, padroeiro dos pescadores, cujo dia se comemora em 29 junho, também engloba o sistema de referencial cultural mais amplo. Portanto, não pertence só ao universo da pesca.

Atualmente, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2013), o Brasil conta com um contingente de 440.266 pescadores artesanais — trabalhadores por conta-própria, não remunerados e voltados à produção para o próprio consumo — e representam a maioria dos pescadores brasileiros (90,3%). Os pescadores industriais — assalariados, com ou sem carteira de trabalho — equivalem a 9,7%, correspondendo a 47.884 trabalhadores (CAMPOS; CHAVES, 2015). Dessa forma, a pesca se constitui numa atividade extremamente relevante para a segurança alimentar, sendo os pescadores artesanais responsáveis por mais da metade da produção pesqueira do país (RÜDE; VIANNA, 2016).

de material orgânico que se calcificou. Em Arraial do Cabo, a Ilha de Cabo Frio, possui dois sambaquis: o sítio da Ilha de Cabo Frio e sítio Usiminas. O primeiro ocupa uma duna ativa e parte está submersa, já o outro está acima do mar 53 m, numa duna (Bertoloto *et al.*, 2015). Disponível em: http://periodicos.uff.br/uso_publico/article/view/28771/16699. Acesso em: 15 ago. 2019.

Dentro do modo de exploração capitalista, a pesca adquire a modalidade industrial, cujas posses dos meios de produção se encontram vinculadas a uma empresa capitalista, com uma forma de organização vertical, indo da pré-captura — a confecção dos petrechos de pesca, embarcação, insumos — até a venda e industrialização do pescado, bem como seu beneficiamento. Algumas funções passam a ser remuneradas salarialmente, como a do motorista do barco e do gelador, enquanto algumas outras, como a do próprio pescador, são pagas com parte da produção. Além disso, nesse modelo de pesca, há a introdução acentuada e danosa dos equipamentos tecnológicos nas atividades pesqueiras, como sonar, radar, ecossonda e a infraestrutura do barco passa a exigir capacidade para tonelagem. A pesca industrial limita o saber-fazer do mestre-pescador tradicional que, com sua experiência e conhecimento popular, aprendeu a controlar os ciclos da natureza, a percepção dos cardumes, entre outros (DIEGUES, 1995).

A principal diferença que marca a pesca artesanal da industrial pode ser encontrada na Lei nº 11.959/2009, auxiliada pela Instrução Normativa Interministerial 10/2011, que definiu a primeira como aquela praticada por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado ou podendo utilizar embarcações com Arqueação Bruta (AB) menor ou igual a 20 (art. 8º, inciso I, “a”, da Lei Federal nº 11.959/2009 e art. 2º, inciso IV, da Instrução Normativa Interministerial 10/2011). Já a segunda é a praticada por pessoa física ou jurídica, com o envolvimento de pescadores profissionais empregados ou em regime de parceria, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte (de qualquer AB), com finalidade comercial (art. 8º, inciso I, “b”, da Lei nº 11.959/2009). A Lei nº 11.959/2009 também incluiu, no conceito de “pesca artesanal”, os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal.

Assim, a cadeia da pesca artesanal é constituída de inúmeras atividades que vão desde a pré-captura até a limpeza do pescado e a comercialização. Nessas atividades, a família majoritariamente se divide em torno de si. Como em toda sociedade, de forma geral, aqui também se manifesta a divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2009). As mulheres se dedicam, principalmente, aos trabalhos em terra, ou à mariscagem e também ao beneficiamento do pescado; os homens, à captura. Tal assunto será abordado no item 2.3, quando realizamos um esforço de

desconstruir a opinião forjada no senso comum, e até mesmo reforçada pelo pensamento científico por algumas décadas, de que a pesca é uma atividade masculina.

A relação entre a pesca industrial e artesanal é marcada por inúmeros conflitos que, em certa medida, ameaçam a existência do modo de vida tradicional desta última. Diegues (1995) subdivide, em dois grupos, os pescadores que vivem da pequena produção mercantil: pescadores-lavradores e pescadores artesanais.

No primeiro grupo, a pesca se encontra associada ao cultivo de outros insumos, como a mandioca, vegetais, legumes e produção agrícola de forma geral, estando estritamente associada ao cultivo da terra. Assim, a pesca não se constitui na principal atividade; é complementar e integra um sistema de trocas, cuja unidade de produção é principalmente a família, a vizinhança. Os instrumentos para a pesca também são feitos com base familiar e utilização dos recursos naturais. A reprodução social desse grupo se encontra mais vinculada à lavoura que a pesca.

Já no segundo grupo, o dos chamados pescadores artesanais, algumas características dos pescadores-lavradores são mantidas e outras são adquiridas. Na pesca artesanal, a família continua a ser uma rede importante de cooperação, mas expande-se para outras formas de produção na medida em que a principal atividade agora é a pesca, e não mais a lavoura. Acentua-se a divisão daqueles que detêm os meios de produção como, por exemplo, o dono de barco em relação àqueles que pescam. Há a ampliação da exploração dos ambientes de pesca, como algum incremento tecnológico, como redes de náilon, embarcações motorizadas e incrementos para o processo de conserva e distribuição do pescado.

A relação mercantil é ampliada, evidenciando a figura do atravessador para a garantia do mercado consumidor. Atingir o mercado é o objetivo final de sua atividade, ainda que parte da produção seja retirada para sua subsistência. De todo modo, o que caracteriza a pesca artesanal é a pequena produção mercantil, uma atividade baseada no saber-fazer que advém da experiência e observação da natureza pelos pescadores. O excedente é reduzido e irregular, contando com baixa capacidade de armazenamento, e a dependência do intermediário é notória.

Sobre os conflitos da pesca, segundo Hellenbrandt (2012), manifestam-se de numerosas formas, por meios intrínsecos à própria pesca e também por motivos externos a ela como, por exemplo, conflitos que se dirigem a quem tem legitimidade para a exploração do recurso, ou direito à propriedade; conflitos na gestão dos

mesmos, ou seja, na utilização ou mesmo elaboração dos planos de gestão da pesca — esses dois primeiros são conflitos externos e que se direcionam aos acordos e demandas junto à esfera pública —; conflitos dentro do próprio grupo de pesca, por petrechos ou entre comerciantes e pescadores, entre pescadores industriais e artesanais; conflitos por tecnologias diferenciadas; conflitos com o turismo e de pescadores com agricultores; e conflitos ocasionados pela sobreposição de atividades. De todo modo, os conflitos na pesca se dirigem à questão do recurso natural, como e quem tem direito de usufruir. Como o recurso pesqueiro é livre e de utilização comum, a exploração por uns pode ocasionar na falta ou insuficiência de recursos para outros. O importante é compreender que são diferenciadas visões de mundo e concepções políticas e econômicas que se chocam, ocasionando o conflito.

Para Silva (1993), o que caracterizava o modo de vida da pesca artesanal era o trabalho pré-capitalista, pré-industrial, no qual predominava o desperdício das horas de trabalho, o que significa que o trabalho seguia a lógica do consumo e da necessidade, não servindo para gerar excedente de produção. Pescavam e plantavam o suficiente para comer. Com as modificações mercantilistas e o capitalismo que passou a permear as relações sociais, as disputas por terras para sua comercialização e elevação do preço, entre outros, passaram a disputar espaço com as relações tradicionais da pesca artesanal. Era o tempo natural, e não o tempo do relógio que direcionava a vida dos pescadores. Nesse sentido, Silva (1993) confere especial atenção ao conteúdo da resistência que estes imprimem em seus cotidianos: a cultura, por meio das práticas religiosas, das canções e das festividades, auxilia no suporte à modernização e difusão do pauperismo e proletarização da pesca na medida em que a pesca teve que se readequar para passar a atender os mercados compatíveis com a pequena pesca.

Silva (2010) alega que a pesca artesanal, ainda nos dias atuais, supõe uma utilização rudimentar de tecnologia, tendo, como base da atividade, o trabalho manual. Para ele, essa modalidade de pesca, apesar das investidas da pesca industrial, vem se mantendo como uma importante atividade econômica e subsistência de um grupo, significando uma arte e resistência na preservação do seu modo de vida.

2.2 Modos de vida e expressões culturais pesqueiras

Para Silva (2010), ao analisar os significados culturais da pesca artesanal e entender essa modalidade como arte, o território no qual se constituem as relações de trabalho — o mar — propicia uma construção simbólica e material em torno dos mitos, das utopias e das práticas socioculturais que caracterizam esse grupo e garantem sua identidade. O ambiente de trabalho comum, somado à terra — território de moradia e convivência pós e pré-trabalho —, permitem a convivência cultural e afetiva, ampliando as relações e possibilidades de significados que vão caracterizar o grupo.

Apesar do texto em questão fazer referência à cultura da pesca marítima, infere-se que os conceitos e as conclusões referentes à identidade se mantêm para todo grupo que vive da pesca artesanal, bem como auxiliam na formulação da hipótese de que não é apenas o trabalho dá coesão ao grupo. Acreditamos, aqui, que outras práticas, como artesanato, cantigas, poesias, gastronomia e expressões artísticas de forma geral, simbolizam e dão substância a essa identidade.

A esse respeito, Silva (1993) trata de uma cultura marítima a partir da formação sociohistórica dos séculos XVII ao século XX de grupamentos que se espalharam pelo litoral brasileiro, vivendo, sobretudo, da pesca — o autor se dedica a pensar as caiçaras, principalmente de São Paulo e os jangadeiros de Pernambuco —, consolidando modos de vida que lhes são próprios e diferenciados. Silva argumenta que as diferenças culturais entre esses grupos vão divergir inteiramente de grupos que se centram sobre outros nichos ou atividades. Num mundo pré-industrial, o tempo de vida e os arranjos com a natureza fizeram com que embarcações e artefatos fossem adaptados ao ambiente que exploravam. Nessa época, a transmissão dos saberes era garantida pela tradição oral — as condições do cardume, rota e localização, instrumentos de manejo da pesca e embarcação. Nesse sentido, o autor dá especial atenção às festividades e às cerimônias, pelas quais, nas cantigas, se transmitiam saberes. Os grupos que viviam do mar se conheciam e reconheciam enquanto tais pelas canções e festividades. As letras guardam elementos comuns da cultura marítima.

Nesse sentido, é imprescindível garantir atenção especial e valor às tradições que, para Almeida (2000), referem-se ao conhecimento passado de geração para geração e que permitiu a leitura e interpretação do mundo.

Na ausência da ciência é a ele que se recorre para o enfrentamento de problemas técnicos de produção, para o conhecimento dos fenômenos do ecossistema, para a fixação de regras de conduta, para o acesso às idealidades mais amplas e inconscientes (ALMEIDA, 2000, p. 55 *apud* SILVA, 2010, p. 60).

A autora fala de intelectuais da tradição, referindo-se aos atores capazes de relacionar as informações disponíveis e empreender análises, desenvolvendo a “arte de ouvir e ler a natureza à sua volta”, o que se difere substancialmente de ter informações, na medida em que estas não significam necessariamente conhecimento. Valorizar o conhecimento popular e tradicional pressupõe a fuga da compartimentalização do próprio saber, para buscar adentrar as complexidades e possibilidades humanas. Almeida (2010) ainda difere *conhecimento* de *sabedoria*. Para ela, *sabedoria* é algo mais profundo que o próprio *conhecimento*. É tudo aquilo que permanece, apesar de toda a fluidez do mundo. Assim, esse conceito se direciona às coisas essenciais e basilares.

A sabedoria é como o lodo que mantém viva uma lagoa; é o que sobrevive em meio à superpopulação das ideias, dos conceitos, das informações. Quando dizemos que ‘somos um dos fios da teia da vida’, quando assumimos para nós próprios a ideia de que a vida é uma teia, estamos anunciando e vivendo uma sabedoria, porque as teorias podem mudar, informações novas podem aparecer, mas apesar dessas mudanças podemos continuar dizendo ‘a vida é uma teia de muitos fios e nós somos um desses fios’. O conhecimento se transforma, porém a sabedoria fica porque fala do essencial e permanente que se desdobra nos fenômenos, no particular, no fugaz, no instantâneo (ALMEIDA, 2010, p. 4).

A sabedoria está vinculada à preservação de algumas tradições e se relaciona a um saber-fazer típico de grupos populares, para os quais a defesa desses saberes faz parte de um processo de resistência frente a um modo de vida capitalista, que incentiva a individualização e a mercantilização da vida, conforme apontado anteriormente. O conhecimento é sempre provisório e parcial. A autora acredita que o conhecimento científico, não sendo a única forma de significar e compreender o mundo, deve buscar a complementariedade nos saberes das populações tradicionais.

Desse modo, para Silva (2010), o conjunto dos pescadores artesanais procura transmitir seus saberes e fazeres para toda a comunidade, de forma que

seu modo de vida se perpetue. Além disso, transmitem suas crenças, valores e percepções, tentando fazer com que o elo do passado com o presente não se perca. Assim, é constituída, na concepção do autor, a cultura da pesca artesanal com o fato do grupo recordam-se do mesmo passado (p. 61). A cultura remete a um passado comum para toda a comunidade pesqueira.

A identidade desse grupo se dá num embate constante entre o velho e novo, entre o tradicional e as ressignificações atuais. Para Silva (2010), o que fortalece essa identidade é o sentimento de pertencimento com o local de trabalho — no caso, o mar, estudado por ele. Não porque fornece um sustento satisfatório, mas porque o homem subordina e domina esse ambiente.

Existe prazer na atividade exercida, o que demonstra um saber-fazer que garante reconhecimento comunitário. A identidade não é apenas representada objetivamente, mas por meio de crenças e representações simbólicas. A experiência e o conhecimento do pescador antigo se traduzem em sabedoria, não sendo apenas o domínio da técnica, ou seja, um saber-fazer, mas trata-se de saber quando e onde utilizar as técnicas. É um saber que não se adquire apenas por meio da experiência, mas pela história oral intergeracional, sendo o território o espaço privilegiado onde se manifestam as práticas simbólicas e concretas das relações entre o grupo pesqueiro.

Nesse mesmo sentido, Cunha (2003) alerta para a valorização do que denomina como “saberes patrimoniais” da pesca artesanal, os quais devem ser compreendidos dentro de uma abordagem da tradição que, ainda que garanta a chancela do passado, não é estanque e representa conhecimento e domínio do homem-natureza. O valor do trabalho desse domínio e do conhecimento gerado a partir da experimentação e a análise das condições naturais são de suma importância para compreender a identidade e o conjunto dos pescadores artesanais.

Compreender esse domínio é levar em consideração que o tempo da atividade da pesca artesanal não se insere no tempo urbano-industrial — pelo contrário: suas atividades são principalmente controladas e seguem o movimento das marés, da interferência dos astros, das espécies e da atmosfera. O tempo da natureza é respeitado. Para tal, os homens que vivem da pesca artesanal desenvolveram uma série de saberes patrimoniais de conserva dessa natureza — mecanismos de controle ecológico — e de modo de vida. Alguns exemplos, citados

por Cunha (2003), são: observação sistemática “de acordo com suas leis”, desenvolvendo mitos, lendas, crenças e tabus culturais que auxiliam nesse controle ecológico; e sistemas de alerta das condições para a pesca, a partir da observação da interferência da lua nas marés e dos ventos, evitando situações de perigo, entre outros.

Callou (2010), ao fazer o levantamento da cultura e heranças socioculturais dos “povos do mar”, analisa a importância das lendas, cantigas e danças que compõem o imaginário dessa população. Retoma alguns estudos de Câmara Cascudo (1964) para o qual o pescador, durante o trabalho, costuma adquirir uma postura de seriedade e reserva. No entanto, em terra, possui “divertimentos ricos em vivacidade”, com músicas acompanhadas do violão e sanfona, entre outros. As festas religiosas e de padroeiros da pesca, como São Pedro, Santo Antônio, Nossa Senhora dos Navegantes, do Espírito Santo, são bastante comemoradas. Callou (2010 *apud* SETTI, 1985) alega que “os encontros musicais entre os caiçaras são acompanhados ou não de danças, e constituem-se em um dos elementos de ligação de sociabilidade e de solidariedade na vida das comunidades”.

Faz uma análise desses estudos envolvendo as populações de pescadores caiçaras e identifica que a música e as danças constituem o elo de ligação comunitário e canal de sociabilidade entre o grupo. É uma quebra na dura rotina do trabalho e auxilia a caracterizar e reforçar a identidade. Nessas cantigas e expressões corporais, encontram-se elementos culturais portugueses, indígenas e africanos fundidos, algo também evidenciado no modo de pescar. Entre os caiçaras, era comum o acompanhamento da viola e outros instrumentos de corda, como violino e rabeca (SILVA, 1993).

Já entre os jangadeiros no Nordeste — cuja maior influência musical foi dos negros vindos da África —, não eram admitidos instrumentos de corda, mas predominava o ritmo bem marcado de instrumentos de percussão e as cantigas entoavam versos e cantos-resposta. Além disso, nas tradições pesqueiras, eram comuns a umbigada e o coco, de origem africana, nas festividades, cujas letras demonstravam certo conservadorismo como, por exemplo, em relação ao lugar que deveria ocupar a mulher de um jangadeiro. Uma letra diz: “na lata, fica o homem; a mulher, na camarinha. No chiqueiro, fica o porco e, pela rua, a galinha” (SILVA, 1993, p. 74). Era uma referência à mulher do jangadeiro que deveria ficar em casa, pois a rua é lugar de mulher “não respeitável”.

Em relação à gastronomia, ao analisar o “azul-marinho”, prato típico das populações pesqueiras de Ubatuba, em São Paulo, Maranhão (2013) alega que os pescadores chegam a afirmar que aqueles que desconhecem esse prato não são “pescadores de verdade”. O preparo tradicional, que envolvia a salga do peixe — quando ainda não havia outro meio de conserva —, as conversas e a partilha sincera e solidária do alimento frito na beira do mar são traços culturais que fazem parte da construção do imaginário sócio-histórico dessa comunidade.

A culinária está diretamente relacionada à hospitalidade dos pescadores. É uma expressão cultural que garante valor às tradições dessa população e desempenha o papel de instrumento fortalecedor das relações afetivas, mantendo a coesão dos pescadores. Segundo Rude e Vianna (2016), a preservação dos conhecimentos tradicionais é um dos principais fatores de fortalecimento da identidade cultural. O trabalho dos autores busca identificar e documentar a culinária baseada na utilização de frutos do mar junto aos pescadores do sul da Bahia, conferindo importância à valorização das tradições das comunidades pesqueiras. Acreditam que o reconhecimento e a valorização desses saberes e fazeres auxiliam a integração dos pescadores nos processos de gestão e conservação do meio ambiente. Dessa forma, os autores registram os petrechos tradicionais da pesca, bem como os pratos típicos dessa culinária.

Identificaram a preservação no imaginário dessas populações das tradições indígenas de pesca, como, por exemplo, fibra de tucum para a confecção de redes, cordas de embira e modelos de canoa. Com o tempo, o fio de tucum foi sendo substituído pelo fio de náilon porque este era mais prático e não precisava ser posto para secar nem desfiava. Houve, também, a introdução dos barcos a motor e do gelo. Acerca dos pratos típicos, registrou-se o peixe assado na folha de bananeira, licor de biri-biri — também chamado de limão-japonês —, moqueca com biri-biri, e fritada de ouriço. Os autores ressaltam a necessidade da retomada desses saberes que correm o risco de desaparecerem, na medida em que novas técnicas estão sendo adotadas e os mais velhos sabedores têm perdido sua importância social na comunidade. No entanto, essas práticas são ressignificadas e reapropriadas segundo as necessidades atuais.

Outro saber artesanal que tem se perdido com o tempo é o de construtores de barcos artesanais de madeira, os chamados “mestres barqueiros”. Segundo Corrêa (2009), os centros de construção das embarcações sempre foram espaços

de convivência e transmissão de saberes artesanais, constituindo-se como uma atividade secular e tradicional. Segundo o autor, essa atividade se dividia em três segmentos: a dos carpinteiros, que moldam a madeira ao formato de um barco; calafate, que atua após a montagem do barco na vedação deste com algodão, óleo de linhaça e zarcão, impedindo a entrada posterior de água; e os pintores, garantindo o acabamento, as cores e a identificação do barco — em geral com nomes associados à região, religião ou família.

Já na estrutura hierárquica, existem as seguintes subdivisões: mestres barqueiros, aqueles que detêm a propriedade de pequenos estaleiros; os artesãos como trabalhadores autônomos; e os aprendizes, que se iniciam nas atividades da construção e, na maioria das vezes, fazem parte da família do proprietário, obtendo um conhecimento que é passado de geração a geração. Os mestres adquirem um status social de prestígio, não por terem o estaleiro, mas por deterem um acervo cultural que supre, de certa forma, a demanda naval. Fazem parte da História dos bairros e constroem suas referências baseadas nesses saberes. É um trabalho vinculado à identidade e memória coletiva de um povo.

2.3 Gênero e “mulheres da pesca”

A pesquisa se destina a estudar e compreender a participação das mulheres nas expressões culturais relacionadas à pesca e já aponta uma carência de enfoques nesse âmbito. Muitos textos encontrados se relacionam ao trabalho da mulher, à divisão desigual de tarefas nas atividades de captura dos pescados e à sobrecarga com as atividades domésticas e sua questão identitária. Pouco se fala de seu desempenho por meio das artes, bem como sobre seu papel que oscila de guardião das tradições e responsável pela transmissão dos saberes informais, abordando a complexidade que isso envolve.

Assim, pretendemos analisar como essas mulheres se percebem, que significado atribuem às tradições culturais da pesca, demonstrando as especificidades e a complexidade das relações, bem como uma análise que permita identificar as demais “teias” que estabelecem a partir de suas estratégias de ação.

As mulheres, apesar de terem participado dos “grandes e pequenos eventos da história humana”, como afirma Scott (1989, p. 29), foram secularmente afastadas

da escrita oficial e suas experiências não tiveram a devida importância, o que propiciou a publicização da história apenas dos homens. Portanto, incorporar suas perspectivas e vivências não significa criar uma versão exclusiva das mulheres — pelo contrário: é oportunizar a compreensão de como se estruturam as próprias relações sociais, a política, as instituições, o mercado de trabalho, a arte e outros mediante adoção do gênero como uma categoria de análise.

O conceito desse termo, cunhado por Scott (1989, p. 21), é de suma importância na medida em que fornece respaldo para uma análise da organização da vida social, ao compreender gênero como “elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos”, sendo “uma forma primeira de significar as relações de poder”, a qual sempre se exerce de forma hierárquica.

O termo “gênero” contempla, ao mesmo tempo, a percepção dos símbolos que justificam a supremacia do homem em relação à mulher; as normas criadas, tendo, como base, esses símbolos, e reproduzidas nas instituições sociais; a construção fixa e binária entre homens e mulheres; e a identidade subjetivada criada a partir desses fatores. O afastamento das mulheres do mundo público e sua “dedicação” ao lar foram construídos socialmente.

Por assim dizer, o gênero permite decodificar os sentidos que as coisas adquiriram ao longo do tempo. Por isso, Scott (1989) considera que “homens” e “mulheres” não são categorias fixas, mas permeadas por uma infinidade de possibilidades.

O gênero, como categoria de análise, dispensa as definições biologizantes e entende que estas serviram para instituir uma dominação masculina que naturaliza e dá legitimidade às posições ocupadas por homens e mulheres. Segundo a enciclopédia Einaud (1989), para essas teorias, haveria um polo positivo (homem) e outro negativo (mulher), haja vista que se estabeleceram em símbolos construídos sobre pares dualistas, como alto e baixo, quente e frio, claro e escuro, ativo e passivo.

Desse modo, a diferença anatômica percebida nos corpos serviu como justificativa natural para determinar os comportamentos, que são sociais. Assim, as mulheres foram tidas como seres intelectualmente incapazes, frágeis, caseiras, passivas e dotadas pelo dom da maternidade enquanto os homens, em oposição, eram fortes, viris e inteligentes.

Entender o gênero e contemplá-lo no escopo da pesquisa como categoria de análise da vida social e, portanto, das expressões artísticas vinculadas à pesca pode contribuir para dar luz àquelas que ocupam uma das posições mais desprivilegiadas na pirâmide social, na qual as diferenças podem facilmente ser evidenciadas em dados estatísticos acerca do mercado de trabalho, escolaridade, violência doméstica, entre outros.

2.3.1 Trabalho feminino e invisibilização

Acerca das mulheres da pesca, os textos apontam a dificuldade no seu reconhecimento como pescadora e a invisibilização do trabalho feminino, na medida em que este é considerado como uma extensão das tarefas domésticas, ainda que constitua uma atividade produtiva⁵. Isso se dá porque a pesca artesanal conta com a unidade da família (FIGUEIREDO; PROST, 2016; ALMEIDA, 2013; MELO *et al.*, 2009) como forma de produção. Nesse sentido, as mulheres aparecem como principais responsáveis pela perpetuação social do modo de vida pesqueiro, ainda que isso não seja amplamente entendido pela comunidade em que se inserem. Tal fato lhes deveria conferir um espaço particular de poder. No entanto, esse obscurecimento simbólico pode ser explicado pelas marcadas relações de gênero, ou seja, pelas perspectivas hierárquicas de poder afirmadas no sexo que continuam a se propagar em todas as esferas e instituições sociais.

Isso também demonstra uma divisão sexual do trabalho, a qual estipula que o lugar de homens se volta à esfera produtiva enquanto o trabalho feminino é direcionado à reprodutiva. O trabalho feminino tende a ser entendido e definido como uma extensão das atividades domésticas. A divisão sexual do trabalho é “uma forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos” (KERGOAT, 2009, p. 67). É adaptada e absorvida por cada sociedade de forma diferenciada, mas tal conceito que adquiriu a partir dos estudos feministas e do estatuto de categoria analítica demonstra que as relações entre homens e mulheres não se dão de forma complementar, mas com assimetrias e hierarquia de poder, ou

⁵ Acerca do trabalho feminino ver a Cartografia de Conflitos socioambientais a que as mulheres da pesca estão submetidas, pelo link: <https://www.mulheresnapesca.uenf.br/mapa.php>
O projeto mulheres da Pesca (UENF) trabalha com análises das atividades em que mulheres do norte fluminense e das baixadas litorâneas do Rio estão envolvidas.

seja, o trabalho masculino tem mais valor social e, por isso, o feminino lhe está subordinado.

Os estudos de gênero no Brasil adentraram a academia na década de 1970, colocando em pauta que a masculinidade e a feminilidade são construções sociais, um produto histórico, variável no tempo e no espaço. O caminho percorrido para a institucionalização do debate deste conceito nas universidades se deu mais a partir de uma ação das acadêmicas, que possuíam contato com militantes feministas internacionais e com teorias vindas de outros países, do que necessariamente da pressão de um movimento social feminista do país (SORJ; HEIBORN, 1999).

Motta-Maués (1999) empreendeu uma análise que buscou realizar um levantamento desses estudos voltados para as comunidades pesqueiras nas décadas de 1970 e 1980, mais propriamente acerca da Amazônia, espaço onde a pesca se dá de maneira enfática. A pesca sempre foi vista como lócus de atividade estritamente masculina e o esforço da autora, então, foi de catalogar os trabalhos de teses, dissertações e textos que pudessem demonstrar a condição feminina nesse espaço. Na época, constatou que os estudos que envolviam “mulheres nas atividades pesqueiras” eram muito escassos, ou seja, existia uma invisibilização desse tema ainda que o gênero estivesse ascendendo como uma categoria analítica nas universidades.

Segundo a autora, ao desconsiderar parte importante e ativa das comunidades pesqueiras, as análises estariam sempre incompletas, na medida em que dispensavam o trabalho produtivo em outras áreas que as mulheres costumam desenvolver, como a agricultura e também o trabalho reprodutivo, que permitiam condições para o homem exercer suas tarefas. Assim, o trabalho da mulher sempre foi de fundamental relevância para a subsistência e manutenção da família de “pescadores”. Aqui se percebe a velha dicotomia dos espaços reservados a homens e mulheres: público e o privado. No caso da pesca, o público estaria relacionado ao mar e às águas correntes; o privado, a tudo que envolvesse a terra. O trabalho na terra aparece como uma extensão dos afazeres domésticos, sob “responsabilidade feminina”.

Para E. Woortmann (1992), os estudos relacionados à pesca não podem desconsiderar essas outras atividades em terra, em geral vinculadas à mulher, na medida em que, nas diversas comunidades pesqueiras estudadas, a agricultura apareceu como uma atividade econômica relevante e a cargo delas. A autora

identificou quatro espaços de trabalho subdivididos pelos sexos: terra, praia, mar de dentro e mar de fora. Na terra, trabalham as mulheres. Na praia e no mar de dentro — águas próxima da costa —, homens e mulheres trabalhavam juntos. No mar de fora, constitui-se o espaço masculino. A caracterização desses espaços é no mínimo interessante porque permite visualizar a hierarquia construída com base no território. O mar de fora é classificado acima do mar de dentro, na medida em que é o espaço do desafio, dos perigos, entre outros.

A segregação também estava relacionada ao valor cultural do alimento: o homem trazia o peixe do mar — principal proteína na mesa da comunidade da pesca — e a mulher colhia os legumes e verduras da terra. A importância do trabalho também era conferida pelo valor social do alimento e, nesse sentido, o trabalho do homem era tido como aquele de maior significância. Mas, à mulher, “cabia processar tanto o que vinha do mar quanto o que vinha da terra, isto é, produzir a comida” (WOORTMANN, 1992, p. 46).

A autora analisa a condição feminina através do tempo/espaço e alega que, nas décadas de 1930 a 1940, época das “terras soltas”, as mulheres realizavam o cultivo da terra e havia trocas não comerciais do sobressalente com a vizinhança. As terras soltas eram terras não mercantilizadas, de uso comunitário e familiar, sem cercamento ou dadas para fins de especulação imobiliária. As relações estavam mais baseadas no valor de uso dos extratos da natureza. Assim, os espaços mar e terra se interpenetravam e complementavam. O trabalho da mulher era complementar, ainda que hierarquicamente inferior ao do homem.

A manutenção e ajuda de um auxiliava e “viabilizava” o trabalho do outro. No entanto, quando o homem chegava com o peixe, a mulher deveria deixar seu trabalho e estar disponível para participar das demais atividades que envolviam a pesca — concebida não apenas como extração do pescado: esviscerar, limpar, filetar, entre outras. Estas atividades não eram computadas como trabalho, mas “auxílio” ao trabalho do homem. O não tempo de trabalho de um era muito diferente do não tempo de trabalho do outro. A terra era o espaço de lazer do homem e sua disponibilidade era bastante diferenciada à das mulheres, que se revezavam com todas as tarefas relativas ao cuidado da roça, do marido, dos filhos, da casa, do peixe e da comida.

No período subsequente, a partir da década de 1950, inicia-se uma mudança na terra, compreendendo o cercamento e início do *plantation*, as corridas ao cartório

para o registro das terras soltas por grupos políticos e economicamente abastados. Tal fato reconfigura o lugar da mulher nas trocas comerciais e simbólicas da comunidade pesqueira. A mercantilização do solo ameaça as antigas relações comunitárias baseadas na solidariedade. A cerca impede acesso às boas terras e afasta os pescadores agricultores da boa lavoura. As áreas de cultivo diminuem e o produto do trabalho feminino se reduz significativamente.

Assim, nos anos 1960, a mulher vai se tornando cada vez mais dependente do marido e a fartura alimentar, que não necessitava contar com o dinheiro, vai sendo restringida à produção do marido, que se vê ferido na sua função de provedor. O homem vai gradativamente ocupando outras atividades informais, como pedreiros, auxiliares em obras da construção civil e trabalho sazonal nas lavouras de cana-de-açúcar como “assalariado”. A mulher atua, nesta última, como braço auxiliar do homem.

O artesanato, desenvolvido pelas mulheres, continua existindo como forma de alternativa monetária, mas muito pouco rentável. Alguns deixam de existir, como a cestaria, devido à sub-utilização das mulheres em outros espaços para gerar renda complementar. Woortmann (1992) classifica o último período estudado, entre os anos de 1970 a 1980, como um “tempo muito esquisito”, no qual o saber tradicional da mulher voltado para a saúde, como parteiras e curandeiras, foi sendo paulatinamente transferido a outras mulheres e homens de saber acadêmico, onde as relações são mediadas pela competição e mercantilização, na qual faltam sementes e variedades de alimentos na mesa da população pesqueira.

Foi um momento de incerteza, no qual a mulher perdeu relativa autonomia perante o marido. A terra se tornou “cativa”, mas o mar, de certa forma, se manteve “liberto”, ainda que novas tecnologias, como a troca da jangada para o barco a motor, proporcionassem mudanças na pesca. Essa perda de autonomia faz Woortmann (1992) caracterizar essa passagem do tempo como “dependência subordinada”, antes visualizada como “complementariedade equilibrada”, na medida em que eram copartícipes da fartura familiar.

A autora empreendeu essa análise até a década de 1980, o que não descaracteriza sua utilização e inferência para o contexto atual. Sua abordagem histórica, relativa às diferenciações de mulheres e homens na relação mar-terra, é extremamente relevante quando analisamos os dados atuais referentes ao lugar que as mulheres ocupam na cadeia da pesca. Ainda se dividem em diversas

atividades e se dedicam a pluriatividades como uma forma de manter o sustento de sua família. No entanto, continuam invisibilizadas na condição de participante ativa dessa cadeia produtiva.

Mello (2012), ao analisar as relações de gênero presentes na organização social e política das marisqueiras na comunidade de Ribeira, no litoral da Paraíba, identificou que a mariscagem é considerada, na maioria das vezes, uma ajuda à renda familiar, o que dificulta a aceitação desta atividade como trabalho. Para as marisqueiras, essa atividade é ajuda, sobrevivência, trabalho, sustento, sacrifício e diversão. A pesquisadora identifica que, apesar da baixa remuneração recebida por elas, é uma atividade de suma importância para a preservação e gestão de suas famílias. Além disso, ressalta que foi possível perceber que, aos homens, é permitido o lazer; às mulheres, não. Estas se preocupam e sempre estão trabalhando em alguma atividade em prol da família.

Ao discutir a questão identitária da marisqueira que, raras vezes, se considera como uma pescadora, Mello alega que a identidade é uma categoria relacional, não se construindo apenas a partir do subjetivo inato, mas de um subjetivo vinculado às representações que outros fazem de si. A identidade seria construída a partir da negação, ou seja, daquilo que não é. O interessante é que a tese dela apresenta algumas interlocutoras incapazes de se classificarem como pescadoras porque consideram o trabalho da mariscagem mais desgastante que o trabalho do homem pescador, que atua com rede e espera, despendendo força física apenas no momento da puxada da rede, enquanto a mariscagem é desgastante e de esforço postural repetitivo.

Na mesma perspectiva de Mello (2012), Theis (2018), ao discutir o trabalho das mulheres na pesca da Bacia de Campos a partir das marisqueiras de Farol de São Tomé (em Campos, no Rio de Janeiro), afirma que há uma negação da identidade enquanto pescadora e que isso é reafirmado na própria fala das marisqueiras, como, por exemplo, em “eu não pesco. Eu limpo” (THEIS, 2018, p. 121). A divisão sexual do trabalho, bem como as teorias das relações de gênero, demonstram que os lugares de cada sexo na sociedade são estipulados por uma violência simbólica, que se manifesta nos discursos, nos comportamentos e nas práticas, fazendo com que, na pesca, a posição desigual da mulher em relação ao homem seja legitimada. A pesca é compreendida por elas como o embarque e a

captura do peixe. Nesse sentido, a identidade de marisqueira é justificada e reivindicada a partir da diferenciação daquilo que não se é ou não se pode ser.

Calazans (2017), nesse mesmo sentido, ao discutir as hierarquias apresentadas pelo gênero em relação à pesca e mariscagem em São Braz, localidade quilombola de pescadores em Santo Amaro, Recôncavo Baiano, identificou que o espaço do manguezal, de lama, onde se desenvolve a mariscagem, é atribuído às atividades da mulher, enquanto o lugar das águas correntes (limpas) é atribuído ao homem e é chamado de pesca. O trabalho na captura de mariscos não tem valor social agregado, apesar de ser de fundamental importância para o sustento da família. Um dos possíveis motivos seria o beneficiamento do que é capturado acontecer dentro de casa e se misturar às atividades que as mulheres já desenvolvem no lar, como o trabalho não remunerado e desconhecido enquanto tal. Para a autora, mesmo o trabalho da mariscagem sendo um trabalho voltado para a comercialização, não é visto como trabalho produtivo, o que acaba por ocultar seu trabalho no mangue.

Já Geber (2013), ao abordar sobre as mulheres que trabalham embarcadas na pesca artesanal em uma comunidade de Santa Catarina, analisa o processo de construção de suas identidades como pescadoras e como se dá a luta para a garantia de direitos legais. A pesquisadora identifica que as mulheres implementam uma série de estratégias para se construírem enquanto sujeitos de direitos, como o bom-humor, o riso e a gentileza, utilizados como tática tanto na ocupação dos espaços “reservados” aos homens quanto para ter acesso a seus interesses. Além disso, empreende algumas análises comparadas com Portugal.

O mar, para as pescadoras que trabalham embarcadas, é visto como um meio não apenas de sustento, mas de fuga da terra e alívio das tensões do dia a dia e com os contínuos afazeres domésticos. Alegam que o mar lhes mostra quem manda e que o trabalho é condicionado pelo ritmo das marés, dos astros, entre outros, mas é o que mantém a sanidade mental e as reequilibra. Além do gostar, as pescadoras que embarcam têm mais prestígio e legitimidade social perante às demais pescadoras.

A vida na pesca, que amam, é acionada não só como uma profissão que se faz por gosto, mas como viabilizador de alívio de preocupações e esquecimento de problemas. Porém, mais do que isso, talvez esteja na vida da/na pesca o alívio necessário para cumprir o disfarce cotidiano como dona de casa. O gosto pela vida no mar, portanto, na rua, entra continuamente em conflito com a

obrigação de realizar os *deveres de casa* no âmbito doméstico. No jogo de inversão que elas próprias se constituem – pescadoras, cujo gosto é a vida de liberdade no mar - família, marido, casa, tudo consegue ser atendido graças à fuga momentânea que o mar propicia. Para viver o que delas é esperado em terra, como esposas e mães de família, por exemplo, só com as sessões diárias que o mar, como linha de fuga, permite (GEBER, 2013, p. 229).

As mulheres que se dividem nas atividades de pesca no mar precisam conciliar suas responsabilidades com a atividade da pesca. Também consertam a rede e os petrechos de pesca. A pesquisa não conseguiu encontrar mulheres construtoras de embarcações e ressalta que é uma atividade que está em progressivo apagamento.

Além do espaço marítimo, as mulheres possuem, como lugar privilegiado da transmissão de saberes relativos à pesca, a cozinha das casas que, segundo a autora, é o espaço de troca intergeracional entre as mulheres, de circulação de aprendizado, transmissão de normas e valores relativos à comunidade. Aprendem a esviscerar, limpar, descascar. Na cozinha, misturam-se “matéria e memória, presente e passado, invenção e necessidade na forma de gostos, cheiros, cores, sabores, formas, consistências, especiarias e condimentos” (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1997, p. 296 *apud* GEBER, 2013, p. 250). Outro local privilegiado de sociabilidade das pescadoras e pescadores era o rancho de descasque, que podia ficar nos fundos da residência ou em outro lugar da vizinhança; é o espaço onde se dão as negociações.

O espaço denominado “rancho” poderia ser classificado, por Geber (2013), de maneira similar à ideia descrita por Roberto DaMatta em *A casa e a rua: espaço e cidadania mulher e morte no Brasil* (1997), na medida em que representa o lugar de sossego, segurança e também de trabalho, ou seja, estando entre a casa e a rua. O elemento fogo é central tanto no rancho quanto na cozinha e, por meio dele, acontece a preparação do alimento cru para o cozimento, ao mesmo tempo em que se dão as transformações das relações sociais da pesca. A analogia das mulheres com as máquinas também apareceu como categoria na pesquisa: “mulheres são rápidas no descasque ou preparo dos alimentos como máquinas” (GEBER, 2013, p. 298). Essa analogia, pelo esforço repetitivo e desgastante, faz com que muitas desejem destinos diferentes para suas filhas, um destino fora da pesca.

A autora ressalta que a invisibilidade na pesca se manifesta de duas maneiras distintas: uma pelos órgãos externos de garantia de direitos e a própria

academia que desconsidera a existência de mulheres pescadoras; outra, interna, da própria comunidade e das mulheres que não reconhecem que, sem elas, a pesca não se reproduziria. Há uma dificuldade no acesso à aposentadoria dessas mulheres, tanto para as que embarcam quanto para as que trabalham em terra, devido ao não reconhecimento como pescadoras.

Sobre a questão da invisibilização, Bennet (2005), ao considerar os estudos sobre pesca artesanal da África Ocidental, percebeu que, ao não adotarem análises sobre a organização das comunidades de pesca, segundo o gênero e a divisão sexual do trabalho, esses estudos desconsideram o trabalho das mulheres para a manutenção da gestão global de pesca.

Segundo a autora, esse fator pode ser explicado porque as pesquisas são voltadas à questão da captura, majoritariamente realizada por homens. Além disso, ignoram as falas femininas que, centradas na família, escutam outros membros masculinos. As estatísticas também não conseguem reconhecer a importância do trabalho feminino e estão subestimadas por não desagregarem os dados por gênero. Assim, segundo a autora, as intervenções políticas não conseguiriam criar meios de subsistência para as comunidades, sendo a pesca uma atividade de fundamental relevância para os estados costeiros da África Ocidental. Gerar conhecimento desagregado por gênero é fundamental para trazer luz aos funcionamentos e às estruturas das comunidades de pesca.

Esse ocultamento, em grande medida, se dá pela categoria “do lar” ou é autônoma nos formulários de acesso ao benefício. Do contrário, são sempre tidas como “mulher de pescador”, “filha de pescador”, um anexo do homem provedor. As mulheres que desenvolvem e dão continuidade às tarefas da pesca em terra são tão importantes quanto aqueles que embarcam. Sem a atividade em terra, o ciclo se rompe, não se completa e a pesca artesanal fica ameaçada.

Essas diferenciações percebidas entre os gêneros e o porquê de atribuírem mais valor ao trabalho executado pelo homem, ainda que desenvolva a mesma atividade que a mulher, podem ser analisadas segundo as categorias desenvolvidas por Paulilo (1987) acerca de suas considerações sobre trabalho leve e pesado. A autora colhe relatos em diversas regiões agrícolas do país e alerta para o fato de que essas categorias são variáveis segundo os lugares. No entanto, em todos esses, há uma constante: o trabalho é mais barato quando realizado por mulheres

e crianças, sendo considerado leve, ainda que o “leve” nesse local seja o “pesado” em outras localidades.

Assim, o “leve” não é uma consideração, segundo as características do próprio trabalho, mas se refere à posição ocupada por quem o realiza e a mulher se encontra secundarizada na hierarquia familiar. Isso ajuda a explicar por quê, mesmo entre aquelas mulheres que embarcam, os homens ainda têm mais prestígio social e por quê, ainda que elas embarquem, as atividades domésticas competem a elas, e não aos maridos, companheiros, pais ou irmãos que são camaradas nos barcos.

Em relação à pesca artesanal e gênero na Bacia de Campos dos Goytacazes, o trabalho de Santos e Timóteo (2019) é relevante ao analisar como se manifestam as diferenciações entre homens e mulheres na pesca artesanal a partir do Censo Pescarte. Os questionários aplicados permitiram identificar que as mulheres acumulam e articulam jornadas de trabalho nas esferas produtivas e reprodutivas, conforme apontado também por outros autores citados acima. A tabela abaixo demonstra as responsabilidades assumidas pelas mulheres no âmbito doméstico que demandam uma carga mental em relação às decisões de afazeres, que incluem os membros familiares menores e atividades como lazer ou compra para a família. Isso demonstra que, ainda que o trabalho feminino seja considerado “secundário”, é fundamental para a reprodução dos membros familiares e estratégia de sobrevivência.

Quadro 1 – Tomada de decisão

	MULHER	HOMEM	AMBOS	OUTROS
Escola dos filhos	56,7%	3,6%	36,7%	3,0%
Compras diárias	48,8%	14,8%	34,3%	2,1%
Horários das atividades dos filhos (estudar, brincar, dormir, etc.)	60,4%	4,7%	32,0%	2,8%
Compras de bens de maior valor	42,7%	12,0%	44,3%	0,8%
Passeio / lazer da família	34,9%	10,6%	50,8%	3,8%

Fonte: Santos e Timóteo (2019).

As mulheres decidem majoritariamente onde os filhos estudarão e os horários de suas atividades diárias. No entanto, quando as questões envolvem dispêndio financeiro, como compras diárias, de bens de maior valor e algumas opções de lazer, o homem tem participação dividida. Esse dado vem ao encontro do que Sarti (1997) afirma: “as mulheres são chefes de casa, mas o homem é o chefe da família”. Isso também estabelece uma relação de subordinação, na medida em que a primeira está contida na segunda. O homem é o responsável pelo estabelecimento das relações da família com o ambiente externo.

Na pesca artesanal, as atividades acumuladas pelas mulheres da Bacia de Campos são múltiplas. Fazem parte de um sem-número de ações e estão, bem como seus maridos e/ou companheiros, em pluriatividades. Os atores Santos e Timóteo (2019) ressaltam que suas atividades produtivas estão, de alguma forma, reguladas ou subordinadas ao trabalho doméstico. Assim, o descasque do marisco, do camarão, a filetagem, a esviceragem e a limpeza acontecem dentro da casa ou no. De certa forma, isso facilita o trabalho e a educação dos filhos, pois a fragilidade de políticas públicas, como creche e outras, acentuam o trabalho das mulheres, ainda que isso ative uma rede familiar de solidariedade na vizinhança. No entanto, o censo Pescarte revelou que 70,6% das mulheres entrevistadas acreditam que não existe espaço exclusivo na cadeia da pesca para homens e mulheres. Ou seja, apostam que ambos os sexos podem, ainda que não realizem (numericamente) as mesmas atividades (SANTOS; TIMÓTEO, 2019).

Historicamente, como pode ser percebido, as mulheres ocuparam posições que podem ser consideradas subordinadas em relação aos homens. São relações que se reproduzem em todos os âmbitos da vida social e, com a pesca, não é diferente. Algumas justificativas biológicas foram fornecidas para justificar essa supremacia. As mais contundentes se referiam ao fato de a mulher “dar à luz”, gerar vida e, portanto, se responsabilizar pelos cuidados com a cria. Por um tempo, o próprio movimento feminista defendeu a negação dessa condição, buscando desvincular a mulher do seu suposto papel natural.

Em relação a esse fato, Di Ciommo (2003) propõe pensar gênero e a condição feminina a partir da teoria da complexidade de Morin (1986), na qual oposições não devem significar exclusões, superioridade ou enfraquecimento. Os polos são pensados como complementares em um movimento que é cíclico, o que implica que, ora o fenômeno se apresenta de uma forma, ora de outra, ou seja,

deixariam de se constituir como polos. Assim, propõe a utilização do “anel tetralógico” em Morin para compreender as relações entre homens e mulheres. Tal anel comporta elementos de organização, desordem, ordem e interação. Nesse sentido, a corrente à qual a autora se vincula pode ser chamada de ecofeminismo, que supõe e aceita a vinculação da mulher à natureza, mas como participante da cultura. Entende-se a complexidade no sentido de reafirmar que a totalidade é incompleta; as partes mantêm, entre si, uma relação de interdependência. É permitido que a totalidade produza antagonismos e complementariedade. A teoria da complexidade poderia auxiliar na desconstrução e ruptura das dicotomias.

Dessa perspectiva, é possível evidenciar o quanto a mulher ainda se encontra afastada dos espaços públicos de decisões, relegada a uma posição inferior. Além disso, é possível identificar estratégias e lugares nos quais se expressam com determinado poder tanto quanto os homens. Para a pesquisa, é importante compreender como elas constroem essa relação e quais ações empreendem para subverterem, por vezes, esse papel historicamente atribuído.

Almeida (2013) ressalta, acerca do seu estudo em duas cooperativas no Amapá, que as mulheres têm tido um papel de destaque para a construção desse arranjo produtivo, ainda que os limites da participação política e de sua presença a esses espaços sejam inerentes. São elas que têm mobilizado redes e instituições, conseguindo garantir recursos e a viabilidade do empreendimento.

O caráter político dessas mulheres tem sido fundamental para que isso ocorra. Progressivamente, suas práticas e estratégias também lhes vêm conferindo esse caráter de reconhecimento perante sua comunidade. Elas têm contribuído para a aquisição de capital social por meio das cooperativas, ainda que a autora identifique baixo nível de confiança entre os cooperados. A figura feminina aparece como estratégica na participação da cooperativa, seja porque tem maior disponibilidade — já que seu trabalho se desenvolve em terra e pode acompanhar e dar prosseguimento às deliberações —, seja porque sua escolaridade é maior que a dos homens pescadores, o que permite melhor utilização dos recursos. No entanto, sua participação nesses espaços não reduz suas atividades em âmbito doméstico, ou seja, sua jornada de trabalho continua exaustiva.

As mulheres, por serem responsáveis, em grande parte, pela perpetuação do modo de vida da pesca artesanal, guardam um saber tradicional que merece ser estudado. Por muito tempo, foram desconsideradas das pesquisas, conforme

evidenciado anteriormente. Aplicar uma análise que leve em conta o gênero e considerá-las como guardiãs de tradições pressupõe um olhar mais atento sobre seus imaginários. Marendino e Carvalho (2013) analisam as representações sociais e o imaginário das pescadoras de Arraial do Cabo, partindo de entrevistas e observações com 15 mulheres que transgrediram uma imposição de gênero, passando a pescar no mar, espaço caracterizado como masculino. Para os autores, o mar se configura não apenas como prática do trabalho numa relação econômica, mas se manifesta, de forma simbólica, por meio de imagens, tradições e identidade.

Marendino e Carvalho (2013) ressaltam que essas mulheres lhes chamaram a atenção pelo fato de adentrarem ao mar para pescar. Em Arraial do Cabo, é comum vê-las nas atividades de suporte à pesca realizada pelos homens: na filetagem, como rendeiras e marisqueiras, trabalhos considerados leves e, até mesmo, não trabalho. No entanto, com a pesquisa, foi possível compreender que, no município, o mar é determinante para as relações sociais, permeando todas as práticas e se estabelece como centro das memórias cabistas — quem nasceu em Arraial do Cabo; filho de pais igualmente cabistas. Assim, a pesca artesanal resistiu ao tempo e às transformações impostas. Tais mulheres não pescam com o objetivo de comercializar, mas realizam a atividade como um esporte.

O imaginário se expressa por meio dos símbolos em crenças, mitos, arte, linguagem, entre outros. Para os autores, sua função é “enfrentar a angústia decorrente da consciência do tempo e da morte (DURANTE, 1989 *apud* MERENDINO; CARVALHO, 2013, p. 70). O imaginário recupera um tempo identitário, que é um tempo de pertencimento daqueles que o rememoram. Assim, a pesca seria um tempo instituinte que garante, ao seu modo de vida, um sentimento de conforto e prazer, ou seja, os sentimentos são “reciclados” no presente. Esses elementos garantem a construção e coesão da comunidade.

É buscando recuperar essas memórias e sentimentos e manter vivo esse imaginário que as mulheres se submetem ao mar. Recobram as vivências da infância, com os pais pescadores, por exemplo, e transmitem, assim, os saberes relativos ao grupo pesqueiro. A “imaginação nega o nada, a morte e o próprio tempo” (2013, p. 72).

Considera-se, assim, que a pesca dessas mulheres se constitui em espaço institucional de lazer, mas que se autorregula na transmissão de saberes predominantes de uma cultura em que está

inserida. Torna-se um *locus* através do qual se atualizam práticas simbólicas, essencialmente produzidas pelo imaginário (MARENDINO e CARVALHO, 2013, p. 73).

É no mar que elas enfrentam as angústias e remetem a um passado/presente. As referências culturais de outrora se atualizam em novas práticas e simbologias que, posteriormente, são repassadas aos mais novos.

2.3.2 Sobre mulheres, comidas e cozinhar

Em Arraial do Cabo, as mulheres, principais interlocutoras da pesquisa, dedicam-se à preservação das tradições por meio da construção de cooperativas que valorizem o trabalho feminino, trabalho este voltado para a gastronomia. Alguns pratos são ressignificados e há o desejo de retomar algumas práticas tradicionais. Nesse sentido, este item se ocupa em pensar as práticas relacionadas à cozinha, o sentido do cozinhar e da comida, além de como os hábitos alimentares e as comidas também dizem respeito às construções sociais, familiares e de gênero.

E. Woortmann (2013) alega que a comida expressa uma linguagem e, em seu texto, busca desnaturalizá-la, demonstrando como os hábitos e os padrões alimentares foram construídos. Por isso, utiliza o conceito de *habitus* de Bourdieu (1976) e Mary Douglas (1975) para relacioná-lo ao comer. Não apenas E. Woortmann, como também K. Woortmann (1986) e DaMatta (1997) alegam que os alimentos não são apenas comidos, e sim pensados. É criada uma hierarquização do comível e não comível, do prato rico e pobre, do forte do fraco, entre outras significações que adquirem nos contextos. Dessa forma, o que é comível em um lugar pode ser execrado e não comível em outro.

E. Woortmann afirma que a família não se reproduz apenas de maneira biológica, pois o campo simbólico é de fundamental importância para a compreensão de suas práticas e estratégias de sobrevivência e nesse se destacam as formas e maneiras de comer. Podemos transpor essa lógica também para as comunidades ou grupamentos que se reconhecem pelo o que se come e pela forma de se comer. Nesse sentido, o gênero também é construído nas relações familiares e entra no composto das representações: quem — divisão entre os sexos — come o que e por quê — que tipo de alimentos e dietas —; quem come primeiro e por

último — hierarquia entre os membros familiares. Assim, a autora alega que os padrões alimentares fazem parte de um *habitus*, utilizando o conceito de Bourdieu (1983). Essa categoria exprime uma via de “mão dupla”, já que se trata do saber internalizado a partir do que instituições — como família, igreja, amigos, escola e meios de comunicação — definem como padrões alimentares, mas o indivíduo também tem espaço e meios de recriar esses repertórios junto à sociedade. A sociedade interfere no indivíduo, bem como o indivíduo na sociedade.

Além disso, E. Woortmann utiliza Mary Douglas (1975) para afirmar que há, nesses padrões, uma linguagem que dimensiona coisas da vida e demonstra formas de sociabilidade. A comida sempre representa algo.

Se a comida é tratada como um código, as mensagens que ela codifica serão encontradas no padrão de relações sociais que estão sendo expressas. A mensagem trata de diferentes graus de hierarquia, de inclusão e exclusão, de fronteiras e transações através de fronteiras... as categorias de comida, por conseguinte, codificam eventos sociais (DOUGLAS, 1975, p. 61 *apud* WOORTMANN, 2013, p. 11),

Assim, a comida pode falar de religião — tipos de carne e hábitos à mesa — e suas práticas, bem como da forma como determinado agrupamento se organiza. Por exemplo, comer no Brasil é um ritual social. Em Bali, é algo privado, pois não se deve fazer em público nada que lembre as características animais nos seres humanos.

No mesmo sentido que E. Woortmann, o antropólogo e também seu esposo K. Woortmann aborda as questões referentes ao gênero e padrões alimentares na sociedade brasileira, demonstrando que comida é bem mais do que alimento. A comida fala, é simbólica. O autor retoma Geertz (2008) para alegar que a cultura é um texto, escrito permanentemente pelos atores em seus contextos — formando uma rede de significados. A comida é linguagem que participa da construção desse texto. O alimento é uma categoria que expressa a natureza enquanto a comida expressa valores e significados, sendo, portanto, uma construção social.

Sobre o ato de comer no Brasil, expressar um ritual social pode ser explicado porque designa mais que o desejo de nutrir, mas de comunicar, determinar, construir ou preservar relações sociais. Assim, não convidamos amigos à nossa casa para alimentá-los, mas para fortalecer os laços de amizades, socializar e o que “está em jogo é o princípio da reciprocidade e da comensalidade. A presença da

comida é, contudo, central, reconstruindo-se necessidades biológicas em necessidades sociais” (WOORTMANN, 1986, p. 3). No Brasil, o central na comida é a carne. Nesse texto, K. Woortmann se preocupa em entender como hábitos alimentares cercam as dimensões culturais, ou seja, também falam das construções de famílias.

Em primeira instância, o processo que cada um ocupa na produção interfere na construção dos hábitos alimentares, na medida em que a elaboração da comida trata, primeiramente, dos alimentos que se pode adquirir, devido ao preço e às possibilidades de cultivo e produção. Isso já hierarquiza famílias pobres e ricas, mas os hábitos também são modificáveis. Por exemplo, a feijoada no Brasil, feita a partir dos restos e misturada com feijão, era a comida que podia ser desfrutada pelos negros escravizados no país. Hoje, trata-se de uma iguaria, prato típico da culinária brasileira.

O autor (1986) reforça que as modificações de regimes de solidariedade familiar, alteradas, por exemplo, para o de assalariamento, também dificultaram a segurança da fartura e alterou a reprodução simbólica da família. Isso se evidencia na pesca, quando pescadores e pescadoras alegam um período de fartura, apesar dos hábitos alimentares restritos à produção familiar e trocas na vizinhança, e outro período de escassez, em que a fome começa a assombrar. É possível falar sobre um tempo de comidas fortes e comidas fracas. Nessa relação comestível e não comestível, também tratamos de tornar familiar o que comemos e a consideramos como exceção aquilo que não concebemos, numa relação que se expressa como “comido por nós e comido pelos outros”.

K. Woortmann (1986) alega que a casa sem comida é destituída de sentido. Come-se o que é feito em casa e, na ideologia dos papéis sexuais tradicionais, come-se também as mulheres que fazem a comida. A relação inversa no ambiente doméstico também não ocorre; o homem nunca é comido. A mulher representa a natureza; o homem, cultura. A relação com os corpos humanos e comida se dá simbolicamente de diversas maneiras. Comida se distingue, portanto, de mantimento — extraído do roçado, por exemplo. A comida precisa passar pela intervenção cultural, ser queimada no ambiente feminino da casa, a cozinha, para então se tornar comida. Temos a equação em que homem-cultura produz/traz o mantimento-natureza enquanto a mulher natureza produz a comida-cultura — é nessa relação que se passa do cru ao cozido.

Cumprе ressaltar que essa simbologia mulher-natureza se expressa no que é percebido nos corpos e serviu para justificar padrões e comportamentos esperados a ambos os sexos, conforme apontou Bourdieu (2003), e que K. Woortmann também se refere na compreensão das simbologias familiares a partir dos padrões alimentares. Assim, o homem foi considerado racional numa expressão que considera alguns órgãos e partes do corpo como frias e quentes. “Frio” sendo a parte racional e necessária, evidenciada, por exemplo, na expressão “cabeça fria”, quando se pede calma para resolver certas coisas — e as mulheres são consideradas frágeis e desequilibradas.

Homem: se divide em *cabeça* (fria) e *corpo* (quente, no qual o coração exprime afetividade e o pulsar). Assim, teríamos *não sanguíneo + sanguíneo / branco + vermelho / ideia + corpo*.

Mulher: como tem útero, considerado um órgão *vermelho*, e *quente*, por conta do sangue, foi dividida em: *branco* (cabeça) + *vermelho* (corpo) + *vermelho* (corpo-útero) / *não sanguíneo + sanguíneo + sanguíneo / ideia + corpo + corpo*.

Isso expressaria um permanente estado de desequilíbrio já que, para estar equilibrado, é preciso um polo negativo e outro positivo para neutralizar. Nessa equação, como a mulher possui dois polos negativos, ela é mais afetiva, sentimental e, portanto, se encontraria em desequilíbrio (WOORTMANN, 1986, p. 29).

Segundo o autor, essa condição é também relacionada aos hábitos alimentares familiares, com comidas fortes e fracas; quentes e frias; remosas; e quem deve ou pode comê-las e em quais ocasiões. Por exemplo, crianças pequenas e mulheres menstruadas não devem comer comidas fortes. Esses adjetivos também são construtos históricos e, portanto, diferem e variam de um lugar para o outro; num lugar, determinado alimento pode ser quente e, no outro, frio — que nada tem a ver com a temperatura, mas com a qualidade. O porco é considerado frio; já o boi, quente. O que pode ajudar a determinar isso é a cor da carne, bem como os hábitos de vida do animal: carne vermelha, amarelada e mais sanguínea é quente; carne branca, fria. Assim, o peixe de carne branca é frio; o mais sanguíneo, quente. A qualidade do alimento se dirige aos seus efeitos no corpo humano. Desse modo, as carnes frias são consideradas ofensivas ao aparelho circulatório enquanto, as quentes, ao aparelho digestivo. Por isso, o equilíbrio na dieta é uma combinação entre comidas quentes e frias.

A relação quente-frio é de uma ordem que parece cosmológica, ou seja, o “equilíbrio” persiste na natureza, como jogos dicotômicos que devem coexistir: dia/noite, claro/escuro, quente/frio, homem/mulher, e que também deve perpassar os corpos e as relações. Assim, o ambiente doméstico deve ser quente, afetivo, ou seja, o lar. Já o mundo dos negócios, do trabalho, é um ambiente frio, que exige uma “cabeça fria”, sinônimo de racional.

Além disso, os agrupamentos familiares estudados demonstram que, majoritariamente, são as mulheres que se responsabilizam pela culinária familiar, mas não têm tanta ingerência na repartição da comida. O antropólogo (1986) ressalta que a refeição está intimamente atrelada ao trabalho e o homem é identificado como trabalhador, provedor e chefe da família. Assim sendo, ingere as dietas com mais proteína e caloria e antes que os demais membros. Num contexto de escassez, por exemplo, faltam elementos nutritivos importantes para o restante da família porque o homem deve se alimentar para continuar a ter força de trabalho e prover o sustento desta, enquanto o papel feminino se direcionaria ao consumo máximo para que não falte comida até que a próxima compra ou provimento fosse realizado. Existe um padrão de desvio alimentar em função do pai, na medida em que os demais membros familiares “ajudam” nas despesas do lar, mas não se responsabilizam prioritariamente por ela. Assim, o ato de comer reproduz, simbolicamente, as relações de gênero construídas no ambiente doméstico.

A centralidade da comida é a própria centralidade do pai. Ainda em contexto de não provimento dos recursos domésticos totais pelo homem, ele continua a garantir a comida. Na visão simbólica, ele permanece na posição de chefe enquanto “põe o que comer em casa”. Assim, quando os demais membros subsidiam também os gastos com a casa, o primeiro dinheiro a ser gasto é o do pai, com alimentos para a comida.

Nesse sentido, a comida exprime uma ordem de simbologias que não dizem respeito estritamente à comida, mas às inúmeras representações que podem ser feitas. As práticas alimentares são hábitos construídos que significam muito mais que apenas a questão da nutrição. Assim, todo pesquisador que almeja trabalhar com gastronomia precisa conhecê-la para realizar as devidas leituras. O autor alega que a mulher ou a mãe de família é detentora de “um saber pelo qual governa a saúde da família, e pelo qual organiza o modo de comer de cada um. É a sacerdotisa de suas próprias fronteiras” (1986, p. 40).

Para além de pensar as possíveis relações e referências entre a organização social e o gênero com a comida, tratemos de também refletir sobre as práticas e artes do fazer culinário. É a proposta de Giard (2013), que trabalhou com Certeau (2014) e aplicou sua metodologia na compreensão das práticas cotidianas que envolvem o cozinhar, analisando as entrevistas de mulheres sobre seus cotidianos.

Segundo a autora, “as práticas culinárias se situam no mais elementar da vida cotidiana, no nível mais necessário e mais desprezado” (2013, p. 218). O estudo trata da retomada e exposição de um saber em que a tradição e a inovação se misturam, em que o presente e passado se articulam para trazer a alegria de um instante. Muitos consideram que a culinária é desprovida de inteligência, de criatividade, mas demonstra o extremo oposto: a cozinha, além de ser a esfera de um saber milenar, por meio da culinária, traz prazer, felicidade, exige inteligência, imaginação e memória — pontos fortes da cultura comum.

A autora ressalta que as práticas, naturalizadas nos gestos, são mais persistentes que palavras e textos. Estes nunca conseguirão captar a riqueza ou a importância da preservação de uma tradição que se transmite nos gestos. Assim, manter uma tradição viva é também um processo de busca da repetição dos saberes por meio dessas práticas. Além disso, é uma forma de manter vivas as pessoas, bem como seus modos de vida.

Enquanto uma de nós conservar os saberes nutricionais de vocês, enquanto de mão em mão e de geração em geração se transmitirem as receitas da terna paciência de vocês, subsistirá uma memória fragmentária e obstinada da própria vida de vocês. A ritualização requintada dos gestos elementares tornou-se assim mais precisa que a persistência das palavras e dos textos, porque as técnicas do corpo são bem mais protegidas da superficialidade da moda e porque aí está em jogo uma fidelidade material mais profunda e mais densa, uma maneira de ser no mundo e de fazer aqui a própria morada (GIARD, 2013, p. 215-216).

Os modos de viver, ou seja, de estar no mundo, traduzem-se nas práticas cotidianas e são o lugar e espaço privilegiados da inventividade, ainda que inscritos na “rede das determinações concretas”, redes econômicas ou de outra ordem. A arte de cozinhar exige não só diversas memórias, como a inteligência programadora. É preciso ter memória de aprendizagem, dos gestos vivos e das consistências ao mesmo tempo em que se calcula o tempo de preparo dos alimentos. É extremamente necessária uma capacidade sensorial na percepção de

odores e texturas. Os sentidos parecem trabalhar em conjunto para além do que é pedido numa receita. É preciso a percepção, por exemplo, de um cheiro que vem do forno e anuncia a hora de reduzir a temperatura ou a feitura de determinado prato.

A criatividade se dá de inúmeras maneiras, conforme já mencionado. As mulheres devem ser extremamente criativas ao improvisar e dar nova cara às sobras de outros dias, sendo econômicas. É uma inteligência sutil, uma inteligência comum, desprezada como campo de saber. Realizar uma refeição é “dar forma a um fragmento do real” (GIARD, 2013, p. 220). Assim, quando a cozinha atinge graus de requinte, como nos casos dos grandes chefes, a ação corriqueira e comum é rebaixada ao segundo plano enquanto a especialização trouxe fama, em sua maioria, a homens. A comida, além de demonstrar e simbolizar os costumes de cada lugar, também fala de necessidades e de estratificação social, sendo a referência cultural-base, pilar de concretização das relações entre pessoas.

O cotidiano também expõe que a comida traz contrastes que se manifestam entre a luta contra o tempo/morte e a efemeridade. As refeições são efêmeras. Cada invenção é rapidamente consumida e tudo desaparece após ser consumido. No entanto, cozinhar é amar, é nutrir, é lutar contra a morte, realizando, assim, a reprodução familiar e simbólica. “Outrora a morte fazia parte da vida e me parece que não era tão terrível” (GIARD, 2013, p. 233). Desse modo, é possível afirmar que comemos as lembranças da infância a partir da ternura e dos ritos com que os pratos são preparados.

A cozinha também é o espaço de educação sensorial e motora da criança, quando esta observa os gestos da mãe, manipula ingredientes, aprende os nomes e a função dos utensílios, os graus de cozimento dos alimentos diferenciados. Além disso, é também o espaço da intimidade e das conversas, da transmissão de saberes, onde o essencial se manifesta e os gestos são notados, observados e, mais tarde, copiados.

Tais gestos são continuamente reatualizados e, segundo Giard (2013), só duram enquanto persiste sua utilidade, de acordo com o consenso daqueles que os executam. Assim, “há uma vida e uma morte nos gestos [...]. É preciso acreditar no seu sucesso para continuar a repeti-lo” (p. 272-273). Desse modo, gestos se apagam e são reinventados. Junto com eles, diversas receitas desaparecem. A industrialização e a adoção dos utensílios domésticos, como liquidificador,

tritador, entre outros, inseriram uma modificação no regime de trabalho na cozinha, em que todo o processo era manual e controlado por saberes intergeracionais, incluindo a praticidade e uma certa padronização das tarefas.

A manutenção de gestos é a permanente luta para que uma cultura não se perca, necessitando constante reinvenção para que sobreviva. A ideia é que não se imobilize pois, caso isso ocorra, sua morte é decretada. É necessário unir capital técnico e simbólico na reprodução das práticas cotidianas do cozinhar que fazem lembrar as formas de sua própria existência. “Cada um de nós tem o poder de apoderar-se de uma parte de si mesmo. Por isso, os objetos, as palavras que vivem no cotidiano de uma simples cozinha, têm tanta importância” (GIARD, 2013, p. 286).

Entender as práticas comuns é compreender que este universo é permeado de um saber que se transmite de outra maneira, experimentada, que nenhuma receita seria capaz de comunicar. A arte de cozinhar exprime também uma linguagem, conforme afirmam K. e E. Woortmann. No entanto, se diferencia da linguagem falada em questão de arbitrariedade. A autora utiliza Wittgenstein para alegar que a primeira não é arbitrária, pois se justifica pelos fins que persegue. É uma combinação entre o pensar e a utilidade. Já o falar, não.

Assim, para Giard (2013), a cozinha e as práticas que a envolvem devem ser consideradas como espaço do saber comum e como lócus privilegiado, onde se processam materialidades e simbolismos que dão sentido à existência, à vida e aos modos como as relações sociais se constituem.

O trabalho cotidiano das cozinhas continua sendo uma maneira de unir matéria e memória, vida e ternura, instante presente e passado que já se foi, invenção e necessidade, imaginação e tradição – gestos, cheiros, cores, sabores, formas, consistências, atos, gestos, movimentos, coisas e pessoas, calores, sabores, especiarias e condimentos. As boas cozinheiras jamais são pessoas tristes ou desocupadas. Elas trabalham para dar forma ao mundo, para fazer nascer a alegria do efêmero, nunca deixam de celebrar as festas dos grandes e dos pequenos, dos sensatos e dos insanos, as maravilhosas descobertas dos homens e das mulheres que compartilham o viver (no mundo) e o couvert (à mesa). Gestos de mulheres, vozes de mulheres que tornam a terra habitável (GIARD, 2013, p. 297).

A atenção fornecida aos gestos e às práticas cotidianas na esfera da vida comum devem servir para descortinar o espaço reservado às mulheres e contribuir na valorização das artes de cozinhar, como um trabalho que, de invisibilizado e

desprovido de valor, passa a ser contributo da própria construção do mundo, combinando inteligência e criatividade, memória e matéria. Ao analisar tais práticas, percebe-se que mantêm, sustentam e organizam a vida, desfocando-se, assim, a representação da escrita pela ótica política e econômica, e privilegiando a oralidade, as formas de transmissão pelo operatório, os modos de fazer e o cotidiano.

Lembrando que não subsiste sociedade sem oralidade porque não existe comunicação sem a oralidade. Ao mesmo tempo que a cultura se dá em prol das operações que desenvolve a fim de alcançar objetivos, o sentido desses objetivos fornece a organização das ações e é base das relações estabelecidas entre os atores sociais em seus contextos.

Assim, uma ciência, que se propõe como cotidiana, deve exercer uma análise do singular ou de como os atores se organizam em uma ação das situações específicas, o que contrasta, portanto, com a abstração científica em busca do conhecimento geral. Desse modo, é possível enxergar os heróis e heroínas invisibilizados no cotidiano.

3 O LÓCUS DA PESQUISA: LICENCIAMENTO AMBIENTAL, PESCARTE E SABERES E FAZERES

Figura 4 – Puxada de rede, pesca de canoas na Praia da Graçainha



Fonte: Arquivo da pesquisa (2017).

Este capítulo tem, por objetivo, abordar o Programa de Educação Ambiental (PEA) crítica, Pescarte. Dentro deste, também abordamos a pesquisa da qual faço parte, “*Saberes e Fazeres*”, na medida em que foi, por meio desta, que me aproximei das discussões sobre pesca, mulheres da pesca e que o desenho da pesquisa foi estabelecido. É necessário compreender como os projetos de educação ambiental têm auxiliado as comunidades, não apenas de pesca, mas que recebem impactos oriundos da exploração de recursos naturais por empresas. Por isso, é importante fazer uma breve discussão do que são PEAs e quais seus limites e suas possibilidades.

Meu trabalho se localiza dentro do Pescarte, uma das ações de um dos instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente, o Licenciamento Ambiental, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). O Pescarte surge como uma forma de mitigar os impactos decorrentes da exploração de Petróleo e Gás pela Petrobras ao público vulnerável na Bacia de Campos dos Goytacazes.

As regulações ambientais estatais surgiram em decorrência da série de catástrofes ambientais e mudanças nas condições de vida e saúde da população — ocasionadas no mundo *a posteriori* da Revolução Industrial, que proporcionou a substituição da manufatura por um modo de produção mecanizado e, depois, tecnológico. Representam a pressão da população para que esses desequilíbrios possam ser atenuados (POTT; ESTRELA, 2017).

Segundo Pott e Estrela (2017), o ano de 1972 representa, mundialmente, um avanço no pensamento e na defesa da questão ambiental, alertando para o fato de que o modo de produção implementado até então traria o esgotamento físico do planeta, com consequências lastimáveis para a saúde e limites para o desenvolvimento econômico. Assim, foi realizada a Conferência das Nações Unidas em Estocolmo durante o ano de 1972, com a proposta de articular o desenvolvimento econômico a uma perspectiva ambiental que pesasse a justiça social. Tal conferência propôs

um novo tipo de desenvolvimento o “Ecodesenvolvimento” que buscava conciliar o desenvolvimento econômico à prudência ecológica e à justiça social (Ibama, 2014), fortalecendo, assim, a consciência pública quanto aos problemas ambientais (POTT; ESTRELA, 2017, p. 273).

Os anos que se seguiram após a conferência foram determinantes para a adoção de um conjunto de medidas estatais para o cumprimento do acordo estabelecido durante esse evento. Por exemplo, em 1978, o Brasil criou o Comitê Especial de Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas (CEEIBH), o qual previa o estudo e acompanhamento em relação à utilização dos recursos hídricos das bacias hidrográficas, minimizando as consequências nocivas ao meio. Em seguida, surgiu a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), instituída pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, criando o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e também o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), da mesma forma como estabeleceu instrumentos da política para a proteção do meio ambiente: Zoneamento Ambiental, Avaliação de Impactos Ambientais, Licenciamento Ambiental e o Sistema Nacional de Informações Ambientais.

Soma-se a isso o fato de que a Constituição Federal de 1988, como Carta Cidadã, elaborada a partir da participação expressiva de boa parte da população, bem como de movimentos sociais ambientalistas, entre outros, definiu, em seu artigo 225, que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Sendo assim, conforme já mencionado, a pesquisa faz parte do Projeto Pescarte, estando dentro de uma de suas linhas de pesquisa dentre as 15 que o compõe. O Pescarte é um projeto de mitigação que trabalha com a educação ambiental crítica, visando o fortalecimento e estímulo da organização comunitária das comunidades de pesca da Bacia de Campos dos Goytacazes por meio de projetos de geração de trabalho e renda.

Quantas ações e iniciativas cabem dentro desses instrumentos? A resposta é uma incógnita na medida em que as próprias políticas e regulações se constroem no processo. Como parte desse processo complexo, é possível pensar em ações integradas e compartilhadas que perpassam diversos direitos sociais.

Do âmbito da regulação, a pesquisa cabe dentro dessa política, mas não a analisa, na medida em que seu enfoque está na participação ou, por assim dizer, nas ações e estratégias assumidas pelos atores sociais nos seus contextos de vida, na forma como se organizam e como isso pode contribuir para a incidência de políticas ou na preservação de seus modos de vida ou sua transformação social.

Do ponto de vista da participação, a pesquisa empreende uma análise que leva em consideração a cultura das comunidades tradicionais da pesca, compreendendo seu modo de vida — manifesta-se de forma específica e alternativa às formas de vida mercantilistas. A pesquisa pode colaborar na preservação dos valores materiais e simbólicos produzidos por essas comunidades. A análise de gênero também pode clarificar o papel feminino na defesa e guarda dessa forma específica de se viver e, nesse sentido, favorecer a elaboração de políticas culturais/sociais que valorizem e respeitem a memória e os patrimônios dessas comunidades.

A cultura também está inserida na Constituição Federal sob o mesmo título que o Meio Ambiente: VIII (Ordem Social). Tal título tem, como objetivo, tratar dos direitos que objetivam “o bem-estar e a justiça social”. Assim, o artigo 215 explicita que “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das expressões culturais”. Além disso, a constituição inova ao conceber, no artigo 216, que o patrimônio cultural brasileiro também se relaciona aos bens imateriais das populações que auxiliaram na formação da sociedade brasileira, incluindo as formas de expressão e os modos de criar, fazer e viver como determinantes dessa formação.

Os pescadores e as pescadoras artesanais fazem parte da formação social e histórica do nosso país. Então, entender suas formas de expressões artísticas em um conceito amplo de políticas sociais — que se fundamenta na participação e faz parte de um processo de forças contraditórias e de diferentes atores que reivindicam e disputam sua construção — é de fundamental importância e emergência, na medida em que permite compreender jogos de interesses e estratégias para a elaboração de consensos ou ação por parte das comunidades.

O conceito de política social que se defende aqui é o utilizado por Behring e Boschetti (2009), quando consideram que deve ser entendida enquanto espaços de confrontação de tomadas de decisão, mas também como “elementos de um processo complexo e contraditório de regulação política e econômica das relações sociais” (p. 5). Assim, políticas sociais são o resultado das relações de forças assimétricas e contraditórias, que elaboram justificações no seio do Estado ou da Sociedade Civil para estabelecer determinada regulação.

É possível pressupor que, quanto mais organização houver por parte da sociedade civil — entendendo essa não como homogênea, mas também como manifestante de interesses que são difusos —, mais pressão o Estado sofrerá no reconhecimento dos direitos sociais. Dessa forma, as Políticas Sociais não podem ser compreendidas dentro de uma única concepção, mas em diversas abordagens que vão variar segundo o contexto histórico, político e social, bem como com a capacidade organizativa das comunidades, associações, entre outras.

Assim, são contraditórias e se encontram em disputa por diferentes projetos e setores sociais, ao passo que sua determinação tem direta relação com o que se define como necessidade e justiça social. Percebe-se, nesse sentido, que o conceito de política social está imbricado ao de cidadania que, segundo Coutinho (1999, p. 146), refere-se a uma reabsorção dos bens sociais pelo conjunto dos cidadãos. É a capacidade conquistada por alguns indivíduos ou, no caso de uma democracia efetiva, por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado.

Sobre a questão da cidadania, Marshall (1967) traz uma importante contribuição para o estudo desse conceito na área das Ciências Sociais e para a definição e elaboração das políticas sociais. De certa forma, representou um significativo avanço para essa área de conhecimento, o que não se deu sem conflitos e limites, na medida em que tal conceito se constitui como um termo polissêmico, ou seja, podendo ser reapropriado em diversos contextos e de diferentes maneiras.

Cidadania implica um status que supõe a participação integral dos indivíduos na sociedade. Esta, por sua vez, não é incompatível com as desigualdades econômicas entre as classes sociais, pois o objetivo é que, através da aquisição e efetivação dos direitos civis, políticos e sociais, “haja um enriquecimento geral da substância concreta da vida civilizada, uma redução geral do risco e da insegurança, uma igualação dos mais ou menos favorecidos em todos os níveis” (MARSHALL, 1967, p. 94). Assim, tal conceito se refere ao exercício de direitos e deveres e supõe

um elo de natureza diferente, um sentimento direto de participação numa comunidade, baseado numa lealdade a uma civilização que é um patrimônio comum. Compreende lealdade de homens livres, imbuídos de direitos e protegidos por uma lei comum (MARSHALL, 1967, p. 84).

Porém, essa definição de cidadania foi elaborada a partir do contexto inglês e, portanto, se refere a uma abordagem histórica possível. No caso da Inglaterra, a sequência e conquista dos três direitos citados, segundo Marshall, se deu da seguinte forma: direitos civis — a liberdade de ir e vir, de imprensa, direito a propriedade, à justiça, ou seja, direitos que estavam diretamente relacionados à acumulação capitalista — no século XVIII; direitos políticos — de participar do exercício do poder político, poder votar e ser votado — no século XIX; e os direitos sociais — de contar com um mínimo de bem-estar econômico, participando da herança social e levar uma vida digna, “civilizada” de acordo com os padrões hegemônicos na sociedade — no século XX.

Pode-se entender que as políticas sociais surgem, no cenário internacional, no século XX, mais precisamente no pós-Segunda Guerra Mundial. Nessa época, a Democracia Liberal foi obrigada a fazer concessões aos trabalhadores que exigiam seus direitos enquanto classe, também como uma forma de manter seus privilégios. Elas emergem num contexto de priorização da intervenção do Estado por meio de um conjunto de medidas econômicas e sociais que pudessem gerar mercado consumidor e permitir o pleno funcionamento do mercado (BEHRING, 2009).

Tavolaro (2009) afirma que o estabelecimento e a conquista de direitos e deveres devem ser compreendidos como a disputa de projetos diferenciados socialmente que buscam a normatividade através das políticas. Desse modo, podemos pensar que a conformação de determinada política representa um grupo que conseguiu o acesso de sua reivindicação à agenda pública.

Portanto, as mudanças de configuração de direitos e deveres observados nos diferentes momentos da história brasileira, podem ser pensadas como janelas de oportunidades aproveitadas por certos projetos de normatividade (TAVOLARO, 2009, p. 108).

Nesta concepção, as conjunturas políticas brasileiras estão repletas de disputas e projetos societários distintos, o que explica as clivagens históricas. Tavolaro utiliza o conceito de situação em Goffman (1959) — “forma de estabelecer-se o controle nos processos intersubjetivos de estabelecimento de padrões de

conduta” — para afirmar que os aspectos situacionais são centrais na definição de cidadania.

Pensar as Políticas Sociais nessa conformação permite destacar o Pescarte como um projeto necessário, na medida em que busca tornar o grupo mais vulnerável à exploração dos recursos de petróleo e gás acessível às Políticas Públicas, de modo que sua organização comunitária permita que se tornem alcançáveis por essas, mediante sua própria ação coletiva. Os PEAs que estão na Bacia de Campos devem atuar de maneira articulada e integrada, de forma que a ação de um complemente a do outro e o trabalho se torne o mais abrangente possível.

3.1 O Pescarte: mitigação por meio da organização comunitária

O Pescarte, conforme já mencionado, é um projeto de educação ambiental crítica — vertente da educação popular de inspiração freireana) presente na Bacia de Campos, que se estende em sete municípios de Norte a Sul do Estado do Rio de Janeiro: São Francisco do Itabapoana, São João da Barra, Campos dos Goytacazes, Macaé, Quissamã, Cabo Frio e Arraial do Cabo. É um condicionante, exigido pelo IBAMA, para que a exploração de petróleo e gás continue ocorrendo pela Petrobras. Iniciou suas atividades no ano de 2014 e desenvolveu inúmeras ações, como reuniões comunitárias, formação e reunião de grupos com gestores da pesca, encontros de integração entre os municípios, encontros regionais, formação em economia solidária, formação em letramento digital, censo Pescarte — atualizou o diagnóstico participativo —, grupos focais, entre outras.

Foi concebido por um grupo de professores do Centro de Ciências do Homem (CCH) da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UNF), que se submeteu à nota técnica CGPEG/DILIC/IBAMA de nº 001/10, que teve, por objetivo, “propor diretrizes para a elaboração, execução e divulgação dos programas de educação ambiental desenvolvidos regionalmente por bacia de produção de petróleo e gás, vinculados ao processo de licenciamento conduzido

pela Coordenação Geral de Petróleo e Gás, CGPEG⁶, da Diretoria de Licenciamento Ambiental do IBAMA⁷.

Assim, o Pescarte constitui a linha A da nota técnica que se dirige a “organização comunitária para a participação na gestão ambiental, no âmbito do licenciamento ambiental” (CGPEG, DILIC, IBAMA, NT. nº 001/10, 2010). O objetivo é estimular e “desenvolver processos formativos junto ao público prioritário definido pelas diretrizes pedagógicas do IBAMA, a ser identificado na região por meio de diagnósticos participativos”⁸. Tal linha definidora das ações justifica a necessidade de que esses processos formativos aconteçam para que grupos vulneráveis possam, mediante uma ação qualificada, interferir nos processos decisórios de arranjos do licenciamento ambiental e participar ativamente da gestão ambiental.

Desenvolver processos formativos para subsidiar a intervenção qualificada de determinados grupos sociais em processos decisórios de distribuição de custos/benefícios a partir da exploração de recursos naturais. Considerando a complexidade do processo de licenciamento ambiental de uma maneira geral e, em particular, da cadeia produtiva do petróleo, podemos afirmar que o estímulo à organização dos segmentos sociais que costumam ter pouca interferência na gestão ambiental das áreas em que vivem e desenvolvem suas atividades é fundamental para a democratização do processo de licenciamento ambiental e, em última análise, da gestão das ações de transformação da realidade local (CEGPEG/DILIC/IBAMA, NT. nº 001/10, 2010).

O objetivo deste item é localizar a pesquisa de tese dentro do projeto maior que lhe dá substância. Cumpre ressaltar que o projeto Pescarte desenvolveu uma metodologia própria e participativa para atuar com as comunidades desses sete municípios. De início, o projeto buscou estabelecer os pilares para o conhecimento e a proximidade das comunidades de pesca. O censo Pescarte entrevistou 3.478 famílias, totalizando 10.082 pessoas (55,2% homens e 44,8% mulheres). Foram 4.234 pessoas ligadas diretamente à pesca artesanal (72,3% homens e 27,7%

⁶ A CGPEG a partir do ano de 2017 passou a se chamar Coordenação Geral de Empreendimentos Marinhos e Costeiros – CGMAC, ambas vinculadas à Diretoria de Licenciamento Ambiental (DILIC).

⁷ Disponível em: <http://pea-bc.ibp.org.br/index.php?view=pea-nota> Acesso em: 28 de julho de 2019

⁸ O Diagnóstico Participativo do PEA-BC é um instrumento com metodologia participativa capaz de identificar a população vulnerável e a relação dos municípios aos impactos decorrentes da indústria de Petróleo, realizado pelo Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC). Ao término do diagnóstico um relatório foi gerado, demonstrando não só a população vulnerável, territórios e municípios como as potencialidades, conflitos e elementos para o entendimento das comunidades impactadas. Esse relatório forneceu, assim, pilares importantes para a construção do projeto “Pescarte” e os demais que estão na bacia de Campos (PEA-BC, 2012).

mulheres) (SANTOS, 2018, p. 177). Visou conhecer a população pelos seguintes eixos: Identificação socioeconômica/Características Demográficas; Caracterização Familiar; Avaliação dos Serviços Públicos; Trabalho e Trajetória Profissional; Caracterização da Atividade Pesqueira; Capital Social e Laços fracos; Gênero; Caracterização da Educação Ambiental na Bacia de Campos; e Inquérito Alimentar dos Pescadores.

O censo permitiu não só o desenvolvimento de pesquisas, como uma aproximação às comunidades. Além disso, posteriormente, o projeto instituiu, de forma democrática, através dos votos nas comunidades, o “grupo gestor”. Este é composto de representantes no PEA das comunidades, que funcionam como núcleos articuladores entre os demais municípios e como fomentadores da organização comunitária, haja vista que participam de inúmeros cursos de formação, como, por exemplo, economia solidária. Nos grupos gestores, aparecem as clivagens de gênero entre pescadores marítimos e continentais, entre outras, demonstrando inúmeros conflitos e entraves para a organização e até mesmo comunhão entre os pescadores. São inúmeros os desafios que se interpõem ao projeto, referentes ao processo da educação ambiental crítica e do processo não formal, baseado na educação popular. São processos e o núcleo é exemplo e permeado das disputas que acontecem na sociedade de forma mais ampla.

Rosa *et al.* (2018), ao analisarem possibilidades da educação ambiental na interferência da gestão ambiental na Bacia de Campos, ressaltam que, somente por meio do incentivo, é possível que haja participação dos atores sociais atingidos pelos empreendimentos por meio de uma educação emancipatória. Segundo as autoras, com referências de Anello (2009), o licenciamento ambiental almeja promover o aumento do controle social e da cidadania, mitigando e atenuando os efeitos negativos da exploração de recursos naturais, ao passo que busca tornar conhecidos os atores sociais invisíveis e em vulnerabilidade socioambiental para o Estado. Trata-se, desse modo, de buscar fortalecer esses grupos na resistência e na qualidade e capacidade de reivindicar suas demandas junto à esfera pública.

As autoras questionam se há, de fato, “a possibilidade de realizar uma educação ambiental crítica e transformadora em Projetos de Educação Ambiental exigidos para o licenciamento de empresas de petróleo e gás?”. Entre outras questões fundamentais da pesquisa, visamos conhecer e analisar as fragilidades desse processo. Dentro do PE da Bacia de Campos, existem sete projetos sendo

desenvolvidos: Núcleo de Educação da Bacia de Campos (NEA-BC), Fortalecimento da Organização Comunitária (FOCO), PESCARTE, Quilombos no Projeto de Educação Ambiental (QUIPEA), Rede de Estudos para o Meio Ambiente (REMA), Observação e Territórios do Petróleo. Todos têm um objetivo distinto, mas devem funcionar articuladamente. Para falar de gestão ambiental, é relevante destacar que a questão ambiental surge em decorrência das diversas formas de apropriação do espaço e dos recursos naturais, em constante processo de interação social com o meio físico-natural. É na relação com a natureza que os seres humanos desenvolvem, por meio do trabalho, todo o seu potencial artístico e criativo, acumulando saberes e simbologias que garantam sentido ao modo de sua existência.

As lógicas diferenciadas de apropriação do meio, engendradas por populações tradicionais, mas também por um sistema capitalista, não só expõem como acentuam as desigualdades, gerando disputas e conflitos — quando são processados diferentes interesses na apropriação de um recurso natural. No entanto, o conflito só pode ser entendido enquanto tal, quando há a tomada de consciência, por parte dos atores sociais, da ameaça ou vulnerabilidade, e buscam meios de sanar o problema. Quando não há essa consciência das partes, há apenas um problema ambiental, e não conflito, segundo Quintas (2006).

Para Loureiro (2003), a função de uma educação ambiental crítica é fazer as correlações possíveis entre teoria e prática por meio de uma consciência que possa transformar radicalmente a sua própria realidade.

Uma Educação Ambiental Transformadora não é aquela que visa interpretar, informar e conhecer a realidade, mas busca compreender e teorizar na atividade humana, ampliar a consciência e revolucionar a totalidade que constituímos e pela qual somos constituídos. Por isso, não basta mais construir teorias abstratas sob bases idealizadas, que despejam uma enormidade de informações desconexas e atomizadas e que não favorecem a intervenção qualificada dos agentes sociais, mas apenas a proliferação de queixas individuais sobre o estado de miséria, sem efeitos públicos (BAUMAN, 2000). Não basta também atuar sem capacidade crítica e teórica. O que importa é transformar pela atividade consciente, pela relação teoria-prática, modificando a materialidade e revolucionando a subjetividade das pessoas (LOUREIRO, 2003, p. 44).

Pensar numa concepção crítica da educação é trazer, para o cerne do debate, a dialética como proposição metodológica, entendendo que a História

condiciona a vida, mas são os seres que a constroem, apesar não o fazerem como querem, e sim em processos de disputa, afirmação e negação. No entanto, não cabe aqui realizar uma análise do processo de educação ambiental crítica nem do Pescarte. Nosso estudo tem outro foco: a análise mais consubstancial do papel das mulheres no que concerne a manutenção da pesca artesanal por meio da arte. Um dos limites, apontado pelas autoras como o melhor para o desenvolvimento dos PEAs, é não fortalecerem e unirem forças aos movimentos sociais já existentes nas regiões e nos municípios onde se dão os projetos e, até mesmo, no país. É necessário lembrar que um processo de educação é sempre um processo de autoeducação.

Campos, Timóteo e Arruda (2018), ao discutirem sobre a dinâmica da pesca artesanal na Bacia de Campos, analisando as práticas em economia solidária e organização social dos pescadores a partir da implementação do Pescarte, ressaltam que incentivar a construção coletiva, baseada na solidariedade entre pescadores, não é uma tarefa fácil. No entanto, o texto relata não só os limites, mas também as potencialidades do trabalho. A análise está baseada nas reuniões em grupo do Pescarte, de grupos focais e outras.

Os autores acreditam que o modelo de economia solidária, apesar de ter problemas de outra ordem — diferente da busca desmedida pelo lucro —, pode trazer resultados positivos para os pescadores, vide ter, como eixo, central as pessoas, a família, suas trajetórias e modos de existência. O “agir coletivamente” pode culminar num processo que gera retorno financeiro para o aumento da qualidade de vida, bem como para resistir frente a pesca industrial. Isso parte da constatação de que pescadores artesanais têm seu trabalho apropriado por atravessadores e frigoríficos que os espoliam, comprando o pescado a baixos preços e, posteriormente, elevando seu valor. A economia solidária se caracteriza por ser um processo formativo e educativo que faz frente aos princípios neoliberais, ou seja, tem valores contrários aos do capitalismo.

Para que empreendimentos desse tipo funcionem, é preciso que exista um espírito coletivo para construir sociabilidades que possam relacionar, identificar e utilizar os recursos disponíveis, transformando o contexto de lutas e trajetórias comuns, marcadas pela exploração, em potencializadores da ação coletiva. Campos, Timóteo e Arruda (2018) apontam que já existe uma identificação de

trajetórias comuns entre as famílias, muito mais que as divergências. Além disso, os pescadores têm um forte reconhecimento de classe.

Apesar disso, os enfrentamentos do PEA-Pescarte são grandes, na medida em que as reuniões conduzidas em 2014 pelos pesquisadores do projeto demonstraram que a desconfiança entre os pescadores se expressa em relação a projetos de mitigação, oriundos da Petrobras; poder público; e entidades representativas de pesca, como associações e colônias (CAMPOS; TIMÓTEO; ARRUDA, 2018). Em todos municípios que compõem o Pescarte, o grau de desconfiança é muito grande. Quando os entrevistados são perguntados sobre a pessoa em que mais confiam na comunidade, a maioria escolhe a opção “não apontaram ninguém” (de 46,6% em São João da Barra a 63,4% em São Francisco do Itabapoana, segundo dados do Censo de 2015 do Pescarte). Isso demonstra um ambiente ainda pouco favorável à cooperação — algo de fundamental importância para elevar a organização comunitária e para que empreendimentos de geração de trabalho e renda, baseados na economia solidária, funcionem. Cumpre ressaltar que Arraial do Cabo tem o terceiro maior índice de desconfiança na comunidade de pesca.

Apesar disso, nas reuniões coletivas com as lideranças das comunidades de pesca, os pescadores reconhecem que o trabalho coletivo é o que pode trazer melhores frutos. Nas reuniões abertas com pescadores, as mulheres demonstraram ainda maior interesse em participar de empreendimentos coletivos, relativos ao beneficiamento do pescado. Em relação à participação das mulheres, os grupos focais evidenciaram que elas têm dificuldade em se reconhecerem como integrantes da cadeia da pesca, ao passo que os homens também não as reconhecem como tais. São o grupo mais vulnerável entre os trabalhadores da pesca em termos de carga de trabalho, falta de reconhecimento, salário e ausência de direitos sociais (CAMPOS; TIMÓTEO; ARRUDA, 2018). Neste item, o papel das mulheres na cadeia produtiva da pesca na Bacia de Campos é pouco abordado, pois foi tratado no capítulo anterior.

Assim, os autores ressaltam que, conforme apontado pelos pescadores e seus familiares, ao término do primeiro ciclo — após dois anos —, os pontos positivos do Pescarte foram a capacidade de escuta do projeto, auxiliando nas mediações da comunidade e da Petrobras, permitindo relações mais democráticas. A voz de um público, historicamente invisibilizado, tem ressoado. O exercício da

democracia tem sido uma constante, nos seus pouco mais de quatro anos de ações — o segundo ciclo se encerrou em julho de 2019 e o próximo ainda está em andamento.

Apesar dos entraves, existe um sentimento de que o esforço coletivo pode propiciar a melhoria da qualidade de vida dessas comunidades. Segundo os autores, o mérito do trabalho também é assumido devido à universidade ter a frente das ações. A universidade ocupa um lugar de privilégio como mediadora das relações sociais entre as instituições e com as próprias comunidades. O aumento de expectativa e legitimidade da universidade gera maiores responsabilidades, pois sonhos e a possibilidade de um futuro melhor na pesca estão “em jogo”.

Tive a oportunidade de mediar um grupo só de mulheres com o objetivo de avaliarem o Pescarte no Terceiro Regional, encontro que garante a articulação com representantes e gestores de todas as comunidades de pesca envolvidas no projeto. Vale mencionar aqui as representações dessas mulheres acerca de alguns pontos: organização comunitária, informações, necessidades e expectativas. O papel desempenhado pelas mulheres na atividade pesqueira foi destacado pela maioria, estando envolvidas em várias atividades: o filetagem, a venda e até a confecção e reparo de redes e petrechos de pesca, bem como arte/artesanato. Em geral, o trabalho na gastronomia é invisibilizado, entendido como atividade corriqueira, rotineira e como papel das mulheres. Abaixo, descrevemos como as mulheres avaliam os pontos acima.

3.1.1 Pescarte pela perspectiva das mulheres: o Terceiro Regional

Este grupo nos auxiliou a compreender as representações de mulheres da cadeia da pesca em relação ao projeto, mas também em relação aos homens. Após a mediação, entendemos que, muitas vezes, a presença do próprio marido ou companheiro nas atividades que envolvem direitos e lutas coletivas depende delas, da pressão que exercem sobre eles no âmbito doméstico.

É interessante mencionar que elas estenderam a fala além de se apresentarem, demonstrando indignação acerca dos pescadores que não se posicionam em situações que são necessárias para a comunidade por falta de união da classe e engajamento político. Uma participante de Tamoios alegou: “o pescador

pode abrir mão de um dia de pesca para defender seus objetivos, o mar, a lagoa. Nós, brigando sozinha, somos minoria nesse grupo”. Essa fala demonstra a preocupação das mulheres com os direitos para a categoria e o reconhecimento da luta e dos engajamentos coletivos.

Elas abordam as dificuldades financeiras que envolvem a pesca, fazendo com que a população da pesca artesanal esteja fragmentada em trabalhos informais para complementarem suas rendas. Ao mesmo tempo, dizem que é preciso criar meios de sanar essa questão e que isso se dá pela defesa da atividade artesanal e da organização da categoria.

Em relação à participação e organização social, as mulheres foram unânimes ao afirmar que o objetivo do Pescarte cumpre seu papel, pois incentiva a busca e efetivação dos direitos e auxilia na compreensão do papel das instituições. Conceitos como associativismo e a importância dos conselhos também foram mencionados como estratégias importantes de disputa pelos direitos. Algumas afirmaram que o projeto tem aumentado a capacidade crítica; afirmam que a “mentalidade” vem se transformando por conta do Pescarte e do acesso a diversas informações e cursos. Elas dizem ter percebido que suas comunidades têm se atentado mais às audiências públicas e aos espaços que envolvem a questão da pesca artesanal.

Mas ressaltam que as comunidades de pesca ainda estão desacreditadas com projetos de educação ambiental e, pela avaliação delas, é um fator que desmobiliza os pescadores, já que foram inúmeros os programas que surgiram sem uma alteração efetiva na qualidade de vida, com promessas não cumpridas e afastamentos repentinos. Nesse ponto, falaram muito bem das visitas técnicas, pois serviram como experiência para compreenderem que é possível estabelecer empreendimentos bem-sucedidos. Porém, para isso, dependem da organização do grupo. A gestora de Cabo Frio disse: “a gente conheceu pessoas de outros lugares, conhecemos outros tipos de pesca, nas visitas que a gente faz. Aprendemos e vimos o jeito de limpar, filetar, embalar e produzir o peixe. Tudo isso foi muito bom pra nós que entramos no Pescarte”.

Uma gestora de Arraial do Cabo destacou o quão heterogênea é a comunidade pesqueira em seu município e que o Pescarte se colocou como o único projeto exequível:

“falando por Arraial, são várias modalidades de pesca. Temos a parte da maricultura, os caicos, o só de lula; várias associações: traineira, barco de boca aberta etc. Essa troca de conhecimentos que enriquece. E você vê que se em um município deu certo, no seu pode dar certo também. Essa fala de mobilização, eu acredito pelo tempo que vi. É o único projeto que ainda está vivo, sobrevivendo. A gente vê pela quantidade de pessoas aqui, participando, em horário comercial. Se não estivesse dando certo, não teria nem dez ou 20 pessoas” (informação verbal).

Ela ressaltou o contato das pessoas em seu município, de várias modalidades, que antes não se comunicavam, de bairros que não se comunicavam. “Quando você vê diversas modalidades em um só objetivo, cê vê que está chegando em alguma coisa.”

A organização comunitária sobressaiu em várias falas. A gestora de Quissamã destacou: “eu penso que, através do Pescarte, nós estamos tendo força pra buscar e lutar, dando caminhar pra nós vencer”. Outra participante alegou: “outra coisa que tenho percebido é que as informações estão chegando mais à gente. Tanta coisa que tínhamos direito e que nós nem sabíamos”.

Algumas falas foram bastantes significativas para uma análise que leva o gênero em consideração. As mulheres alegam que fazer parte do Pescarte também tem ressignificado o papel delas no âmbito doméstico ou público. Elas começam a perceber as desigualdades.

Outra participante de São João da Barra relatou: “quando eu entrei pro Pescarte, eu aprendi muita coisa. Antes eu só sabia limpar, essas coisas”. Percebe-se que o trabalho doméstico, invisibilizado, é tido pelas próprias mulheres como algo de pouco valor, por não ser produtivo, apesar de ser fundamental para garantir a reprodução da família, tanto material como simbolicamente. É interessante refletir isso por meio do projeto porque, quando indagadas se isso também não é trabalho, se não é cansativo, elas alegam “muito”. Chama a atenção o quanto é preciso ter com essas reflexões dentro desses projetos.

Participar de um projeto é, nesse sentido, romper um pouco do isolamento doméstico. Uma gestora de Cabo Frio disse:

Quando você é mulher de pescador, você acaba se interessando pelo que o marido faz. Se você for ver por antigamente, eles eram abandonados, eles não entendiam nada, não eram convidados pra audiência pública. Quando o Pescarte entrou, que foi no Censo, eu comecei a ver que meu sogro falava que, com o Pescarte, estava sendo melhor. A pesca caiu muito. Antigamente, eu conseguia

sobreviver só da pesca, mas hoje eu não consigo. Hoje eu tenho que morar em Arraial do Cabo para trabalhar na praia, e hoje eu sou gari. Quando o Pescarte entrou, foi uma coisa assim: eu não estou abandonada. As mulheres de pescadores têm se unido mais. O Pescarte ajudou muito até nós que somos mulheres. E qualquer curso que tem nós pedimos para nos avisar. Saber o que é se unir. Às vezes, eu vejo disputa entre os pescadores, por exemplo, da Praia Grande e Prainha em Arraial do Cabo. Se a gente não meter a cara, a gente vai deixar o barco afundar (informação verbal).

Ela ressalta a importância do engajamento feminino e da necessidade de união e articulação entre as próprias mulheres da pesca. Reforça que o Pescarte fez com que as informações fossem melhor transmitidas e digeridas, evidenciando que as formações são essenciais para o entrosamento da comunidade pesqueira. A importância de um projeto dessa dimensão é, também, de aproximar comunidades e pessoas que tinham inúmeros conflitos no mesmo espaço. É um exercício cotidiano de como mediar esses conflitos e dilemas e que, por isso, é importante num empreendimento coletivo.

Os cursos foram muito comentados e, nas falas vinculados à capacidade de fazer com que as pessoas se conheçam e se unam ainda mais, família com família, comunidade que não se comunicava direito com a outra: “Os cursos são importantes. Colocam as pessoas de cada família junto à outra [...], deixando as pessoas sempre mais próximas umas das outras”.

Segundo a fala delas, algumas comunidades começam a se organizar para montar um conselho municipal de pesca e participarem de audiências públicas: “a participação em políticas públicas aumentou até mesmo as conquistas”. Uma das participantes de Arraial do Cabo disse “onde eu moro, melhorou um pouco, mas os pescadores da Prainha não participam e ficam caçoando da gente, dizendo que não vai dar em nada, em dia de curso do Pescarte. A comunidade pesqueira muitas vezes não tem interesse. Dizem que isso não vai dar em nada, não vai dar dinheiro”. A gestora de São João ressalta essas dificuldades quando tenta realizar reuniões: “fiz uma reunião lá em casa para unir os pescadores e apenas dois apareceram”.

São inúmeros os empecilhos para garantir a participação política. É um problema cultural brasileiro e mudanças culturais são lentas e paulatinas. Conforme demonstrado no início deste capítulo, reconhecer que os direitos são frutos de luta é árduo. É comum que as pessoas queiram participar quando existe algum retorno monetário ou material envolvido, mas é difícil perceber que direitos são conquistas.

É nesse quesito que muito dos objetivos do Pescarte são confundidos, em que organização comunitária se torna empreendimento.

Quanto às reivindicações da comunidade, uma chamou a atenção por falar sobre a falta de confiabilidade da comunidade pesqueira, em geral nos PEAs, necessitando, de imediato, demonstrar algo físico: “para nós conquistarmos outros pescadores, nós temos que ter outras coisas para apresentar. Nós não temos nada”. Outra reivindicação foi um local apropriado para fazer a venda do peixe: “o local onde se vende o peixe é insalubre. A fábrica de peixes não sai. Precisamos de um lugar pra vender os peixes. Se deixássemos de comprar o peixe naquela imundice, eles não teriam pra quem vender”.

O Pescarte, sem dúvidas, trouxe muitas informações novas e valiosas para as comunidades de pesca envolvidas no projeto, principalmente no que concerne aos direitos e deveres da comunidade. As falas foram consensuais ao afirmarem que o projeto não apenas auxilia na conquista dos direitos, mas ensina e oferta novos princípios e conhecimentos que estabelecem atitudes mais “cidadãs” — palavra utilizada por elas —, conscientes com a natureza, com a comunidade, entre outros.

A fala da esposa de pescador de Arraial é emblemática: “nós temos os direitos, mas temos que saber também nossos deveres e conseguir identificar quando estivermos errados. Se cada um se conscientizar que vamos cuidar do que é nosso, nós vamos conseguir ter peixe”. Outra comunitária complementou a fala: “o problema acontece na maioria dos municípios por falta de fiscalização”.

Elas concordam que a linguagem que o projeto utiliza, além de ser adequada à realidade, é de fácil entendimento. Foram destacadas, novamente, as formações oferecidas pelo projeto, que levam informações ainda não conhecidas e excitam a organização comunitária: “as formações são importantes porque a gente sai com outra mentalidade, como aqui”; “os nossos pescadores, se souberem a força que eles têm, se se unissem para brigar, com certeza a situação deles não seria essa de hoje”; “é isso que o Pescarte está nos ensinando: nos mostrando o que a gente não sabe e nos organizando”.

A dificuldade de mobilização foi novamente destacada: “um dia que você perde é como se fosse uma semente, que hoje você perde um dia de pesca, mas amanhã você vai lucrar pelo o que você aprende”. Essa fala demonstra a importância que conferem ao projeto. O projeto é como uma semente.

Quanto ao tratamento dispensado pelo Pescarte a pescadores e pescadoras, foi ressaltado que não existem diferenças, na medida em que todos são tratados da mesma maneira, havendo igual direito de voz, seja homem ou mulher, pescadores lagunares ou marítimos, brancos ou negros, lideranças ou não. Enfim, não há distinção dentro do projeto — pelo contrário: procura respeitar e contemplar a voz de todos, fomentando debates e trocas de experiências que são ricas e os fazem se enxergar como iguais.

A princípio, a maior expectativa era que os projetos de geração de trabalho e renda acontecessem, o que fica explícito em uma das falas: “a primeira expectativa foi a dos tanques, mas você vai aprendendo tanto que os tanques ficam para trás. Você conquista alguma coisa apesar de demorar tanto”.

Elas afirmaram que o bom do projeto é que sempre existe uma devolutiva e que isso dá ânimo ao pescador a continuar mobilizado. A devolutiva ocorre no sentido de informar todos os passos do projeto e de poderem construir, juntos, o que almejam a partir desse PEA. Não existe pergunta sem resposta. Se alguma coisa não irá mais acontecer, todos os pescadores são informados, coletivamente. A fala da esposa de pescador de Arraial demonstra essa preocupação: “o pescador tá cansado do recurso dele ser explorado e não ter uma devolutiva pra ele; aí é que vem os descréditos nos programas”.

Para as pescadoras, o objetivo do Pescarte está sendo alcançado: “eu aprendi, eu quis e fiz. Eu tenho para o uso de casa, poço criador de tilápia e o Pescarte que influenciou”. Uma fala que se destacou, e todas concordaram imediatamente, foi a da esposa de pescador de São Francisco do Itabapoana: “só de estarmos em uma sala com um monte de mulheres empoderadas já diz muito sobre o projeto”.

Elas falaram da dificuldade que é fazer todos acreditarem que irá funcionar, por causa dos vários PEAs que já passaram e os deixaram desacreditados. Uma das preocupações de muitas delas é a quantidade de pessoas necessárias para cada empreendimento e das que não querem participar por acharem que é mais um projeto que não irá funcionar. Mesmo com a falta de mobilização de outros pescadores, o Pescarte tem feito tudo na medida do possível. “No Pescarte, nós temos voz. A gente aprende muito.”

Ainda há uma certa confusão quanto aos objetivos do Pescarte. Algumas pescadoras acreditam que os empreendimentos de geração de trabalho e renda

traduzem a finalidade do projeto, apesar de ressaltarem que estão participando porque acreditam que incentiva e auxilia a comunidade no alcance de seus direitos, fornecendo informações importantes e, até certo ponto, privilegiadas — que não teriam caso este PEA não existisse.

Percebem, apesar da desmobilização e das dificuldades de participação, uma construção coletiva que tem culminado no desejo de lutar, seja por políticas sociais ou por outras demandas e necessidades da comunidade, ainda que isso não tenha se manifestado em ações efetivas. Além disso, elas parecem atribuir, de fato, um valor inestimável pela participação no projeto, na medida em que relatam que vem alterando substancialmente suas vidas e o papel feminino. São determinantes, por vezes, como demonstraram, na garantia da presença de seus maridos nas reuniões e dão valor aos conhecimentos adquiridos, ao mesmo tempo em que buscam colocá-los em prática, no âmbito público e privado.

3.2 A linha de pesquisa: saberes e fazeres tradicionais das comunidades pesqueiras litorâneas da Região dos Lagos a partir do Projeto Pescarte

A linha de pesquisa “Saberes e Fazeres” se constitui em uma pesquisa de caráter inventariante da cultura e das tradições pesqueiras de Arraial do Cabo e Cabo Frio, que envolvem a arte para significar modos de vida. Nesse sentido, se dedica a levantar e mapear quais são os pescadores e as pescadoras/mulheres da pesca envolvidos com a composição de poesias e canções, as festas tradicionais vinculadas à pesca e os pratos típicos dessas comunidades. Esse objetivo de inventariar tem, como fundamento, estabelecer as bases e o esforço para, talvez, no futuro estabelecer, um Centro de Tradições Pesqueiras nos municípios. Este pode contribuir para a retomada e/ou fortalecimento de vivências culturais tradicionais, bem como na geração de trabalho e renda por meio da valorização da cultura popular. Além disso, busca subsidiar roteiros turísticos de base comunitária.

No intuito de possibilitar a retomada de vivências culturais das comunidades pesqueiras litorâneas do Norte Fluminense e Região dos Lagos, mais especificamente nos municípios de Arraial do Cabo e Cabo Frio, observa-se a relevância dos saberes e fazeres destas comunidades no âmbito da tradição oral, da cultura material e imaterial. Nesse sentido, pretendemos contribuir para que sejam

reconhecidas e valorizadas as atividades tradicionais destas comunidades, por intermédio da memória social, das representações e materialidade cultural. E, a partir desta perspectiva, considerar o pescador artesanal e sua comunidade vivente como protagonistas e sujeitos de suas trajetórias [...]. O inventário cultural, destinado a ser o suporte para a elaboração do projeto do Centro de tradições Pesqueiras, será alimentado por subprodutos oriundos das pesquisas envolvendo sonoridade, artesanato e gastronomia. Essas pesquisas fornecerão o conteúdo para a elaboração do Roteiro turístico histórico-cultural dessas regiões (Cabo Frio e Arraial do Cabo) os principais pontos históricos das Cidades, fundamentado a partir das pesquisas históricas já realizadas, bem como as narrativas locais que subvertem, em muitos momentos, a história oficial através dos mitos, dos contos e até mesmo das poesias que reinventam fatos e, não são menos importantes, na medida em que são reconhecidas como as “verdadeiras” histórias, formando valores e responsáveis pela identidade das comunidades (PROJETO SABERES E FAZERES, 2017, p. 3).

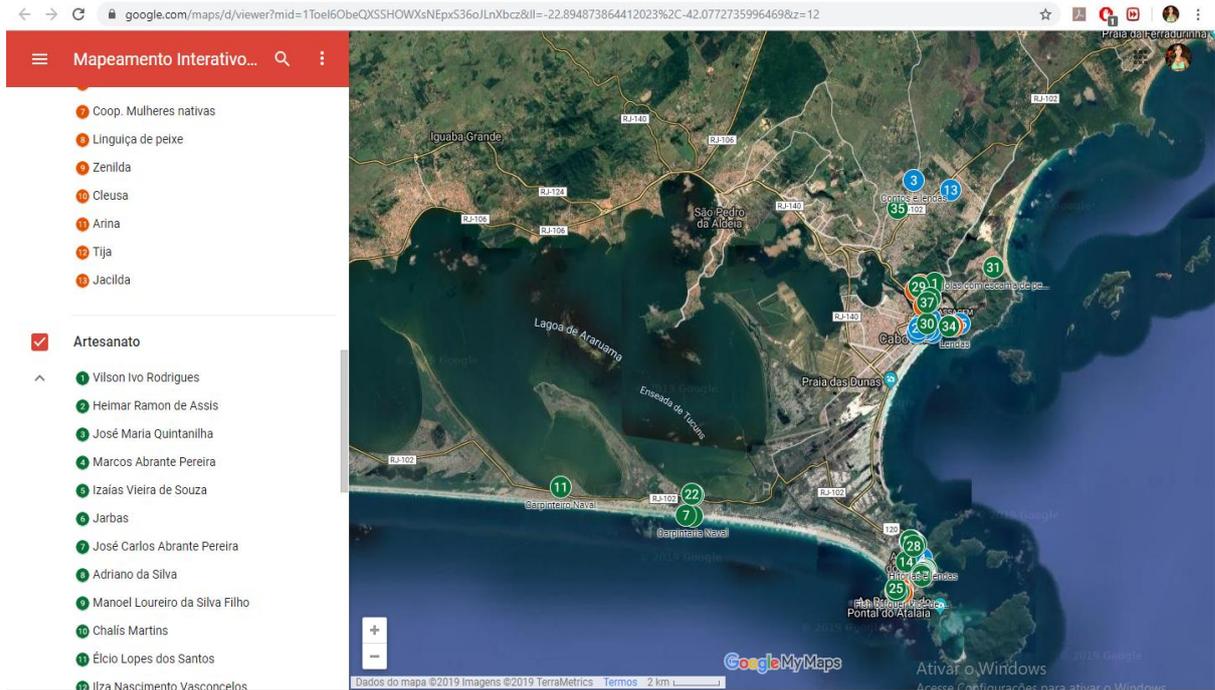
Assim, a pesquisa teve início junto ao segundo ciclo do projeto Pescarte, no segundo semestre de 2017. A primeira etapa consistiu em pesquisas bibliográficas e pesquisas exploratórias de Campo. Posteriormente, cursos de formação dos bolsistas de iniciação científica, responsáveis pelo mapeamento *in loco* das atividades culturais relacionadas à pesca, bem como a formação com Ivo Barreto, técnico do IPHAN, sobre a metodologia de inventários participativos. Cumpre ressaltar que tal metodologia do IPHAN serviu de base para o trabalho da pesquisa, mas não foi utilizada na íntegra. Até mesmo as fichas aplicadas em campo tiveram tal metodologia como inspiração. Assim, ao término de dois anos de pesquisa, foi elaborado um mapa dessas expressões⁹.

Abaixo, a gravura do mapa de Arraial do Cabo e Cabo Frio. Em verde, estão as pessoas vinculadas ao artesanato; em laranja, os pratos típicos e pessoas que podem falar sobre eles; e, em azul, as sonoridades, como poesias, contos, escolas de samba, festividades, entre outras — o mapa ainda receberá ajustes e melhorias.

⁹ Disponível em:

<https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1Toel6ObeQXSSHOWXsNEpxS36oJLnXbcz&ll=-22.971032377627708%2C-42.02088855377889&z=15>.

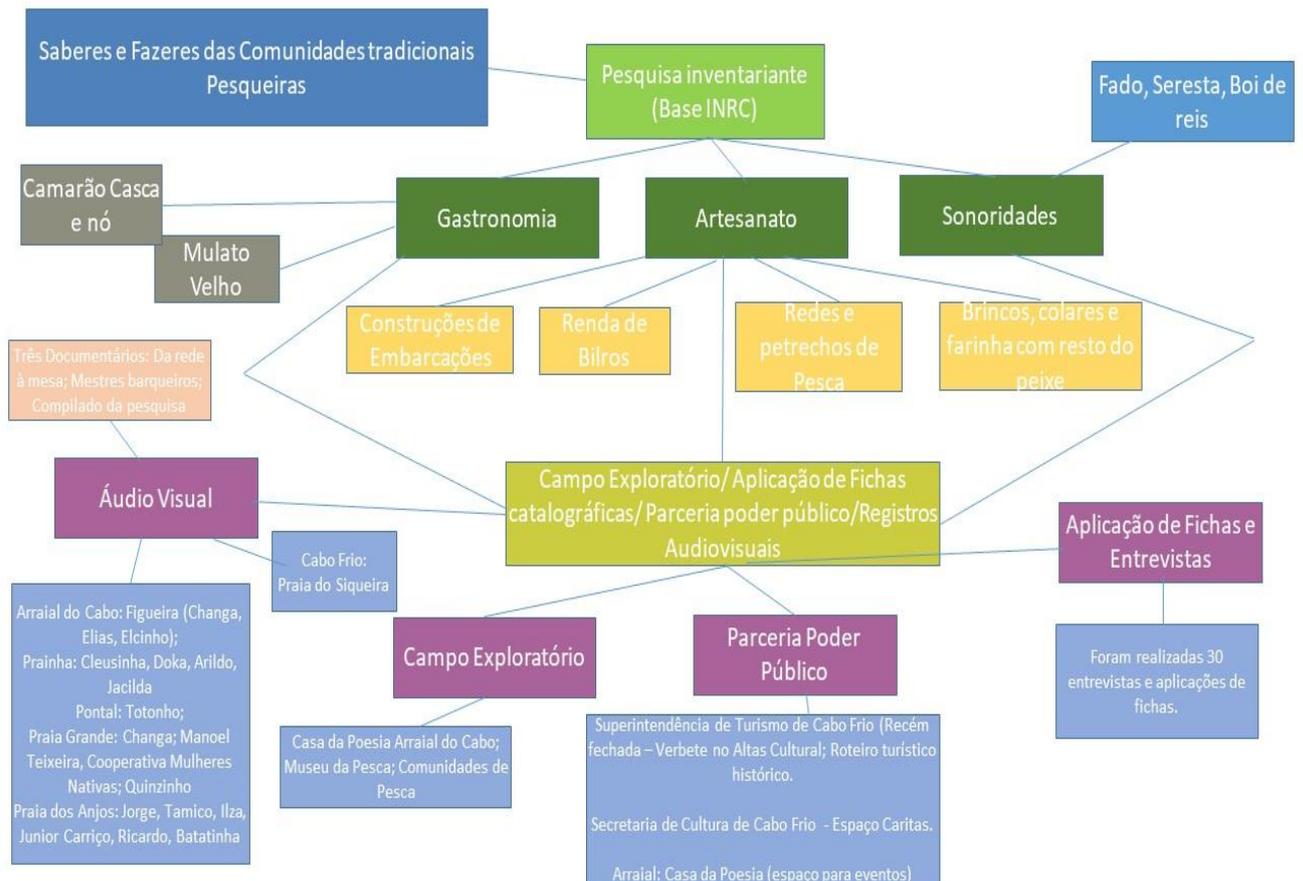
Figura 5 – Mapa “Saberes e Fazeres” de Arraial do Cabo e Cabo Frio



Fonte: Elaboração da pesquisa.

O mapa foi confeccionado a partir das entrevistas e aplicações das fichas catalográficas que buscavam reconhecer e compreender os saberes narrados. Além disso, a equipe de pesquisa realizou uma oficina participativa com o grupo gestor de ambos os municípios para o preenchimento do mapa. Os gestores localizaram os saberes e fazeres, bem como sugeriram pessoas e elementos para que a equipe os encontrasse. A próxima figura mostra um organograma com os principais resultados da pesquisa, com as entrevistas, a quantidade de gravações realizadas e as respectivas pessoas abrangidas pela pesquisa.

Figura 6 – Organograma de “Saberes e Fazeres” catalogados



Fonte: Elaboração da pesquisa.

Foram realizados quatro documentários: o primeiro, chamado *Da rede à mesa*, conta a história desde a puxada de rede até a realização do mulato-velho, prato típico da comunidade pesqueira de Arraial do Cabo; o segundo, *Mestres Barqueiros*; o terceiro, na Praia do Siqueira, sobre o “camarão casca e nó” e a situação da Lagoa de Araruama; o quarto consistiu num compilado da pesquisa com as tradições inventariadas.

O primeiro documentário para esta pesquisa de tese é o mais simbólico, pois conta com a narração de Cleusinha, mulher da pesca e presidenta da cooperativa Sol, Salga e Arte, que narra a pesca do dia, bem como as tradições da salga e a organização social da própria pesca.

Em artigo recém-publicado no livro *Pescarte: arte e vida/trabalho e poesia*, Nascimento *et al.* (2019) relacionam o trabalho artístico nas expressões da pesca à constituição e formação do próprio ser, compreendendo a arte como uma forma de exteriorização que confere sentido à existência. Tais expressões resultam da

relação sujeito e meio ambiente. Assim, a arte pesqueira se refere às criações e recriações de pescadores e mulheres da pesca resistentes aos ditames de uma indústria cultural que objetiva a padronização da vida. Aqui, está em jogo o sentido de ser no mundo. A arte é um elo que liga o ser individual ao coletivo.

No reconhecimento dos saberes e fazeres vinculados ao artesanato, gastronomia e sonoridades, conseguimos catalogar, por meio da pesquisa inventariante, o predomínio dos homens nas atividades que envolvem conserto e construção de embarcações, também chamados de mestres barqueiros; as biojoias, rendas de bilros e pratos típicos, como peixe escalado com banana — peixe seco e salgado —, pirão de banana, camarão casca e nó — feito com casca —, mulato-velho e novas culinárias, como linguiça de peixe, *fishburger*, entre outras, principal trabalho das mulheres. Em relação às sonoridades, ouvimos lendas como a do tchaco em Arraial do Cabo que, nas noites de lua cheia, se transformava em lobisomem; as poesias do senhor Manoel Teixeira, pescador da Praia Grande, e também o trabalho do coral Marearte para reavivar as tradições do município de Arraial do Cabo (NASCIMENTO *et al.*, 2019). Além disso, as tradicionais festas que já não correm mais e faziam parte ativamente da vida das comunidades de pesca, como Bumba meu Boi, blocos de carnaval, Festa da Fita, luaus com viola, entre outras. Tudo isso nos fez compreender e nos aproximar da pesca artesanal.

Se olharmos para os pescadores artesanais como sujeitos de ação, detentores de conhecimento e de expressões culturais, veremos que a arte expressada cotidianamente ultrapassa a simples produção de mais um produto a ser comercializado, mas exerce um significado pela sua historicidade e tradicionalismo e representa um somatório de significados, sendo um deles o sentido de mundo (NASCIMENTO *et al.*, 2019, p. 52).

As entrevistas demonstraram que todos os que recorreram à arte da cadeia da pesca artesanal a buscou para que esta continue a existir por meio de suas simbologias, pois garantem o sentido da existência, o ser pescador no mundo.

Cumpramos ressaltar que a tese proposta se insere na linha referida acima, participando de todos os processos inventariantes. No entanto, ao buscar compreender como se dá o complexo papel da mulher relacionado à arte na cadeia da pesca, dedica-se, principalmente, a analisar as entrevistas com as mulheres, seus cotidianos e entender como os significados que atribuem a suas ações se manifestam. As entrevistas com homens foram analisadas apenas quando fizeram

menção direta ao trabalho desempenhado pelas mulheres ou ajudaram a compreender os modos de vidas.

Como interlocutora principal da pesquisa, a figura da Cleusinha pareceu ser a central, na medida em que consegue fazer as correlações e identificar onde e quem poderia nos apresentar os bens culturais da pesca no município, ao passo em que luta para defendê-los. Além de Cleusinha, são relevantes dentro desse escopo as pescadoras da cooperativa Mulheres Nativas, localizadas na Praia Grande, principalmente as figuras de Conceição Margareth e Zenilda, sua tia e presidenta da cooperativa. Todas se localizam, primordialmente, no âmbito da gastronomia e, por isso, esse assunto merecerá destaque na tese. Ainda assim, todas as entrevistas realizadas por mulheres terão atenção especial nesta pesquisa.

Não nos deteremos longamente neste item, pois o objetivo de descrever um pouco as ações da pesquisa *Saberes e Fazeres* foi apenas demonstrar o trabalho desta e em que medida nosso trabalho se distancia, difere e é auxiliado e desenhado em seu bojo.

4 GUARDIÃS DAS TRADIÇÕES DA PESCA ARTESANAL EM ARRAIAL DO CABO

Figura 7 – Cleusinha, da cooperativa Sol, Saga e Arte, na Prainha



Fonte: Arquivo da pesquisa (2017).

“Me conte um pouco sobre sua história” — assim começavam as entrevistas. Ouvíamos, atentos, aos relatos que se cruzavam com a própria história da vilinha de pescadores que foi se transformando pelo “progresso”. Histórias de mulheres nos fizeram entender a própria pesca e a defesa das tradições: são as guardiãs das tradições. Este capítulo reflete a importância do trabalho feminino por meio das artes gastronômicas e pelo artesanato, como biojoias e rendas de bilro.

Antes, falaremos de Arraial do Cabo que, como toda cidade brasileira, tem suas desigualdades expressas no território. O espaço, construído dos próprios homens e mulheres, fala do extermínio indígena, dos povos originários de Arraial do Cabo, da colonização e imigração, assim como dos negros escravizados e do quilombo. A divisão territorial também está introjetada nas pessoas, mas uma coisa é comum: o sentimento de pertencimento ao modo de vida da pesca artesanal. A defesa e resistência dessa atividade e das comunidades de pesca.

Cumpramos ressaltar que compreendemos “comunidade de pesca” como

grupos de indivíduos que ocupam um espaço geográfico definido, cuja atividade profissional é a pesca artesanal e se reconhecem como comunidade pesqueira. Tem em comum a presença de pelo menos uma das seguintes características: mínimo de 33 famílias, proximidade entre elas e local de embarque/desembarque de pescado (PEA-Pescarte).

Além das atividades produtivas, de comercialização do próprio pescado, outros elementos dão sentido e coesão comunitária, fortalecendo o ser pescador, pescadora ou mulher da pesca. Nos deteremos, principalmente, nas falas e ações das mulheres, o objetivo da tese, o que não significa que não utilizaremos algumas falas ou faremos referências aos homens. O gênero, como categoria de análise, permite isso, já que é relacional e é apenas analisando as complementariedades, conflitos que podemos nos aproximar um pouco mais da realidade.

A fim de conhecer um pouco sobre a história de Arraial do Cabo, em visita exploratória, em setembro de 2017, fomos à Casa da Poesia e conversamos com Letícia Ferreira, da Secretaria de Turismo cedida a essa instituição privada, que conta com parceria pública da Secretaria de Educação e Turismo. Letícia, formada em Comunicação Social pela Veiga de Almeida e que, atualmente, cursa letras, nos

apresentou um pouco sobre a história. Relatou que, na Praia Grande se dá/deu a ocupação e descendência dos índios tamoios; na Prainha, concentra-se a população que descende dos negros escravizados em Arraial; na Praia dos Anjos estão, majoritariamente, os que descendem dos colonizadores europeus. Assim, segundo seu relato, é possível perceber, entre esses territórios, diferenciações fenotípicas e de classes sociais. Existe uma separação étnica que repercute em outras questões ou até em possíveis conflitos entre pescadores e mulheres da pesca.

Relatou, também, que existe uma proximidade na prainha de pescadores com terreiros de candomblé, que podem evidenciar a prática do jongo, outra expressão cultural, encontrada no Sudeste. A questão de a Prainha, principalmente do Morro da Cabocla, ser um território remanescente de quilombo, é algo que aparece em diversas falas, inclusive da Cleusinha, moradora do Morro da Cabocla.

A visita exploratória demonstrou a necessidade de compreender como essas desigualdades se processam no território a fim de entender conflitos e disputas que também se dão entre as comunidades de pesca. Em Arraial, segundo o Censo Pescarte, existem cinco comunidades: Figueira, Monte Alto, Prainha, Praia Grande e Praia dos Anjos. Não se pode esquecer que Arraial é um território racializado.

Buscando informações relativas a esse assunto, é possível encontrar que a história de Arraial está vinculada a Cabo Frio, haja vista que se emancipou apenas em 1985. A história da colonização trouxe suas marcas. Em 1503, Américo Vespúcio desembarcou em Arraial, construindo casa na Praia dos Anjos — primeira feitoria do Brasil. Antes da chegada dos portugueses, estima-se que a população de Cabo Frio, composta por indígenas da etnia tupinambá, tamoios, era de 25 a 75 mil, com 50 aldeias¹⁰. Nesse período, o aumento populacional foi tamanho e combinou a exploração dos recursos naturais e a agricultura, com forte utilização da força de trabalho negra. A pesca e a realização das atividades, como cerâmica, constituíram as relações dos habitantes do Cabo e a pesca teve influências negras, europeias e indígenas. Permaneceu como principal atividade de troca e subsistência até a chegada da Alcális — empresa estadual que produziu barrilha e sal —, em 1943, mais especificamente na década de 1960 quando a indústria começa a operar em plena atividade, pois a cidade era basicamente um arraial, uma

¹⁰Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riodejaneiro/arraialdocabo.pdf>

vila de pescadores bem afastada. Até onde hoje é Cabo Frio, era possível chegar pela praia, pelas dunas, a pé, cavalo ou a barco. Álcalis encerrou suas atividades em 2006; a pesca permaneceu.

Conforme apontam os estudos sobre mulheres na pesca, abordados no segundo capítulo, a divisão sexual do trabalho e a invisibilização também ocorrem na pesca artesanal de Arraial do Cabo mas, nas entrevistas, observações de participantes demonstram que as mulheres da pesca têm capacidade organizativa e conquistaram espaços de relevância na cena pública municipal. A pesca, bem como toda a sociedade, ainda é patriarcal e machista, mas as mulheres costumam redes alternativas, abrindo seu próprio espaço.

O mapeamento no município de Arraial do Cabo permitiu catalogar 42 atores sociais vinculados às expressões culturais na cidade, que envolvem gastronomia, artesanato e sonoridades. Todos preencheram as fichas catalográficas. O grupo gestor auxiliou no mapeamento, apontando atores para entrevistas. Além desse grupo, Cleusinha também nos indicou diversas pessoas, pois demonstra conhecimento do território, bem como das artes e das pessoas envolvidas. Alega que quanto mais pessoas conhecidas houver nas comunidades de pesca, mais forte serão as comunidades. Esse trabalho faz parte de uma militância que também se manifesta por meio do trabalho na cooperativa, explicitado mais à frente.

Quadro 2 – Atores sociais catalogados em expressões culturais de Arraial do Cabo

Comunidades	Carpintaria naval (construção ou reparo de embarcação artesanal)	Artesanato (biojoias e redes de pesca)	Gastronomia (pratos tradicionais e novas iguarias com pescado)	Renda de bilros	Sonoridade (poesias, cantigas e contos)
Praia dos Anjos	Salim, Ricardo Rangel, Altamir, Ivan Sérgio, Chalis, Manoel Loureiro, Adriano da Silva, Heimar				Enoque - lendas
Praia Grande	Chonca		Mulheres Nativas	Herodias Anino	Manoel Teixeira – poeta

					Kinsinho – sinais de pesca
Prainha	Arildo	Cleusinha Vazinho – redes Boninho – redes Mário - Redes Dok - redes	Sol, Salga e Arte Jacilda Arina Tija	Ilza Jacilda	Pontal – Totonho (cantigas e fado) Carlos – Sinais da pesca Arildo – sinais de pesca Jacilda – Fado Fernando – História dos cantos Cazinho – escola de samba Dok – Histórias de Arraial Arina – Contos e cantos
Figueira	Écio, Elias, Changa				
Monte Alto	José Carlos Abrante, Izaias, Marcos Abrante, José Maria, Jarbas	Luzia			

Fonte: Elaboração da pesquisa.

Realizamos entrevistas audiovisuais com as cooperativas de mulheres, tanto da Prainha, a “Sol, Salga e Arte”, quanto “Mulheres Nativas” da Praia Grande. Nem todas puderam participar da gravação de material audiovisual. Além disso, Jacilda, Jenilce e Dona Ilza, rendeiras de bilro, também fazem parte desse escopo, bem como os mestres barqueiros, são 12 entrevistas registradas aqui. Os relatos e as análises que se seguem estão mais focados nas narrativas das duas cooperativas¹¹,

¹¹ Neste ano, eu retornaria ao campo para entrevistar outras mulheres da pesca, com o objetivo principal de entender as artes do nutrir e cozinhar, para além dos pratos típicos apresentados pelas cooperativas. No entanto, fomos interrompidos pelo contexto pandêmico, o que não inviabiliza as análises que ora se apresentam, já que a pesquisadora esteve em campo por dois anos.

tocadas ou na totalidade ou majoritariamente por mulheres. A busca pelo associativismo e inserção em diversos projetos, tanto de educação ambiental quanto na ocupação no Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha (RESEX) de Arraial do Cabo, por exemplo, parecem reconfigurar seus lugares perante a comunidade, até mesmo na cena pública. Tanto Cleusinha quanto Conceição Margareth e Zenilda são interlocutoras principais. Tal papel aparece com uma legitimidade para entender o território, as apropriações e localizar outros atores relevantes para o fortalecimento da cultura cabista e das tradições. Cleusa Rocha, ou Cleusinha, é presidenta da cooperativa de Mulheres da Pesca, Aquicultura e Artesanato da Prainha (MUPAAP) e Sol, Salga e Arte; Zenilda, presidenta da cooperativa Mulheres Nativas da Praia Grande.

4.1 Tradições e imaginários

Figura 8 – Pesca de Xareu (1940) na Praia dos Anjos, com as casas atrás.



Fonte: Ferreira e Fialho (2013).

Neste item, nos dedicamos a analisar e compreender os elos das significações entre passado x presente, ou melhor, como as histórias das mulheres se inter cruzam às próprias histórias do desenvolvimento de Arraial do Cabo e suas

práticas cotidianas; como as trajetórias são marcadas pela repetição dos gestos e saberes dos antepassados.

Existe uma defesa de todas as mulheres entrevistadas que a cultura da pesca artesanal deve ser valorizada e que o município, apesar dos outros títulos que tem recebido, como “capital do mergulho”, não tem, no turismo, a base primordial de suas atividades e referência. A pesca artesanal e todo o universo simbólico e material vinculado a ela é que garante sustentação de suas vidas. Angélica, cooperativada na Sol, Salga e Arte, expõe essa questão com muita franqueza:

Arraial do Cabo não é uma cidade turística. É uma cidade pesqueira. Então se a gente deixar a nossa cultura morrer, o que a gente vai dizer pros nossos netos depois? De onde viemos? Qual o nosso reduto? Tá entendendo? A nossa cultura, nossa origem... Então a gente está correndo atrás de um museu pra contar a nossa história, a história dos pescadores, pras futuras gerações saberem de onde nós viemos (2017, informação verbal).

A importância de contar as histórias e transmiti-las a outras gerações é uma preocupação inerente não apenas na fala da Angélica. Saber de onde veio, os sacrifícios e as lutas que os antepassados tiveram para garantir-lhes a vida auxiliam a olhar para o futuro e a criar estratégias. A cooperativa será melhor abordada no item 4.3. Surge o intuito de defender a cultura cabista e fazer, dessa cultura, um meio de geração de renda para que a comunidade encontre meios de subsistir na e pela pesca. Aqui, percebemos também o valor da tradição oral: enquanto a história continuar a ser contada e lembrada, permanecerá viva.

Como uma vila de pescadores, reservada da “civilização”, os relatos carregam uma certa nostalgia e os pais e as mães novamente ganham vida. A pesca sempre foi realizada pela família, não sem a divisão sexual do trabalho. Apesar das mulheres pescarem junto aos homens, essa tarefa aparece como “ajuda”. As funções aparecem bem delimitadas — isso será mais aprofundado posteriormente. Na cultura cabista, as mulheres e as crianças acompanham os homens na pesca. As crianças lavavam e limpavam o peixe, abriam e catavam suas vísceras — moela e bucho — e as levavam pra casa para ser cozido pelas mulheres — da mesma forma que já iam aprendendo o ofício de forma empírica: ser pescador ou mulher da pesca. Os conhecimentos se transmitem pela observação e pelos gestos.

Como não havia uma geladeira, o peixe era dessecado e posto para secar ao sol por dias. A salga era realizada por mulheres em barracões de madeira — paióis, quando considerados salgadeiras — ou nos quintais de casa para depois ser trocado ou vendido. O peixe salgado pelas mulheres nos paióis chama-se “escalado”: as mulheres ficavam sentadas de cócoras em meio às salmouras depois que os homens ou as crianças retiravam as vísceras e abriam o peixe.

Antigamente, o benefício da salga do peixe era feito por mulheres. Isso é tradicional em Arraial do Cabo, a salga do peixe. E as mulheres faziam pra aumentar a renda. E elas levavam as crianças pra praia, porque elas ajudavam a lavar o peixe. E a nossa cooperativa quer resgatar tudo isso, inclusive as danças as músicas. Toda a tradição de Arraial que ficou um pouco esquecida. E peixe salgado as crianças quase nem conhecem. Agora que estão conhecendo por conta da cooperativa. Mas a comida típica de arraial, a base era o peixe salgado. Peixe assado na brasa, ia pra restinga e levava a brasa e comia com farinha. Ai, que delícia! (CLEUSINHA, 2017, informação verbal).

E aí a gente parava lá, embaixo normalmente de um abaneiro grande na sombra e fazia a cacimba e pagava água e fazia o fogo. Rolava aquela carne seca pra cozinhar e o mais incrível é que cozinava, porque hoje, pra gente fazer uma carne seca, tem que colocar numa panela de pressão... Lá, não! Lá ficava uma beleza! E o que que fazia a farinha? A farinha entrava ali e a gente chamava de sopa d'água, porque era aquela farinha cozida na água da carne seca e o ovo cozido. Era o nosso almoço e a gente ficava feliz da vida. E a sobremesa era a própria fruta que a gente já tava catando (na restinga)... e ali a gente já ajudava a esvaziar o peso que ia levar pra casa (ZENILDA, 2019, informação verbal).

Lembrar é se alimentar de memórias. É como sentir novamente o cheiro, o sabor. Ali mesmo, na beira-mar, em dias de pesca, num latão, se punha a brasa e toda a família se alimentava. As crianças sempre estavam por perto das mães, principalmente as meninas, o que demonstra o papel das mulheres relacionado à educação dos filhos e à transmissão dos saberes informais. Desde tenra idade, aprendia-se as tarefas na pesca, a catar lenha, a fazer cacimba — “olho d'água” —, a carregar água — tarefa das mulheres — catar frutas na restinga — camboim, pega-pega, murici, o vapupari, o coquinho, o guriri, a azeitona —, entre outras. Além disso, as crianças também levavam, para os homens que estavam na pesca, o almoço preparado pelas mulheres.

As histórias contadas pelas mulheres de Arraial falam de um período: a infância e juventude, de pobreza, de casas simples, de vida humilde, mas de fartura fornecida pela abundância da natureza. Diversas eram as frutas da restinga — muitas nem existem mais. O mar tinha tanto peixe que era possível pescar na beira d'água, assim como as lulas, que vinham bem próximas da areia, não exigindo embarcações grandes para a pesca de longa distância. Não tinha luz, mas tinha o brilho das “estrelinhas” no chão da praia, plânctons bioluminescentes que aparecia ao longo da caminhada.

Mas na nossa época de criança, acendia de verdade. Parecia que a gente tava pisando numa coisa cheia de estrelinhas. Então nossa diversão era brincar e fazer estrelinha. Era correr pra ir acendendo. Era o caminho, não eram ruas; pular corda... com batata da praia, rama que dá aquela flor roxa assim (CONCEIÇÃO MARGARETH, 2019, informação verbal).

Os relatos sobre a infância, as possibilidades de brincadeiras, as diversões e o contato com a natureza, antes das transformações que ocorreram em Arraial do Cabo, demonstram um passado feliz, mesmo com as adversidades. Era uma vida de muita labuta, em que o trabalho das mulheres era realizar mil e uma funções da cadeia da pesca e garantir alimentos e bem-estar para as famílias. Em relação ao gosto pela pesca, este surgiu assistindo aos pais, avôs e tios pescarem e, assim, foram também aprendendo.

Desde pequena, eu aprendi a pescar. Meu pai saía pra pescar na canoa e sempre me levava. E eu também ficava com minha mãe; ajudava e lavando o peixe. Ela fazia o benefício da salga. Era salgadeira (CLEUSINHA, 2018, informação verbal).

Eu acho que eu que cresci com essa coisa da pesca, desde nova. Meu irmão, que é mais novo que eu, mas o fato de ser homem, né... Mas eu queria pescar e não tinha ninguém querendo deixar eu pescar. E aí eu enchi a cabeça dele, perturbava muito... Aí ele falava: “tá bom, enjoada. Vou te levar lá na pedra”. Aí saía cinco horas da manhã pra me levar pra pescar. Eu sempre gostei porque, quando meu avô pescava, eu adorava ir para lá. Sempre gostei da pesca. E pescar, pra mim, sempre foi muito... É uma coisa que eu amo fazer! (CONCEIÇÃO MARGARETH, 2019, informação verbal).

A pesca é a própria história dessas mulheres. São unânimes ao dizer que não é possível falar de Arraial do Cabo sem falar da pesca artesanal e que todos os moradores mais antigos certamente são famílias de pescadores. “Não existia outra

coisa: era pesca, pesca e pesca. É nossa raiz, nossa história” (Zenilda, informação verbal).

Além de acompanharem e aprenderem a pescar com os pais e avós, havia festividades, encontros e contos na casa dos vizinhos ou na praia. Na Praia Grande, sentavam-se à beira-mar e ouviam histórias em noites de lua cheia, como a do tchaco que se transformava em lobisomem, enquanto a lula pescada mais cedo era assada na brasa. Na Prainha, tinham os fados, os sambas que reuniam pescadores e suas famílias em noites de serestas. A Prainha, nas palavras da própria Cleusinha, é o lugar das músicas e das festas trazidas pelos negros, dos “batuques”.

Conforme descrito no segundo capítulo, esses momentos se constituem como quebras do cotidiano. São a socialização comunitária e o fortalecimento dos laços de fraternidade entre os pescadores e suas famílias. Além disso, as lendas servem para moldar o comportamento/as atitudes e transmitir valores e, a música, em geral, com acompanhamento da viola, embalava os corpos nas rodas e sapateados do fado, no jongo e era, também, canção de trabalho. Entre os entrevistados, não há quem não se recorde desses momentos; todos fazem referência a um passado comum.

Senhor Totonho, pescador que trabalha e tem uma barraca na Praia do Pontal em Arraial do Cabo, também nos apresentou alguns fados, chula e Reis de Bois. Recorda-se que tudo isso fazia parte da cultura pesqueira durante sua infância. As festividades compunham um momento de integração e felicidade para todos, bem como os luaus que ocorriam na praia. O fado, a que se refere, era dançado e misturava um sapateado e jogo de palmas ritmadas. Relatou que dançavam em filas: mulheres em frente aos homens, ao acompanhamento da viola e mais nenhum instrumento de percussão. Faz recordar o fado de Quissamã, onde encontramos resquícios da dança afrobrasileira. Neste último município, há a tentativa de preservação desta dança típica como um patrimônio imaterial da cidade.

Senhor Totonho relata que tem muita vontade de ver todas essas danças vivas novamente e acredita que um dos motivos preponderantes para o apagamento é a falta de investimento. Cita, também, o retorno da prefeitura que, num determinado momento, apoiou as expressões culturais, mas depois retirou toda a estrutura que fornecia, fazendo com que fossem desaparecendo paulatinamente.

Além das cantigas, das quais nos apresentou algumas letras, ele é artesão. Constrói redes para seu próprio uso na pesca. Mostrou-nos como fazê-las, apresentando os pontos e instrumentos para trançá-la. A agulha é feita com madeira de árvore que ele mesmo recolhe e confecciona. Quando perguntamos como se fazia a rede, ele disse “muito fácil”! Não conseguimos dar um ponto, mas observamos suas mãos calejadas e ágeis.

Outra forma de arte que ocorria com muita frequência no município do Cabo era a renda de bilro, um artesanato que descendeu dos portugueses, chegando ao Brasil por meio da colonização e que, hoje, encontra-se em vias de extinção, na medida em que também depende da tradição oral. É um artesanato passado de mães para filhas e de avós para netas; os homens não faziam renda. Era muito comum que as “mulheres de pescadores” realizassem esse ofício, para fazer o tempo passar, enquanto aguardavam seus maridos da pesca e, futuramente, também para complementar a renda monetária (JACILDA, 2018). Era bastante frequente que as mulheres, além de participarem das atividades da cadeia da pesca, estivessem desempenhando outras funções, como lavar roupa para fora.

Figura 9 – Renda de bilros sendo confeccionada pelas mãos de Izabel

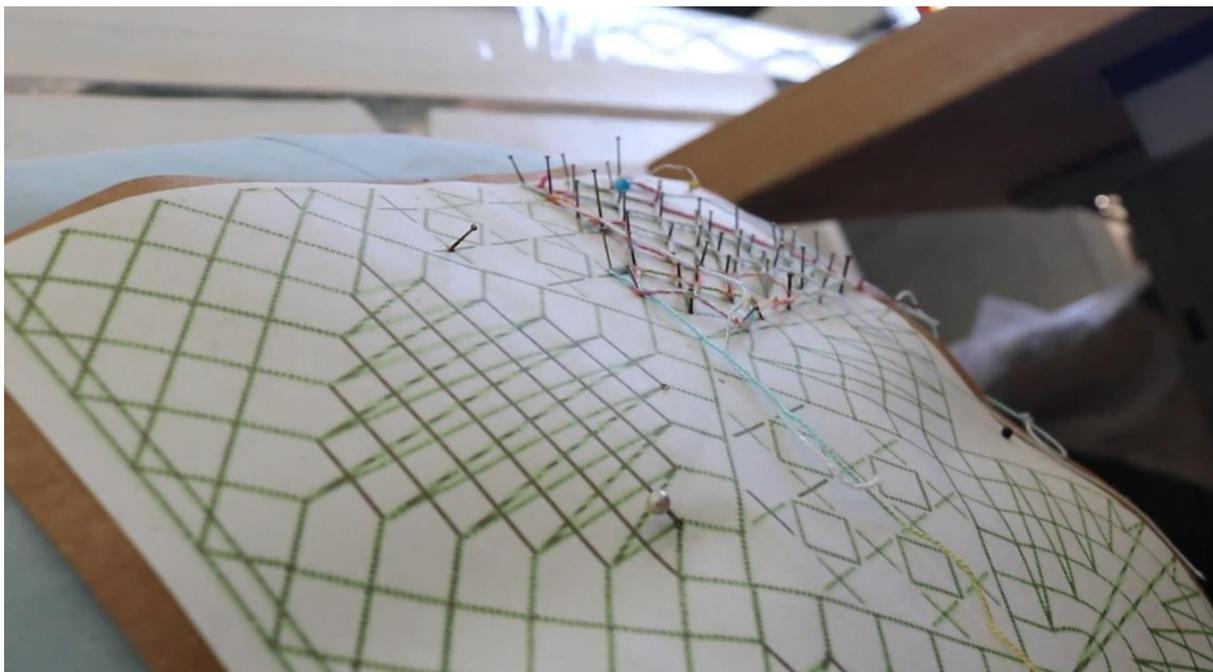


Fonte: Arquivo da pesquisa.

Jacilda aprendeu a rendar quando criança, com oito ou nove anos, e nunca mais parou. Ela que aprendeu com sua avó, mas também assistia sua mãe na feitura das rendas — faz pelo menos 50 anos. Ela acredita que os alunos deveriam aprender sobre a renda de bilros e a confeccioná-la nas escolas porque a cultura cabista deveria estar presente na educação, de maneira que os jovens aprendam a valorizá-la e mantê-la.

Pra mim, é muito importante, porque eu vejo a minha vó, né? O sacrifício que ela fazia. Eu vejo a minha mãe, também. Porque, realmente, a renda de bilro aqui não tem... não tem valor. O pessoal não dá valor. As autoridades não esquentam, né? Então eu achava que elas faziam aquilo ali pelo lazer mesmo porque não tinha naquela época... Arraial era uma aldeia. Não tinha muito o que fazer e elas se juntavam um grupinho mesmo ali pra conversar e fazendo a rendazinha de bilro depois de uma hora do almoço. Cuidava da casa, porque a casa naquela época era muito simplesinha, né? Era tudo casa de barro. Não tinha muita coisa pra fazer mesmo, então elas se preocupavam muito em fazer essa renda de bilro. Aí juntava um grupo de dez, 15, 20 pessoas e muito mais (JACILDA, 2018, informação verbal).

O artesanato da renda era um mecanismo de socialização entre as mulheres: a forma de se encontrarem com o pretexto de trocar conhecimentos sobre os pontos, mas falar sobre questões do próprio casamento. Era o momento de troca de experiências e de observação da vida da aldeia do Cabo. As rendas são bastante trabalhosas e demoram muito para serem fabricadas: “se pegar de umas oito da manhã até 17 horas, dá pra fazer uns dez centímetros de renda” (JACILDA, 2018, informação verbal). A renda de bilro é feita em cima de uma almofada que fica num suporte de madeira, um cavalete. Por cima da almofada, preenchida tradicionalmente com folha de bananeira, é colocado um desenho com os pontos, que se chama “pique”, com os furos para encaixar os alfinetes que estruturarão a renda e onde a linha passará. Os bilros são as estruturas de madeira, onde se enrola a linha. Existem rendas em que se utilizam mais de cem bilros em uma mesma peça. O pique, geralmente de papelão, feito certinho e milimetricamente medido, é essencial para uma renda “perfeita” e de qualidade.

Figura 10 – Pique/molde

Fonte: Arquivo da pesquisa.

Eu... Esse trabalho é importante pra mim e eu não paro em homenagem à minha vó e à minha mãe porque é isso que eu não tô querendo deixar morrer. Agora que eu tenho uma netinha que tá com... eu tenho dois netos. Tenho uma netinha agora que tá com seis meses. Se Deus me der, né, força pra mim viver até lá, eu vou tentar botar ela pra continuar a arte da família, mas tá meio difícil, os jovens... Tá meio difícil (JACILDA, 2018, informação verbal).

Jacilda, Jhonny e Jadilce relatam que, quando escutam os bilros baterem na realização da renda, se lembram da mãe, da avó e que ninguém fazia renda de bilros como elas, porque estes chegavam a cantar, encostando uns nos outros pela rapidez e agilidade de suas mãos ao trabalharem as rendas. Quando falam isso, fecham os olhos, e é como se, no recôndito da memória, elas estivessem lá — elas estão. A tentativa para que a arte não se extinga é a perpetuação da própria família e das redes que um dia conheceram e fizeram parte; é a pertença ao grupo. “Vou te mostrar a diferença da minha renda pra renda da minha mãe. Essa é a renda da minha mãe. A renda dela é coisa mais linda. O trabalho dela é a coisa mais linda!” (JACILDA, 2018, informação verbal). E enquanto trabalhavam, ouvia-se um canto: “mulher, mulher rendeira; mulher, mulher rendar; tu me ensina a fazer renda, que eu te ensino a namorar”.

Figura 11 – Dona Ilza faz a renda de bilros

Fonte: Arquivo da pesquisa.

Conforme demonstrado na tabela dos atores catalogados em expressões culturais da pesca, não foram encontradas mulheres vinculadas a um outro artesanato tradicional da pesca, como a construção de embarcações ou carpintaria naval. Em conversa com o mestre Changa, que criou um museu de barcos em miniatura e também é mestre barqueiro na Praia Grande, isso pode ser explicado, porque as mulheres têm muita dificuldade em fazer uma linha reta. Relatou que, certa vez, ofereceu um curso de barcos em miniatura — para crianças, por meio da Prefeitura —, cujo público-alvo evadiu, sendo substituído pelas mulheres que manifestaram interesse. Porém, nas palavras dele, elas têm muita dificuldade na medição e utilização da régua e, por isso, não foi possível conferir certificado a nenhuma delas. Em grande parte, “os mestres barqueiros” alegam que as mulheres ajudam a construir as embarcações, auxiliando na pintura ou mesmo segurando para que uma madeira seja pregada, mas nunca construindo, efetivamente, um barco. Este artesanato também expressa as diferenciações de gênero.

Em relação à construção de embarcações, existe uma preocupação similar à das mulheres envolvidas com a arte: que o saber se perca, pois os jovens não têm mais interesse em aprender os ofícios relativos à pesca. Em parte, os pais

também não desejam isso para os seus filhos, porque não é uma atividade lucrativa, o que faz com que as famílias de pescadores tenham que se diversificar em atividades para garantir a subsistência.

Mas eu não quero isso pra ele, não [a pesca para o filho]. Não é muito fácil. Hoje, você tem bons colégios, bons professores. Mas se ele gostar, ele vai seguir meus passos. Eu não posso falar pra ele: “Não, você não vai”. Se ele gostar... Eu tô aqui porque eu gosto e eu não estudei muito. Eu estudei pouco, mas na época eu tive oportunidade de fazer outras coisas, mas eu não quis. Isso aqui foi intriga até com meu pai. Meu pai me proibia de fazer isso aí, de pescar, que tinha a salina. Aí eu trabalhava na salina. Chegava da salina quatro da tarde e ia pescar, contra a vontade dele. Muitas vezes, nós discutimos por causa disso. Ele conversa muito comigo hoje. Ele fala assim: “tá vendo? Você tava certo e eu tava errado”. Hoje as salinas acabaram tudo. Não tem mais salina e a pesca sobrevive cada dia mais (CHANGA, 2018, informação verbal).

O tempo presente difere do tempo passado, quando havia a fartura da natureza. Agora, a pesca artesanal disputa espaço numa relação conflitiva com o turismo predatório e a pesca industrial. Apesar de não quererem um futuro similar para os filhos, é inegável o amor pela pesca e para que ela se reproduza. Eles mesmo continuam a fazer caicos e canoas, mesmo não tendo retorno financeiro. Os motivos que os mantêm nas atividades são outros, conforme pode ser observado na fala abaixo. É um traço muito similar às motivações femininas: não é a rentabilidade econômica que os mantêm na defesa das tradições. É algo mais.

É importante porque, pra mim, pra falar verdade, pra mim, é por amor à profissão que eu aprendi. Não por ganhar dinheiro, não. Por amor à profissão que eu aprendi do meu pai me ensinar. Se outros não aprenderem o que eu ensinar, vai acabar. Pra mim, foi... é o que eu tinha pra poder fazer. Era o que eu tinha na época pra eu poder fazer. Pra mim, era tudo. Era fazer barco, pescar... Hoje, não, mas, na época, era tudo. Se tiver alguém pra continuar... Eu não vou ficar pra sempre. Se tiver alguém pra eu ensinar o que eu aprendi, pra mim vai ser um.. um... Uma vitória, entendeu? Vitória! Meu pai me ensinou. Vai ter alguém que, pô, levar adiante a sabedoria. Meu pai não vai ficar toda vida, né?! Nem eu. Isso aí... [fala com os olhos emaranhados de lágrimas e tenta virar o rosto para esconder a emoção] Desculpa aí. [começa a chorar com as mãos nos olhos] É o que eu falo, que dinheiro não, não... Hoje meu pai tá com noventa anos, cara. Falei com ele hoje: se eu não passar pros outros... O que eu aprendi com ele não adianta. Morreu comigo! Meu legado? Eu não vou ter legado. O que é um homem sem seu legado? Eu queria ser lembrado. Aprendi isso com fulano, com Elias. O homem, sem legado, não é nada. Um homem, sem uma história, não é nada. O homem tem que ter uma história pra

contar. Se você não deixar uma história pra contar, do que adianta?! (ELIAS, 2018, informação verbal).

Lembrar, ser lembrado e fazer lembrar se constituem como uma verdadeira missão daqueles que se dedicam a reproduzir legados, que se misturam à própria noção de pertencimento à pesca artesanal.

O senhor Manoel Alves Teixeira, pescador e poeta de Arraial do Cabo, residente da Praia Grande, também rememora um tempo da pesca artesanal sem a presença da pesca industrial. Era um tempo em que era possível contemplar o brilho da “ardentia”, já que não se tinha luz suficiente para atrapalhar as espécies marinhas que brilhavam no escuro nas águas do mar. Nos contou histórias da restinga e suas frutas que, hoje, já não se encontram para o consumo. Falou da construção da Álcalis, dos petrechos utilizados antigamente na pesca, da confecção de redes. Suas palavras e memória ajudam a remontar o “desenvolvimento” do arraial. Tudo isso foi contado por meio de suas palavras e das poesias, nas quais registra seu entusiasmo e, por vezes, tristeza e saudosismo. Nos falou de mitos e lendas, como o “tchaco”, pescador que segundo as histórias se transformava em lobisomem. Ele alega que pescava com ele, mas nunca no horário noturno.

Começou a escrever no ano de 1982, quando seu irmão morreu, em decorrência de um acidente de carro. Por intermédio da filha, sua incentivadora, publicou três livros de poesias, os quais ele faz questão de não vender, mas presentear vizinhos, pescadores e pessoas que fazem parte do universo de sua escrita. Defende a pesca artesanal e arte como formas de manifestação do belo.

Estudar as tradições é entender que sentimentos como saudades, nostalgia e lembranças atuam juntos e favorecem o imaginário. Este, prospectivo, confere a ideia de futuro pelo reavivamento e repetição das práticas vivenciadas. Trata-se de vencer a morte, o apagamento. E a arte, parte de um sistema de referências culturais mais amplo, participa desse processo

4.1.1 Ressignificação das tradições

As práticas, ações e gestos buscam, pela repetição e ativação da memória, uma recuperação do tempo passado. No entanto, não se trata da busca de um essencialismo como, por exemplo, querer que as mulheres hoje participem da salga em paióis ou defender que homens e mulheres tenham separações drásticas das

atividades. Pelo contrário, se trata de conferir valor às práticas do passado, ressignificando-as no presente. Ao mesmo tempo, importa dizer que não se trata da romantização de situações precárias de vida, acreditando que não havia problemas ou que no passado não se almejava caminhar para outros patamares. A sociedade caminha e, com ela, as concepções de vida e novos paradigmas são introjetados nos circuitos das trajetórias, bem como a herança socialmente construída que vai sendo paulatinamente absorvida. O que ocorre é um saudosismo pelo que era o passado e, principalmente, pela relação de sustentabilidade dos seres humanos com os recursos naturais, uma relação de respeito e de não extração prejudicial da natureza. Essas falas serão melhor analisadas no próximo item.

Nesse sentido, aqui destacamos a inserção de maquinários nas cooperativas que permitem a agilização do trabalho. Os produtos são embalados a vácuo ou compotas em conserva, permitindo melhor acondicionamento para a venda. Há a inserção de datas de fabricação e vencimento no pescado produzido. Surgem novas modalidades de trabalho com a carne do pescado e seu aproveitamento por inteiro, como produção de farinha e ração a partir das “sobras”. Além disso, existe a fabricação de biojoias, com escamas, conchas, entre outras peças artesanais produzidas com matérias-primas da pesca.

Figura 12 – Biojoia de Cleusinha



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Além disso, a maior quebra ou resignificação das tradições se dá na alteração dos papéis sexuais enrijecidos na pesca artesanal. Na fala de todas as mulheres, é perceptível que não há nada que uma mulher não possa fazer. Cleusinha afirma que a mulher cabista põe a mão na massa, que faz e não fica esperando que as coisas aconteçam. As mulheres aprenderam a tomar a frente e a iniciativa, reinventando-se, criando formas e mecanismos associativos. Isso não é novo: elas também aprenderam a serem inventivas com suas mães, pois as mulheres se diversificavam para garantir o sustento das famílias e a educação dos filhos — isso ficará melhor explícito nos próximos itens. Há um desejo de que a cultura possa ser “resgatada”, nas palavras da presidenta da cooperativa Sol, Salga e Arte. Porém, esse “resgatar” aparece muito mais como o incentivo de práticas culturais do passado reavivadas no presente, fomentando para que outras pessoas envolvidas em expressões culturais também tenham visibilidade. Ela mesma diz que é preciso utilizar a tecnologia ao nosso favor. Reduzir o trabalho é uma exigência da vida “moderna”, acelerada.

As adaptações também são realizadas nas rendas de bilros. Dona Ilza, Soraia e Izabel explicam que, no Brasil, os pontos receberam nomes diferente aos dos estrangeiros, vindos de Portugal, e até mesmo impronunciáveis pelas mulheres de pescadores do Arraial. Isso faz com que exista uma dificuldade em estabelecer trocas com outros lugares que também fazem a renda, como Pernambuco. Os desenhos, os piques — que hoje podem ser obtidos na internet — eram manuais e era preciso conhecer a arte dos bilros para criá-los. Outra modificação é que a almofada tradicional — com folhas secas de bananeira — também foi paulatinamente sendo substituída pela almofada e espuma densa, além da adaptação do próprio cavalete para um mais leve. Dona Jacilda relata que a folha de bananeira atraía cupins e, por isso, foi substituída para tornar tudo mais durável. Os bilros também foram sendo substituídos, até pela dificuldade em encontrar alguém que os faça. Como são de madeira mais pesada, o custo não é barato. Existe um rapaz na Prainha que faz esse artesanato e cobra em torno de 50 reais por uma dúzia. Assim, elas foram montando seus próprios bilros, com hastes improvisadas e bolinhas de madeira nas pontas.

Dona Jacilda inovou, criando uma almofada circular a partir de um depósito de massa corrida, o que faz com que ela gire à medida que a renda vai ganhando comprimento. Tanto Izabel quanto Dona Ilza e Soraia aprenderam a render num

cursinho da prefeitura na época em que a renda ganhou certa valorização na cidade. O curso durou apenas alguns meses e acabou. Izabel continuou ensinando outras meninas e mulheres por amor à arte e para que a história de Arraial ainda fosse contada pelos bilros.

Figura 13 – A invenção de Jacilda



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Com o objetivo de aproveitar tudo o que vem do pescado, surgem as biojoias, que auxiliam muito bem na complementação de renda e são bastante comercializadas nas praias durante o verão. É como se o turista pudesse levar uma parte de Arraial para casa. São tão comercializadas nessa época que podem mesmo ser a principal renda. Fazê-las e considerá-las como biojoias é demonstrar o quanto a pesca é rica e repleta de possibilidades e inventividade.

Assim, é possível notar que o turismo, a densidade demográfica intensa, a quantidade de barcos, a instalação de luz e a compra de equipamentos tecnológicos também fizeram com que houvesse ressignificação das práticas. Antes, as canoas eram feitas para locais não muito distantes, a pesca era farta e o pescado quase se encontrava à beira-mar e à beira da lagoa. Atualmente, é preciso ir mais além, então novas embarcações foram sendo criadas para atender a essa demanda. O zangareio para pescar lula também foi inserido. É ressignificar para manter a tradição viva.

As mudanças ocorridas são descritas abaixo pelos atores sociais pesquisados.

4.2 “Progresso”: os atuais desafios na pesca artesanal

Este item se propõe a discutir, a partir das histórias de vida que foram contadas, as impressões e percepções dos atores sociais acerca do “progresso” de Arraial do Cabo. O item anterior demonstrou que tanto homens quanto mulheres falam sobre a manutenção do legado de seus familiares por meio da valorização das tradições na pesca artesanal. Muitos se emocionam ao contar como era a vida de antes e se entristecem pelos tempos atuais. “Progresso”, entre aspas, foi utilizado por Maria Rajane, cooperativada da Mulheres Nativas. Ela diz que, esse tempo, o tempo da infância, parece um tempo longínquo, distante demais, porque as mudanças se processaram demasiadamente rápidas.

Agora vocês veem. Escutando, isso eu tenho a sensação de que era um tempo tão, tão distante. E não é um tempo tão distante. Quando você vê todo esse “progresso” (faz aspas coma mão), tudo o que é isso agora, parece que você tá escutando História do Brasil, História que Dom Pedro lá vivenciou... Você tem uma sensação... Você não imagina que isso ai tem tão pouco tempo. Pra mim, é pouco tempo... 50 anos, 60 anos. Mas a sensação que você tem é que é um passado muito distante. Parece aquelas histórias de... de História de Brasil mesmo. E as frutas [da restinga], muitas delas nem existem mais... (MARIA RAJANE, 2019, informação verbal).

Essa percepção é compartilhada por todos os entrevistados envolvidos na pesca: as mudanças se processaram de forma rápida e irreversível, impondo-se ao modo de vida tradicional, modo esse que eles lutam para defender. Se a sustentação do modo de vida artesanal da pesca dependesse unicamente do retorno monetário, a arte manual em construção de embarcações e renda de bilros já não existiriam mais. O que queremos tratar, demonstrado pelas falas, é que a pesca e as comunidades não se sustentam apenas como atividade lucrativa.

Apesar disso, é preciso ressaltar também que, sem retorno financeiro, a atividade da pesca é insuportável, por mais que os atores queiram e reivindicuem sua existência. As necessidades materiais e de subsistência se impõem, fazendo com que comecem a migrar para outros trabalhos informais e subcontratados. Isso fragmenta o saber fazer dos atores da pesca, acarretando um progressivo apagamento de como se levava a vida nessa atividade, antes controlada pelo tempo e ciclos naturais numa relação de cumplicidade homem/mulher/natureza.

Aqui, existe uma diferença tácita entre aqueles que defendem o modo de vida artesanal, mas não dependem exclusivamente da pesca para subsistência, como as mulheres da cooperativa Mulheres Nativas e aqueles que necessitam como único meio possível de vida, material e simbolicamente. É preciso separar o material do simbólico, mesmo que para compreender as estratégias dos atores.

É analisando a vida presente em contraste com o passado que se pode reconhecer o quanto as alterações no modo de vida são visíveis. O potencial de alguma cultura se propagar é capacidade da memória, de contar as histórias. “A gente perde muito porque, enquanto criança, não pensa que um dia vai depender de contar essas histórias, então a gente deixa para lá, vai deixando pra lá...” (ZENILDA, 2019, informação verbal).

Quando eram crianças e observavam as modificações que iam ocorrendo em Arraial do Cabo — a chegada da indústria de barrilha e sal, o calçamento das ruas, a chegada da luz elétrica —, acreditavam que o progresso estava chegando e que a vilinha se transformaria em algo melhor. Até o vocábulo dos cabistas foi sendo alterado; admiravam o modo de falar e agir do turista e, sem perceber, introjetam aspectos que se chocavam com a cultura tradicional.

Porque o turista, o homem estranho à terra chegou, dizendo pra gente que o combro não era combro; era duna. Porque a cafifa não era cafifa; era pipa, era raia. E por aí vai... E por aí vai... Aí, depois com a maturidade, você vai falar: “Por que que a gente transformou isso?”, se combro é combro mesmo. É só olhar lá no dicionário. Aceitamos essa mudança. Isso aí me traz uma irritação muito grande por a gente ter permitido, consistido por inocência, por inocência, porque tá vindo o progresso. Que progresso é esse? A que custo tá vindo esse progresso? É alto demais! Alto demais, né? Catar pitanga era a coisa mais gostosa que tinha da gente fazer. Catar o caquinho guriri e bater no pilão, socar no pilão, pra tomar café, pra fazer a nossa paçoquinha de coco ao invés de amendoim, fazer com coquinho guriri. Então é tudo isso que a gente vai deixando... E como esquecer da pesca se é a origem de tudo isso pra gente, né? A sua pergunta... O que é a pesca? Pra gente, que nasceu aqui, é a nossa história (ZENILDA, 2019, informação verbal).

O progresso foi caro demais. Apesar da fala da Zenilda indicar que seria possível terem evitado, é apenas no presente que se consegue olhar para o passado e analisá-lo. Como Arraial e a vila de pescadores poderiam refrear os novos costumes e práticas? Permanece em voga o debate centro x periferia,

civilizado x atrasado. O tempo se impõe e, embora não seja possível voltar ao passado, as lembranças dão subsídio a uma resistência ao modo de vida artesanal. A culpa não deve ser lida como individual. É importante compreender como as macropolíticas desenvolvimentistas, de crescimento das indústrias de base, da abertura de grandes estradas e vias em voga no país, nesta época, propiciaram as ressignificações culturais. Ressignificar as práticas e se utilizar dos imaginários para as construções da própria comunidade é resistir e se impor ao tempo. É lutar contra o modo de vida mercantil. As falas analisadas carregam essa busca e esse sentido. Alcális também não é vista pelos pescadores como esse grande empecilho: absorveu muita força de trabalho da pesca por meio do trabalho formal, até então desconhecido por grande parte das comunidades.

É verdade que as comunidades também não são homogêneas e que valores de solidariedade, que pareciam existir na vila, foram dissolvidos pela busca do lucro, ou até mesmo a inserção em barcos da pesca industrial, sendo remunerados com uma parte da produção do dia. Cada vez mais a disputa pelo espaço marítimo foi deslocando os pescadores artesanais da sua base e referência, além do incremento da competição entre pescadores. A peixaria da fartura vai ficando menos presente.

A verdade é que nós pescávamos até cem metros e o caico veio pra pescar até 500 metros. É uma coisa que, a pé, você não vai. E antes você pescava ali na beira como ela tava falando, e vinha lula, vinha os peixes, vinha tudo ali na pedra. E hoje, pra você pegar isso, você tem que entrar dentro de um caico e sair porque senão você não pega (MARIA RAJANE, 2019, informação verbal).

Porque nem sempre a pescaria era farta, né? Hoje em dia, a pescaria tá muito menos. Muito menos porque são muitos barcos industriais e o peixe não chega até a praia pro verdadeiro pescador artesanal que é o de canoa, né? Até pouco tempo, eu participava de algumas reuniões onde eu defendia a classe da pescaria de canoa, porque eu defendia que eles são os artesanais. Eles não têm motor, eles são no remo. E, no entanto, a categoria deles diz que eles também são artesanais. Eles vão buscar o peixe onde o peixe tiver. A gente, né, não tem como buscar o peixe. Então, eles pegam o peixe em alto-mar, já divide aquele cardume e o cardume não vem mais. E aí a cultura de pescaria de canoa vai cada vez se acabando. Se tem motor, tem sonda, tem sonar, não pode ser artesanal. Essa pra mim é a briga. Por isso que eu resistia até de ir nas reuniões o ICMBIO. Eu fazia parte do conselho da reserva (JHONNY, 2018, informação verbal).

A fala de Jhonny, irmão da rendeira de bilro Jacilda e grande defensor da cultura cabista — foi regente do coral MareArte —, demonstra os inúmeros conflitos

relativos à extração do pescado e da pesca artesanal com a pesca industrial. Aponta para um outro problema abordado na fala das pescadoras: a relação das instituições de proteção ambiental e dos órgãos públicos na defesa dos grandes e em detrimento dos pequenos. Existe uma correlação de forças reconhecida pelas mulheres cooperadas. Tanto Cleusinha quanto Conceição Margareth fazem parte do conselho da RESEX. Conceição Margareth chama a atenção para o fato de os descumprimentos da lei para o beneficiamento da pesca artesanal.

E hoje, se a lei fosse cumprida e nós tivéssemos realmente tudo dentro do que é escrito, isso aqui é uma reserva. Hoje, se a nossa reserva fosse respeitada, o pescador de arraial não precisaria estar fazendo outra coisa. Ele não precisaria correr atrás de uma segunda opção de vida pra sustentar a família. Eu digo de vida, porque a primeira coisa que ele quer é tá no mar e pescar. Fatura tem, mas aí que vem a situação da reserva. A partir do momento que ela é uma reserva, ela tem as leis e têm que ser cumpridas... E ninguém fiscaliza isso. E o que acontece? A pesca industrial vem aqui, carrega tudo o que você tem e o pescador artesanal que nasceu e foi criado aqui dentro dessa cidade, que sempre foi uma vila de pescadores, que sustentava sua família e sustentou até bem pouco tempo, hoje, ele não consegue mais porque a pesca industrial está destruindo a nossa reserva. E falta aí, aos nossos governantes, os fiscalizadores — no caso o ICMBIO —, que é o órgão federal que tem essa capacidade de estar no mar, fiscalizando, que não faz nada (CONCEIÇÃO MARGARETH, 2019, informação verbal).

Para além da defesa de que a reserva extrativista seja respeitada, o que é de suma importância, é necessário que os descumprimentos das leis sejam passíveis de punição. A questão, que parece ser uma tônica entre os entrevistados, é que as leis funcionam apenas para os pequenos e que os grandes passam ilesos de todos os descumprimentos. Dessa forma, a pesca artesanal tem sofrido com essas disputas, o que, conseqüentemente, gera menos pescado, menos renda, menos qualidade de vida e meios de subsistência. A ressalva de Conceição Margareth era de que, de fato, a RESEX fosse respeitada, bem como os modos de vida da pesca artesanal. “Nosso mar é rico. Se a reserva fosse respeitada, pescadora ou pescador nenhum ia precisar ficar batendo na porta de ninguém pra se sustentar” (CONCEIÇÃO MARGARETH, 2018, informação verbal).

Outra questão relevante, que chegou oriunda do “progresso”, foi o turismo predatório. Em relação a isso, Zenilda nos conta que a cidade não precisava ter contado com o turismo predatório porque era possível ter feito um turismo de base comunitária, que respeitasse a natureza e as atividades dos pescadores artesanais.

Agora, além da pesca industrial, o turismo também disputa as águas e os territórios com os pescadores artesanais. O pior é que a economia não gera renda para os moradores de Arraial do Cabo, pois grande parte dos envolvidos com esse tipo de turismo são migrantes.

Só que a gente não compreendeu que o turismo, ele não precisava de estrutura nenhuma vinda de fora porque a nossa pesca, a nossa terra já dava todo um caminho pra um turismo, sem ter que degradar. Mas a gente achou o quê? Achou que a gente tinha que botar 500 barcos dentro da Praia dos Anjos pra poder ter o turismo. Então é isso. Não é essa forma de turismo que a gente desejou, só que a gente não compreendia, não entendia isso. E isso foi trazido por quem? Exatamente, por aqueles que vieram de fora. A fim de observar que não havia muito interesse do nativo, como nós somos chamados, e eles podiam ganhar muito recurso em cima disso, como ganham até hoje. Você vai encontrar alguns que tenham origem 100% em arraial. Mas a outra grande maioria são de fora, que vieram de fora. Hoje, nós temos uma pesca aqui na Praia Grande? Temos. Ainda temos. Mas dou quase certeza pra você que 90% de todo o pescador daqui, ou ele é não nativo do arraial ou ele é filho de não nativo. Por isso que a pesca de arraial, hoje, a pesca de forcada, que é a pesca tradicional, de rede, praticamente não existe mais. Porque quando chegou esse homem estranho, ele colocou um caico no mar, ele trouxe um conhecimento diferente que foi o zangareio. O pescador saiu da pedra, saiu de lá do espaço dele, do pesqueiro para o mar, para buscar a lula. Não espera mais que a lula chegue como nós esperávamos, que era tradição. A gente pescava ali (ZENILDA, 2019, informação verbal).

Nesse sentido, os pescadores artesanais estão constantemente se adaptando às circunstâncias. Em épocas de verão, a pesca artesanal é quase impossível, devido à quantidade de barcos de passeio no mar, que dificultam a passagem dos cardumes e acaba com a pesca. O turista usufrui das belezas naturais da cidade, mas não sabe como isso é destrutivo para os nativos pescadores. Ambas as cooperativas pensam que o turismo de base comunitária poderia não apenas fortalecer as próprias comunidades de pesca, gerando renda, como também articular o turismo aos significados culturais da população e do próprio território da cidade.

Isso se manifesta, por exemplo, ao considerarmos a titulação adquirida por Arraial do Cabo, de “capital do mergulho” como uma ofensa. Como disse Angélica, da Sol, Salga e Arte”, é uma ofensa aos pescadores, pescadoras e mulheres da pesca que vivem e dependem material e simbolicamente das relações desenvolvidas no território. É ofensivo porque insere os pescadores numa luta

discursiva por quem pode contar as histórias e qual história será contada. As entrevistadas são unânimes ao afirmarem a ausência de apoio da prefeitura e dos órgãos públicos na defesa do modo de vida artesanal, o que dificulta e os prejudica nessa correlação de forças.

Por essas condições daquilo que a gente deixou acontecer na história do passado. “Ah, poxa, é o turista chegando. A gente precisa do turista.” A gente precisa do turista, mas a gente precisa de um turismo com base num turismo que não vai estragar o que a gente tem. A gente tem notícia de canoa de pesca que recebe um salário mensal dos barcos de turismo porque eles pescam em determinada área que o peixe não encosta mais porque o barco de turismo fica lá. Pagam a canoa, ela vai lá, fica encostadinha. Não pesca porque não tem o que pescar, mas eles pagam um salário pr’aquela pescador pra dizer que ele... Não é um absurdo a gente está falando isso? (ZENILDA, 2019, informação verbal).

Na concepção das mulheres, tais coisas também só acontecem porque tem a anuência dos próprios pescadores que, muitas vezes, não tem a noção de como sua postura atravança e prejudica as comunidades de pesca.

O pescador nativo que vai ali no ICMBIO [Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade] consegue uma licença — isso aqui já é desabafo, tá? Consegue uma licença do ICMBIO pra ter um barco, só que ele não tem recurso pra ter o barco e ele vai e aluga a licença dele [...] Imagina, você é dona de um carro, mas você não tem o carro, tem só a placa. Aí você aluga sua placa do seu carro. Imagina isso... Isso é possível? Mas aqui, na nossa terra, terra de ninguém, hoje, acontece isso. Isso aqui é desabafo, tá? (ZENILDA, 2010, informação verbal).

É notória a falta de organização coletiva e estratégias comunitárias por parte de alguns pescadores. São estratégias de sobrevivência e merecem ser contabilizadas como tal, mas algo notório e muito perceptível é o quanto as mulheres estão dispostas a lutar, criando diversas estratégias e ocupando espaços para defender suas causas ou, melhor, as causas das suas comunidades de pesca, a causa da “Vila de Pescadores”. A pesca artesanal tem destruído a reserva e a sustentação dos pescadores, pescadoras e mulheres da pesca.

Elas detêm, inegavelmente, conhecimentos ambientais que aprenderam da observação empírica e com seus antepassados. A fala de Cleusinha, enquanto percorríamos juntas o caminho da Graçainha para acompanhar uma puxada de rede tradicional em Arraial (forcada com canoas), é emblemática nesse sentido:

Tá vendo as gaivotas boiando, n'água? Sinal do Sudoeste se aproximando. Toda vez que elas sentem o vento do Sudoeste, elas ficam boiando na água. Aí começa a ficar calma. Aqui fica uma lagoa, uma piscina. Mas na Praia Grande, começa a bater muito forte, só pra surfista (CLEUSINHA, 2017, informação verbal).

Mas mais que o conhecimento ambiental, que fala dos ventos, da fauna, da flora, elas têm excelente percepção e capacidade analítica da conjuntura e da correlação de forças. Falaremos das mulheres cooperativadas. O próximo item é dedicado a compreender o trabalho que desempenham por meio das cooperativas e como essa atuação redimensiona suas atividades e sua posição política na cena pública e perante suas comunidades de pesca.

4.3 Trabalho na cooperativa

Neste item, analisaremos não o trabalho das cooperativas, mas os significados desse trabalho para as mulheres envolvidas e delas para com as comunidades. Apesar de buscar compreender os efeitos dessa inserção associativa entre as mulheres e nas comunidades de pesca, é também simbólico que as duas cooperativas tocadas e presididas por mulheres em Arraial do Cabo, Mulheres Nativas e Sol, Salga e Arte. É fundamental que trabalhem com alimentos oriundos da pesca, que busquem, por meio da gastronomia e da realização de pratos típicos ou inventados, um reconhecimento e fortalecimento da pesca artesanal para fora de suas próprias comunidades. Ambas as cooperativas são defensoras da arte e do modo de vida artesanal da pesca.

Antes de deixarmos as próprias cooperativadas falarem, é imprescindível apontar as diferenças entre o trabalho de uma e de outra, como também a questão racial e socioeconômica que separam as duas cooperativas, embora ambas atuem para resguardar o patrimônio cultural material e imaterial da pesca. A cooperativa Mulheres Nativas se situa na Praia Grande, possui maquinários e estrutura maior que a Sol, Salga e Arte, da Prainha. A primeira é composta, em sua totalidade, por mulheres, majoritariamente brancas; a segunda é tocada por 70% de mulheres e 30% de homens, sendo majoritariamente negra. Enquanto a primeira conseguiu retirar seu CNPJ em janeiro de 2016, a segunda o conseguiu apenas em setembro

de 2018. As duas têm atividades similares e funcionam, enquanto associações, desde 2014.

Arraial do Cabo também é uma cidade espacialmente racializada e, enquanto tal, é preciso fazer a leitura de suas contradições e desigualdades. A questão racial se constitui como uma barreira que dificulta o acesso, em igualdade de condições, às demais pessoas não negras. O racismo estrutura todas as relações sociais; é cultural e, por isso, está presente nas instituições e nas práticas cotidianas, introjetado em todos nós, como aponta Silvio de Almeida (2019). Nossa própria construção do que é bonito, do que é bom passa por critérios raciais porque, assim como gênero, o racismo também é uma construção social/histórica, um sistema de poder que repercute sobre os corpos.

Por que trazer essa leitura para esta parte do texto? Porque não é possível compreender essas duas cooperativas sem pensar nos inúmeros atravessamentos e opressões que colocam essas mulheres cooperativadas em lugares distintos. É necessário pensar que as mulheres negras têm uma dupla barreira, pois são opressões que se cruzam: gênero e raça. As formas como as opressões se inter cruzam é nomeada, por Crenshaw (2009), de interseccionalidade. Pensar no racismo estrutural, que se soma às dificuldades de gênero, pode ilustrar e responder às inúmeras diferenças entre essas cooperativas e, principalmente, trazer luz aos empecilhos que fazem com que a Sol, Salga e Arte tenha menos visibilidade na cidade. A cooperativa Mulheres Nativas aparece em programas televisivos — na Globo —, está no mapa do Google, tem mídias sociais, como Instagram e Facebook, além de ter recebido o prêmio da Feira Literária de Paraty, sendo o peixe escalado com banana — típico de Arraial — o vencedor. Isso não minimiza o esforço que essas Mulheres Nativas fazem para a conquista de espaço, mas demonstra como as barreiras da segregação territorial, de onde se mora e da cor da pele, dificultam ainda mais a chegada em outros lugares e espaços.

Acerca desse assunto, Cleusinha — mulher negra e moradora do Morro da Cabocla —, em uma conversa informal, alega que os padrões que não moram no morro sempre buscam empregadas no morro ou acreditam que os moradores desse local só sabem beneficiar peixe e mais nada. Alerta que nenhum desses trabalhos são indignos, mas que ali também tem professores, advogados, pessoas de diversas formações. Ela mesma começou uma graduação em Direito que foi interrompida, mas que forneceu bases para sua formação e leitura de mundo.

No entanto, apesar das inúmeras barreiras, as mulheres cooperativadas, de ambas as associações, buscam estabelecer, cada uma à sua forma, um trânsito e criar estratégias para garantir a visibilidade dos seus trabalhos, de si mesmas enquanto pescadoras/mulheres da pesca e da pesca artesanal. A própria cooperativa é uma estratégia que, baseada no associativismo e horizontalidade, demonstra a capacidade organizativa dessas mulheres.

Isso fica explícito quando falam dos seus objetivos, que ultrapassam muito a questão da venda do pescado beneficiado¹². A Sol, Salga e Arte surgiu do desejo e da vontade de conseguir melhorar a renda da comunidade, valorizando a cultura da pesca. A ideia foi se consolidando por meio de um grupo, comandado por mulheres, para defender a comunidade. Pensaram em montar uma associação, mas não poderiam lucrar, então decidiram fundar uma cooperativa para elevar a renda. Cleusinha alega que sempre tiveram muito trabalho, mas que a renda é precária, e ela ficava pensando em como auxiliar a sua própria comunidade. Assim, o turismo de base comunitária também é pensado, além da arte.

É isso o que a gente quer trazer. A cooperativa pensa em fazer o turismo, também através da cultura. Porque se as pessoas vêm... Seria legal mostrar da onde vem o peixe pra você comer. Quer ver da onde surge? "Do mar à mesa". Porque eles falam que é caro, mas não é caro. Se a gente pudesse cobrar um pouco mais barato, a gente cobrava mais barato, mas infelizmente o progresso tá vindo, então a gente tem que se adaptar ao progresso. Então se a gente puder fazer a salga que sai mais em conta, todo mundo vai ter acesso. Imagine que bacana, você pegando o turista, com um grupo... Vamos ali ver como é que pesca. Pegar aquela trilha maravilhosa e ver a turma puxando a rede, pegando aquele peixe, botando no barco, ver o trabalho que é... Porque a gente trabalha com mar, trabalha com natureza, depende da natureza. Se a gente, ser humano, não preservar, cadê? Entendeu? (ANGÉLICA, 2017, informação verbal)

Conseguir garantir um turismo de base comunitária também é participar de uma disputa narrativa sobre quem pode/deve contar a história de Arraial do Cabo. Quando Angélica fala sobre o progresso, e que é necessário que a cooperativa se adapte, ela está falando sobre as formas de acondicionamento da mercadoria, da estocagem e ter frigoríficos e outros mecanismos para a apresentação do produto. Isso tem um alto custo e onera os pequenos produtores, além do peixe também

¹² Filetagem, limpeza e procedimentos que caracterizam que pescado não será comercializado in natura

precisar ser comprado. As mulheres que estão na Sol, Salga e Arte são, em grande maioria, marisqueiras; catam os mariscos nas pedras. Além disso, o objetivo da cooperativa é

resgatar o fado que é típico de Arraial do Cabo... A contradança e a folia de reis, mas o povo nativo de Cabo é fado. Salgava-se o peixe e dançava-se fado à noite, e nós vamos resgatar tudo isso. Inclusive, isso que ele [senhor Arildo] está fazendo, de fazer os barcos e, antigamente, as redes eram tingidas com aroeira, os homens iam pra restinga buscar aroeira e as mulheres ficavam cozinhando (CLEUSINHA, 2017, informação verbal).

Ou seja, a cooperativa tem, por objetivo, o reavivamento das expressões culturais que ocorriam em Arraial: o fado, a contradança, a Folia de Reis e a construção das embarcações e das redes. Querem chamar a atenção principalmente para a Prainha e reafirmar essa comunidade como lócus da musicalidade e expressões negras.

Cleusinha utiliza um logo da cooperativa Sol, Salga e Arte: “Cultura, Trabalho e Renda”. Quando questionada se a cooperativa é só de mulheres, ela alega: “não, lá nós não somos radicais, não. É 70% de mulheres e 30% de homens porque não dá pra ficar sem não, né, Arildo? [pescador/mestre barqueiro que participa da entrevista] Tem que ter meninos” (2017, informação verbal). Subentende-se que essa fala faz referência à cooperativa Mulheres Nativas, composta totalmente por mulheres. Isso demonstra um conflito velado entre as cooperativas, mas também as características distintas no perfil e na forma de se posicionarem diante das comunidades de pesca e na cena pública, que repercutirá na construção da identidade e será discutido em um item posterior. Essas disputas sutis também espelham as disputas territoriais ou de fortalecimento das próprias comunidades.

Ao todo a cooperativa Sol, Salga e Arte tem 20 pessoas diretamente como cooperados, mas possui 48 famílias envolvidas nas atividades. A maioria são de pescadores e marisqueiras que criaram e criam seus filhos catando marisco, cozinhando-os na brasa, os embalando e vendendo. A ideia é trabalhar com a salga do peixe e que este passe a compor a cesta básica ou atender as escolas, fornecendo uma alimentação nutricional e, ao mesmo tempo, valorizando a salga como tradição em Arraial.

Aí nós vamos fazer a salga do peixe. A ideia da cooperativa é fazer a salga do peixe, é resgatar a cultura da salga. Então vamos salgar

o peixe e embalar a vácuo. Mas nós não vamos salgar à maneira tradicional, como faziam antigamente. Agora nós vamos filetear porque agora a cozinha está pedindo praticidade. Então a gente fileteia, salga e embala à vácuo. E nós pretendemos incluir esse nosso projeto dentro do PA, que é o projeto de aquisição de alimentos, incluir na cesta básica. Assim como a carne seca vem junto à cesta básica, incluir o peixe salgado que, salgado e embalado, não tem cheiro nenhum. Esse é o intuito da cooperativa “Cultura, trabalho e renda”: resgatar a cultura. As mulheres são beneficiadas, que é um trabalho e gera renda pra aumentar a renda familiar (CLEUSINHA, 2017, informação verbal).

A cooperativa Mulheres Nativas completava cinco anos em 2018, época da entrevista. Elas alegam que a constituição dessa cooperativa vem abrindo espaços para as mulheres no município. Por meio da cooperativa, as mulheres conseguiram um espaço dentro do conselho da RESEX de Arraial do Cabo, o que é bastante significativo.

A cooperativa tem cinco anos, vai fazer cinco anos. Então trouxe isso, essa firmeza na luta da mulher, né? A gente hoje ocupa um espaço dentro da reserva extrativista. Por quê? Depois da cooperativa... A mulher não tinha voz, não tinha voto. Hoje, ela tem voz e voto dentro da reserva. Olha só, é pouco pra uma conquista de uma cooperativa? Não parece, né? Olhando assim não parece... mas é muito. É muito (ZENILDA, 2019, informação verbal).

Maria Rajane chega a abordar que essa imposição e abertura de espaço, por meio da cooperativa, têm evidenciado uma revolução até mesmo para as outras mulheres de Arraial também se reconhecerem como mulheres e pescadoras. À princípio, quatro mulheres iam para o mar pescar e eram chamadas de “gaivotas”. Elas alegam que passaram por diversas barreiras e ainda passam para se consolidar como pescadoras.

Para além do reconhecimento, existe a questão socioeconômica que separa mulheres que não dependem estritamente da vida na pesca, porque existem outras funções e empregos, bem como aquelas que dependem da pesca para sua subsistência. O termo “gaivotas”, aquelas que voam, que estão acima, pode ter essa significação. Também pode ter o sentido de mulheres se verem como pescadoras, o que, na concepção dos homens, é absurdo. Os preconceitos inerentes ao gênero e da não aceitação de mulheres que pescam são entendidos como disputa de espaço com os homens. Elas defendem o modo de vida artesanal da pesca e fazem isso por meio da cooperativa, ainda que não dependam estritamente dessa

atividade. Elas o fazem também em defesa das tradições, porque atribuem valor para além das relações econômicas. É claro que a cooperativa pode ser uma boa fonte de renda, mas o que as mantém unidas é essa defesa.

Junto com a cooperativa... Inclusive, no início da cooperativa, foi justamente isso. Valorizar aquelas mulheres que ficam em casa sem holofote nenhum, e não deixa de ser uma pescadora, não deixa de ser uma mulher que manuseia o peixe. Então, a gente quis agregar valores a essas mulheres, então... Não vamos dizer que a gente tá 100%, não, tá? Porque, como eu disse, ainda existe muito ogro, que são os tradicionalistas, mas até esses tradicionalistas, eles estão abrindo uma brecha para as mulheres entrarem num caminho que antes era só deles. Hoje, ele já aceita que... Então eu acho que, realmente, nós fizemos uma grande mudança dentro de Arraial do Cabo. Espero que venham outras, que venham outras que façam mudanças maiores ainda pra valorizar cada vez mais a pescadora, porque o que que acontece? Nós estamos ficando com muita experiência, entendeu? Não vou dizer velha, não, porque velho é pano de chão. A gente tá ficando com muita experiência. Daqui a pouco vão ter que vir novos pra ocupar os nossos espaços, tendeu? Porque a gente já não tá com pique mais pra tudo isso (MARIA RAJANE, 2019, informação verbal).

Dessa cooperativa, em torno de onze mulheres adentram o mar para pescar e sofrem inúmeros assédios dos homens que acreditam que mulheres não sabem pescar, que não são pescadoras, além de rechaçarem porque elas não dependem exclusivamente disso. Mulheres Nativas surgiu a partir da instrumentalização em um curso ofertado pelo Instituto Federal Fluminense (IFF) de Arraial do Cabo sobre agricultura de restinga, em que quatro mulheres da Praia Grande participaram. Ademais, algumas delas sempre pescaram, como é o caso de Conceição Margareth e Maria Rajane. Os objetivos, assim como Sol, Salgam e Arte, são mais amplos e, na Mulheres Nativas, contempla a questão da preservação e recuperação da restinga.

Hoje, inclusive, nós somos consideradas ex-alunas do IFF e nós fizemos esse curso lá. Nesse período, eu, ela [Conceição Margareth] e Flora fomos traçando essa linha, essa vontade. Enquanto elas falavam de associação, a gente trazia a ideia de cooperativa. Porque associação não permite a venda... Outras questões. E aí veio a ideia da cooperativa. A partir daí, a gente começou a transformar isso em projeto: colocar no papel, riscar, rever o estatuto, como que seria, por que seria, de que forma... E aí, nós trouxemos a ideia exatamente bilateral de pesca e de agricultura, de restinga, de meio ambiente que é a minha praia, apesar d'eu tá na pesca. Então, a nossa cooperativa tem esses dois braços. De pesca, de beneficiamento e da agricultura de restinga,

trazendo a recuperação de áreas degradadas, de recuperação de meio ambiente... É isso tudo. Então, nós temos esse caminho pra traçar. O que aconteceu nesse caminho... Essa área, esse braço de restinga, ele dependia de uma área grande pra se fazer um horto, uma série de coisas, e a gente não conseguiu, a gente não conquistou. Tínhamos parceiros da melhor qualidade... Citando um deles: Jardim Botânico do Rio de Janeiro, que até hoje mandam livros escritos com informações nossas, teses de doutorado de tratados disso, daquilo... (ZENILDA, 2019, informação verbal).

Percebe-se, pelas duas cooperativas e pelas mulheres envolvidas, uma mobilização no sentido do cuidado com a cultura, envolvendo as pessoas e o bem-viver, buscando revitalizar e olhar para o meio ambiente. Elas trabalham na perspectiva do bem-viver, de respeito aos povos tradicionais, à natureza e à extração de recursos suficientes para que ninguém fique desassistido. Para estruturar a cooperativa, alugaram uma casa na Praia Grande para servir de sede desde agosto de 2014. O valor do aluguel é repartido entre as cooperadas ou retirado do capital de giro, que se altera muito a depender da quantidade de produtos vendidos. No mês da entrevista, por exemplo, a pesca tinha sido muito insuficiente e o aluguel ainda estava pendente.

A infraestrutura da cooperativa foi crescendo com o passar dos anos, com maquinário, novas invenções e a demanda de uma rede elétrica que suporte as máquinas, o que faz com que a sede — uma casa pequena — não comporte mais a cooperativa. Elas filetam o pescado, produzem quibe de peixe, *fishburger*, linguiça de peixe, entre outros. Em geral, trabalham com o peixe chamado “olho de cão” e o esforço das mulheres que saem para pescar não é suficiente para abastecer a cooperativa, obrigando-as a comprar peixes para o trabalho e processamento das carnes.

Figura 14 – Espaguete com almôndegas de peixe e *fishburger* das Mulheres Nativas



Fonte: Arquivo da pesquisa.

No dia 19 de outubro de 2018, pude acompanhar a Festa da Padroeira de Arraial do Cabo, Nossa Senhora dos Remédios. Sempre foi uma festa típica na cidade, embora hoje tenha crescido bastante, tendo shows maiores, palcos, diversas barracas de comidas e brinquedos. A festa se constituía como um momento de socialização entre os pescadores. No entanto, hoje, existem muitos turistas.

Dentre as barracas que comercializavam comida, artesanato — a grande maioria vinculada à igreja católica —, uma representava as mulheres da cooperativa Mulheres Nativas da Praia Grande. Eles estavam lá, oferecendo seus deliciosos pratos a partir do beneficiamento do pescado, como *fishburger* e espaguete com almôndega de peixe. Estavam devidamente uniformizadas, entregando o cartão, com o endereço da página do Instagram da cooperativa para os que passavam. Elas se impuseram na cena da festa. Acreditamos que isso também é um ato político e que demonstra, em certa medida, organização.

Figura 15 – Mulheres Nativas da Praia Grande na Festa da Padroeira de Arraial do Cabo



Fonte: Arquivo da pesquisa.

O trabalho vem se desenvolvendo ao passo que novas invenções gastronômicas vão surgindo, como nas feiras e outros lugares em que fazem o hambúrguer artesanal — com pão artesanal ou de ervas, ou de pimenta e carne de peixe — ou fazendo almôndega de peixe no espaguete, com molho de camarão. O trabalho e reconhecimento também articulam redes de conhecimentos que auxiliam a transformar os produtos e garantir sua qualidade. Elas buscam, estudam, criam e valorizam trocas de experiências. Maria Rajane alega que a cooperativa crescerá ainda mais e que elas vão em busca dos sonhos: “vamos estudar muito esse ano, ainda mais pro ano que vem”. Zenilda fala um pouco sobre as possíveis e efetivas parcerias.:

A gente tem outras propostas aí, que estão em andamento. Muita conversa com... Nós temos uma engenheira de alimentos lá do Paraná que tem um projeto junto com a gente. Ela está desenvolvendo o Doutorado dela junto com a Marinha. Temos um projeto bom pra desenvolver aí. Estamos à espera de que a Marinha aprove e de que ela possa... Ela quer desenvolver o trabalho dela junto com a gente. O trabalho dela já é respeitado e muito. Tem trabalho divulgado na internet. Pra você ter uma ideia, o trabalho

dela, ela tem alimento enlatado que já está sete anos enlatado. E sai, e tira, e está em perfeito estado e por aí vai. Ela já... O trabalho que ela desenvolveu no Paraná já é utilizado na merenda escolar lá há anos (ZENILDA, 2019, informação verbal).

Criar redes e contatos é fundamental para o desenvolvimento do trabalho. Apesar dos sacrifícios, a cooperativa tem conseguido se tornar conhecida no município, no Brasil e, agora, visam levar trabalhos para o Chile e outros países. No entanto, dentro da própria Arraial, as disputas e os embates são grandes. Sem barco ou meios de produção do pescado próprios, é caro entrar para o mar. No mínimo, 80 reais são gastos em uma única saída, mesmo sem saber se trarão ou não o peixe. Só no aluguel do barco, cada pessoa paga 50 reais, mais as coisas que podem ser perdidas, como zangareio, anzol, linha e todos os outros equipamentos, além de gelo e água. A pesca das mulheres da cooperativa é reconhecida pelo prazer, pela beleza de pescar e pela resistência, já que não abastece a organização. Além de ser difícil passar pelos preconceitos ao ir para o mar, elas alegam que diversos homens não querem nem mesmo levá-las para a pesca e existem outras dificuldades para a cooperativa: a compra do peixe. Elas afirmam que existem pescadores que preferem vender para o atravessador a vender parte da produção a elas. Zenilda dá um exemplo:

Nosso irmão Beto aqui que é o comprador de peixe. Chega lá, os caras tão vendendo pra ele o mirassol a um real o quilo. Aí ele comprou tudo o que ele queria. E a gente chega e diz: “Eu queria comprar. Quanto que é?” “É 2,50, 3 reais.” Entende? Poxa, se compusesse esse negócio com todos, todo mundo sairia satisfeito e ia atender todo mundo. Porque na hora que não tem, a mulher tendo aqui, tá comprando e tá fazendo um movimento pra eles também. Quando eles pescarem apenas 100 quilos, 50 quilos, eles têm pra quem vender, porque o atravessador não quer comprar isso. Eles querem comprar 500 quilos, mil quilos, dez mil quilos. Então é um caminho que a gente tá traçando ainda de muita luta. A gente está falando de preconceito masculino aqui, mas a gente tem que ver que a gente tem um preconceito muito grande de mulher pra mulher. Porque muitas delas lutam contra o que a gente faz. Torce pra dar errado. Dentro do próprio grupo das pescadoras ou das mulheres que pescam, a gente verificou um período aí que tinha gente que trazia o peixe. A gente oferecia pra comprar... Ela não vendia, não queria vender pra gente: “não, não, vou vender, não”. Ela não falava, mas tava ali o preconceito. Mas a gente convida, principalmente a pescadora legalizada... A gente quer dentro da nossa cooperativa, porque nós temos leis a cumprir que dependem dessa quantidade de pescadoras legalizadas. Mas elas não chegam (ZENILDA, 2019, informação verbal).

Elas sabem que essa barreira se impõe não apenas pelo sexismo que ainda impera na pesca artesanal, como no resto da sociedade e por não terem o estereótipo de mulheres pescadoras ou da pesca. Fazem inúmeras críticas:

Nós enfrentamos muitas dificuldades por estarmos sempre nos lugares, decentes, arrumadas e falando com educação. Porque eu acho que pra você ser pescador, você não precisa chegar nos lugares falando alto, fedida. Por mais que cheguemos nos lugares mais simples, ninguém aqui anda arrumado. Simples, mas cheirosas. Por que a gente tem que ser vista diferente se nós temos as mesmas necessidades de todas as mulheres? Não tô falando só de Arraial, não. Tô falando... Vamos falar aqui da nossa região. De Campos pra cá, todas as mulheres que pescam devem sentir a mesma coisa. Em cada lugar tem sempre uma que é deixada um pouquinho de lado e a outra é mais vestida... por quê? [...] Essa última reunião que teve do grupo integrador [Pescarte] em Campos, ela [presidenta da Arte Peixe] sentou comigo e falou assim: “Margareth, o que vocês passam lá em Arraial, eu passo aqui também, e olha que nós estamos na luta há muitos anos”. Muito mais do que a gente. E as mesmas coisas que acontecem com a gente aqui, acontecem com ela lá. Então não é só dizer que é só em Arraial do Cabo (CONCEIÇÃO MARGARETH, 2019, informação verbal).

Hoje, a mulher pescadora tem um carro. Entendeu? Antigamente, um tempo atrás. Por achar... Aí olhava assim, de cima a baixo, chave do carro às vezes pendurada... “Ué, essa aí é pescadora?”. Ainda diziam que a gente não precisava. Mas as pessoas também... Mas bem, essa aí é uma outra análise que... Hoje você tem uma casa de dois andares, você sabe como chegou aos dois andares, mas ninguém sabe... As pessoas olham os dois andares prontos e não veem a vida que você teve para ter aquilo ali. Mas realmente, realmente as pessoas analisavam a gente assim. Quando a gente falava que era pescadora, dava um passo atrás e olhava a gente de cima a baixo e perguntavam... (MARIA RAJANE, 2019, informação verbal).

Elas fazem duras críticas, inclusive aos PEAs que participam, afirmando que sofrem apagamento ou falta de iniciativas que também as contemplem no escopo dos projetos — porque não têm esse estereótipo. Alegam que sempre quem é contemplado, em alguma ação, são as pessoas que aparentam carência absoluta. No entanto, ao fazerem as críticas às instituições e/ou grupos, elementos como a visão universalista e outros aparecem nos discursos, por exemplo, de “somos iguais a todas as outras mulheres”, o que mascara as inúmeras opressões a que outras mulheres ou grupos estão sujeitos. Elas enxergam as opressões de gênero, mas não a distância dentro da mesma classe social: daqueles que dependem

unicamente da atividade na pesca para subsistir e quem não. A educação manifestada no jeito de falar ou até mesmo de se arrumar ou fazer as unhas pode não ser oportunizado para todas. Aqui, também existe uma separação socioeconômica.

Fazer essa análise não desmerece que a cooperativa e o trabalho não sejam extremamente relevantes para a pesca artesanal e para a cidade. Como a realidade é complexa, esse é mais um conflito que se manifesta na relação entre essas cooperativas, o poder público e as instituições.

O que é relevante para o desenho da pesquisa realizada é que essas mulheres têm muito a ensinar ao próprio Pescarte, que tem desenhado, junto aos pescadores, empreendimentos baseados em valores como a economia solidária e o cooperativismo. Sobre isso, as mulheres, de ambas as cooperativas, têm muito a falar e a contribuir. São experiências que contabilizam seis anos em organizações horizontais, tendo sucesso e limites em diversas estratégias. Essas experiências precisam ser estudadas e levadas em consideração.

É importante o papel das mulheres na defesa da cultura da pesca cabista. É simbólico que, em toda a Arraial do Cabo, cooperativas firmadas sejam presididas e tocadas majoritariamente por mulheres e que não haja cooperativas masculinas. Há algo comum entre as mulheres entrevistadas que as diferem dos homens: pensam além de si; pensam nas suas comunidades e lutam para afirmar o valor das tradições e o fortalecimento do ambiente e da cultura. Isso se evidencia no objetivo das duas cooperativas é bem maior que a simples comercialização do pescado beneficiado.

Além disso, o acúmulo dessas mulheres na cooperativa fez com que Cleusinha e Conceição Margareth, por exemplo, conseguissem representar suas comunidades dentro do Conselho da RESEX de Arraial. Elas também aparecem como intermediadoras entre suas comunidades e o poder público ou num papel de liderança e legitimidade, capazes de realizar negociações que importam e beneficiam essas comunidades, o que demonstra acúmulo de capital social. Segundo Putnam (1993), o capital social representa o grau de confiança que atores conseguem desenvolver, que perpassam a capacidade associativa e os recursos para o estabelecimento de outros tipos de relações. Por meio da cooperativa, essas mulheres transgridem o próprio papel tradicional, vinculado e esperado ao feminino.

Abaixo, um quadro feito por pesquisadores do Pescarte, que buscam avaliar a rede de lideranças e os atores mencionados, segundo a equipe e outros atores envolvidos no programa de educação ambiental (PEA).

Quadro 3 – Lideranças centrais

Lideranças Centrais – Brokerage (intermediadores entre grupos)

	Rede de Trabalho Coletivo	Rosemary Ferreira	Virgimar	Cenilda de Lagoa de Cima	Amaro Joaquim da Silva	Luiz Bernabé	Lucimar Pereira			
N o r t e	Rede de Cooperação na interação com o poder público	Rosemary Ferreira	Divianes Chagas	Nurievi -	Elialdo Bastos Meirelles	Ednildo	Fernanda Pires de Araújo	Marcelo Pereira		
	Rede de Cooperação para solução de problemas locais	Divianes Chagas	Rodolfo José	Elialdo Bastos Meirelles	Elenilson do Espírito Santos					
	Rede de Trabalho Coletivo	Joel	Alexandre Marques Cordeiro	Maciel Félix de Andrade	Conceição Margareth					
S u l	Rede de Cooperação na interação com o poder público	Alexandre Marques Cordeiro	Claudecir Borges	Eli Cardoso	Joel	Joelson	Viviane Lasmar	Marcelo Pereira	Conceição Margareth	Jorge Luiz Dias Barcelos
	Rede de Cooperação para solução de problemas locais	Alexandre Marques Cordeiro	Cleusa dos Remédios	Conceição Margareth	Eduardo					

Fonte: Apresentação do professor Antônio Carlos Andrade Ribeiro (Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Análise de Redes Sociais) no Colóquio de Pesquisa Pescarte “Rede de Lideranças Percebidas no âmbito de Influência do PEA-PESCARTE”, em novembro de 2018.

O professor Antônio Carlos Andrade Ribeiro alega que há poucas lideranças com o poder de coordenação e articulação que são capazes de coordenar grupos e indivíduos. Conceição Margareth aparece nas três possíveis redes, o que demonstra destreza e trânsito entre diferentes grupos, conseguindo articular redes de trabalho coletivo, cooperação e interação com o poder público e, também, de colaborar para a solução de problemas locais. Já Cleusinha, que também aparece na tabela, está mais vinculada à rede de cooperação e solução de problemas locais.

Isso demonstra como a experiência em cooperativa faz com que elas conquistem espaços, antes reservados apenas a homens. Não é o objetivo deste trabalho compreender a cooperativa em si nem as relações internas que se processam entre seus membros. É perceptível que algumas mulheres, principalmente as presidentas, possuem mais incidência e liderança que outras. O grupo focal mostrou que as outras mulheres tendem a concordar e validar os

discursos dessas figuras. É possível que exista uma utilização do coletivo para fins privados? As relações são bastantes complexas e várias são as variáveis que podem aparecer, inclusive a ausência de participação política dos demais. São análises que não podemos fazer pelo próprio desenho da pesquisa. É possível afirmar que a cooperativa fortaleceu o papel político dessas mulheres.

O próximo item se propõe a discutir/apontar como as desigualdades de gênero se manifestam na pesca artesanal e quais estratégias são tomadas pelas mulheres para subverterem o padrão e ressignificarem suas posições.

4.4 Divisão sexual e desigualdades de gênero

Figura 16 – Dia de Pesca



Fonte: Arquivos da pesquisa.

Segundo a literatura apresentada, na pesca artesanal, bem como em outros âmbitos da sociedade, as mulheres desenvolvem trabalhos essenciais para a reprodução da família e da própria sociedade, um trabalho por vezes invisibilizado e considerado leve, conforme afirmou Paulilo (1997). “Leve” não pelo trabalho em si, mas porque as construções sociais determinaram que o trabalho desenvolvido por mulheres sempre teria menos valor.

Neste item, buscamos entender como as próprias mulheres compreendem seus trabalhos, como as tradições determinaram papéis sexuais que são, em alguma medida, redimensionados por elas e que estratégias utilizam para que isso aconteça. Elas se acostumaram a ouvir piadas de cunho machista e, até mesmo, impedimentos ao realizarem determinadas atividades.

Olha, eu já cheguei... Faço parte do conselho da reserva, ICMBIO. Eu já cheguei a presenciar, eu estando lá dentro do ICMBIO... O pescador, na época, chegar lá e fazer denúncia do nosso barco porque nós estávamos pescando perto do barco deles e atrapalhando a pesca deles (CONCEIÇÃO MARGARETH, 2019, informação verbal).

Essa denúncia, mobilizada pelo preconceito e discriminação baseada no gênero não é incomum. Muitos homens acreditam que as mulheres estão brincando de pescar e que elas atrapalham a pesca deles. Zenilda retruca: “como se o mar pertencesse só aos homens”. Elas alegam que, por muito tempo, foi assim, reiterando o que diz a literatura: homem-mar, mulher-terra. O trabalho se dava em uma complementariedade entre os gêneros. Para além das distribuições de tarefas na família, o gênero se manifesta por relações assimétricas de poder, conforme explicitado anteriormente, definindo que o que vem do homem tem mais valor e, que na família, a mulher é subordinada ao homem. O homem é o chefe da família e responsável por sua mediação externa; a mulher, chefe do lar.

Percebemos que, nas práticas e nos modos de vida tradicionais da pesca artesanal em Arraial do Cabo, as mulheres cuidavam da agricultura, dos trabalhos e das atividades em terra. Eram salgadeiras e responsáveis pelo beneficiamento do peixe. Além disso, elas também costuravam, lavavam roupas para fora, cozinhavam para todos os membros familiares e enviavam comida nos horários da refeição aos maridos por meio das crianças. Ajudavam a traçar as redes pra pesca, faziam a renda de bilro, abriam as cacimbas, traziam água doce para a família, auxiliavam o homem na pesca e, às vezes, até saíam para pescar junto com eles, mas nunca eram consideradas como pescadoras. Responsabilizavam-se pelo cuidado dos filhos e dos bichos, como cabras, que ajudavam a sustentá-los com o leite. Existe uma cisão clara entre homens e mulheres. Essa separação ainda não foi superada e continua a se perpetuar quando se crê em lugares de homens e de mulheres.

Isso repercute na aceitação e no reconhecimento enquanto integrantes de pesca e, conseqüentemente, na identidade que se atribuem. É preciso entender que

entrevistar mulheres majoritariamente cooperativadas, em decorrência do objeto do trabalho, dificulta uma análise mais ampla e geral de como se percebem e representam as mulheres inseridas nas atividades pesqueiras; são os limites de uma pesquisa com desenho qualitativo que visa entender modos de vida e histórias.

Sobre o trabalho e as estratégias femininas na infância das entrevistadas, nota-se que a mãe e a avó são as figuras mais presentes na educação. Essas mulheres são responsáveis por diversos saberes que se transmitem nos gestos, na oralidade. Cleusinha, por exemplo, relata que “mãe comia o peixe assim... Enrolava na farinha e pegava com a mão” (2017, informação verbal). Era a comida mais gostosa, pois tinha “jeito” e “gosto” de mãe. As mulheres salgavam e cozinhavam, catavam aroeira na restinga para tingir as redes da pesca. Em relação às redes de pesca, Cleusinha também alega que a cooperativa gostaria de retomar esse artesanato, algo cada mais difícil nos dias atuais, como explica Elcio, mestre barqueiro.

Meu avô, minha avó sempre fazia esse negócio de rede. Hoje, você encontra a rede mais fácil, compra o pano. Você leva de dois a três meses pra fazer duzentos metros enquanto você compra um pano e faz quinhentos metros de rede (ELCINHO, 2018, informação verbal).

No Encontro Microrregional Sul do Pescarte, em maio de 2018, pude novamente recobrar o contato com Cleusinha, presidenta da cooperativa Sol, Salga e Arte e, durante um almoço, pudemos conversar sobre como funcionava a vida na pesca nos anos de 1980. Ela relatou, de forma muito informal que, nessa época, poucas mulheres saíam nas embarcações para o mar. No entanto, afirmou: “Eu era diferente. Se me dissessem “mulher não pode fazer isso”, aí mesmo que eu queria fazer”. Mas ela ia ao mar pelo prazer de pescar, de sentir o vento e a adrenalina, muito mais do que por uma questão de sustento a partir do pescado.

Nesse dia, ela me disse que precisava realizar entrevistas com outras mulheres importantes para pesquisa, como Zenilda e, principalmente, Conceição Margareth, da cooperativa Mulheres Nativas da Praia Grande porque elas ainda têm o hábito de alugar barcos e irem pescar.

Na época, Cleusa dos Remédios formalmente não fazia parte do grupo gestor (Pescarte). Acompanhava algumas reuniões com seu então companheiro. No entanto, percebe-se a legitimidade e o empenho obtido na participação política

dessa mulher. Quando ela fala, todos costumam ouvir com atenção, além dos aplausos que consegue retirar dos ouvintes. Em um dos momentos do encontro, relatou que a grande dificuldade para o sustento digno do pescador é a ausência dos meios de produção — no caso, de um barco próprio que o permitisse controlar o tempo e as condições de seu trabalho, tornando-se menos dependente do atravessador. A fala de Cleusinha demonstrou um respeito à figura de outra mulher da pesca/pescadora, o que foi muito significativo, vide as disputas entre os territórios e as comunidades de pesca, relatados anteriormente.

Em relação ao trabalho desempenhado pelas mulheres na pesca, há o consenso de que elas não iam para o mar. Raras eram as que faziam isso. Mesmo aquelas que não se atreviam, mas puxavam a rede, recebiam críticas.

As mulheres, antigamente, já era diferente. Elas não iam pro mar. Elas esperavam o pescado pra poder salgar, limpar, mas elas não iam pro mar. E detalhe, algumas eram muito criticadas por irem à beira-mar, ajudar a puxar a rede. Nem isso podia. Mas nós mudamos isso, tá? Eu, pelo menos, mudei muito (CONCEIÇÃO MARGARETH, 2019, informação verbal).

E tem algo similar no comportamento dessas duas mulheres que apareçam como figuras importantes da relação indivíduo/comunidade. Conceição Margareth e Cleusinha não se conformam com o estabelecido e lutam pelo que acreditam. Cleusinha alegou: “se dissessem que uma mulher não podia fazer algo, aí mesmo é que queria”. Já Conceição Margareth alega que insistia pro irmão levá-la para pescar. Também tinham uma outra estratégia: enquanto Cleusinha fazia amizades com os pescadores e conseguia uma carona nos barcos para ir ao mar, Conceição Margareth começou a pescar com 14 anos e não parou mais.

Mas com uns 14, eu ia lá no campo da praia pescar lula. Na época, o... Seu Vivi, que era dono de um pesqueiro lá no canto... E a gente ia lá ajudar ele. Aí, com 16 anos, eu já ia com mais frequência, entendeu? Era assim. Eu não dava muita confiança pra isso, não [falarem mal porque pescava]. Meu negócio era ir. Dizia: “estou indo me distrair um pouquinho, mas vou fazer uma brincadeira na pedra”. O fato d’eu ir... eu tava lá pescando (CONCEIÇÃO MARGARETH, 2019, informação verbal).

Para pescar, era necessário burlar as regras sociais e familiares. Era preciso fingir que estava indo a um passeio para passar a tarde inteira pescando. Retornemos às divisões sexuais. Em relação às rendas de bilros, conforme

mencionado anteriormente, os homens não faziam, mas estes com madeira das árvores da restinga construía os bilros para suas esposas.

Os homens não faziam renda. Era muito machista naquela época o homem fazer renda. Só as mulheres. Era isso que acontecia: ficavam as mulheres fazendo renda e eles, na hora de folga, também sentados fazendo os bilros. Para ver quem fazia o mais bonito pras mulheres desfilar, né? Porque na época era tudo muito bonito. A minha mãe então... Era muito exigente. Os bilros da minha mãe não tão aqui porque infelizmente tava tudo guardado e os da minha mãe, e o da minha vó, de tanto usar ficaram pretinhos, até envernizados, era a coisa mais linda. Mas o Centro de Cultura pediu... Pediram a almofada tradicional, pediram os piques e ele emprestou... Não voltou mais (JACILDA, 2018, informação verbal).

Já na arte gastronômica, localiza-se quase a totalidade das mulheres. Cozinhar era coisa de mulher. Era delas a responsabilidade de ser inventiva, otimizando tudo o que se tinha, misturando água e farinha com peixe, fazendo mamadeira de pirão e angu. Tanto as mulheres do passado como as de agora criam inúmeras estratégias para sustentar suas famílias. O pai de Zenilda sofreu um acidente assim que ela nasceu. Foi um acidente grave durante a pesca no mar, em que duas canoas bateram contra a dele e não pôde mais pescar. Como ele retirava o pescado e a família se sustentava primordialmente dessa forma, os recursos ficaram mais escassos e o papel da mãe foi preponderante.

Minha mãe pedia peixe. Ia buscar peixe com os pescadores na praia, água da restinga. Meus irmãos faziam lenha na... Que que é fazer lenha? É pegar madeira seca na restinga e vender na época, né? Eles faziam, amarravam os feixes de lenha para vender, né? Pegava água da cacimba, levava água da cacimba para fornecer para alguém, para encher os latões de alguém e ganhar algum trocado. Era forma que a gente sobrevivia. Meu pai não podia pescar na época (ZENILDA, 2019, informação verbal).

Figura 17 – Mulheres buscando água na cacimba da Praia Grande



Fonte: Ferreira e Fialho (2013).

A família se constitui como o primeiro sistema de proteção, posteriormente estendido para a comunidade de pesca, na qual um acobertava o outro. Há outra estratégia feminina para conseguir querosene — uma história que a mãe de Zenilda lhe contava. Certa vez, por volta de 1945, fins da Segunda Guerra Mundial, latões cheios de querosene e gasolina começaram a aparecer nas praias. Virou uma festa para os moradores de Arraial já que, para acender o fogão ou até mesmo ter a possibilidade de luz, esses combustíveis eram demasiadamente úteis. Porém, a polícia e o exército começaram a apreender esses latões e a abordar os pescadores na praia e na restinga. O papel dos homens era o de esconder essas latas, enterrando-as na restinga durante a madrugada e, das mulheres, era o conseguir burlar os guardas para levar o óleo para casa.

Então, eles começavam a pegar... A polícia — no caso —, o exército e a marinha atrás, querendo pegar tudo isso. Os navios, acho que jogavam... o óleo. Eles, sabendo disso, de madrugada, achavam os latões e enterravam dentro da restinga. Deixavam enterradinho lá. E aí elas iam pra cacimba, só que não ia na cacimba fora. Iam fazer uma cacimba dentro da restinga. E, na volta pra casa, enchiam um potinho que vinha na mão, porque os policiais pediam água no caminho e a lata d'água em cima da rodilha¹³ ia cheia de gasolina ou de querosene... Que quando eles pediam a água, elas ofereciam do balde. Então trazia aquele potinho na mão com água e ali

¹³ Pano ou trapo para apoiar a lata na cabeça.

serviam os policiais que pediam água, mas a querosene e a gasolina ou a gasolina estavam dentro das latas que eram levadas pra casa. Até os anos 1970 e 1977 mais ou menos, nós ainda tínhamos um latão desse na minha casa, na Avenida Getúlio Vargas, onde meu pai e minha mãe desencarnaram. Então você vê a quantidade de anos que esse latão nos acompanhou (ZENILDA, 2019, informação verbal).

É perceptível que elas se utilizam do suposto papel esperado para as mulheres: o da fragilidade, da fraqueza e da honestidade para conseguir burlar os policiais e levar a querosene para casa. Quem desacreditaria da palavra de uma mulher? O esperado era que uma mulher não tivesse nem capacidade para arquitetar algo contra os policiais. Mas, se pensarmos bem, não era contra os policiais e a lei era a favor das famílias. Essa tônica ainda permanece como o papel esperado. Além disso, no Arraial, os partos ou curas também eram papel das mulheres. Existiam curandeiras e parteiras, ou seja, todo papel do cuidado à família e às comunidades era uma função feminina.

Sobre sua avó, Zenilda diz: “ela cuidava de tudo. Ela operava, botava remédio, tirava as bicheiras... Fazia tudo”. Conceição Margareth completa:

Minha vó fazia tudo e a gente ajudava tudo, né? E então a gente... Pra fazer cacimba, a gente adorava. Acordava cedinho pra poder vovô levar a gente, botar dentro da cestinha do cavalo (jacá), que era a diversão. E aí, na volta, as mulheres vinham com umas rodilhas na cabeça com uma lata e a gente fazia umas rodilhazinhas menores e, ao invés de vir no cestinho, vinha do lado daquela lata, assim, quase morrendo, mas a gente vinha assim porque a gente achava aquilo divertido (CONCEIÇÃO MARGARETH, 2019, informação verbal).

Os valores, bem como os hábitos e a educação, vão sendo transmitidos pela reprodução e repetição do comportamento dos mais velhos como, nesse caso, em que as meninas, quando crianças, acompanhavam as mulheres, colocando uma latinha menor na cabeça para trazer a água. Além disso, outros valores, como a proteção e o cuidado familiar e comunitário, serão traduzidos a elas mais tarde e de outra forma. Por isso, não é de se estranhar por que homens não montaram cooperativas nessa cidade, e sim as mulheres.

Agora, falemos de um passado/presente. Nas palavras de Maria Rajane (2018, informação verbal): “aí a gente vai falar agora de presente. Não é nem passado mais, é presente...”. Ela diz que o machismo não separa as mulheres do passado com as do presente. Ela diz que as mulheres sofriam com essa cisão

homens x mulheres e, no presente, continuam a sofrer. No entanto, entre as entrevistadas, isso é algo que precisa ser superado. Como diz Cleusinha, “não há nada que uma mulher não possa fazer”. Dessa forma, elas manifestam consciência das opressões de gênero e lutam para reduzi-las.

Essa resistência começou uns anos atrás. Não, até mais até... mas o que que acontece? Então a gente tinha a fama de ser “gaivotas” porque a gente ia pra beira do cais. Coisa que, como Zenilda falou, a mulher, ela não fazia isso. ‘Tendeu? Então, automaticamente, quando a gente saia pra pescar, por exemplo, os homens diziam assim: “vai ver um tanque de roupa. Não tem uma louça pra lavar?” E já olhava a gente... porque o pescador da terra mesmo, ele é ogro, ele é grosseiro, por causa da sua profissão. “Ogro” que eu digo é porque ele acha que mulher foi feita pra ficar em casa, pra limpar o peixe que ele trazia, entendeu? Pra fazer o café, o almoço e a janta dele, e ele tinha que sair pro mar e pescar. Então nós fomos automaticamente mudando isso. Primeiro que a gente, aos trancos e barrancos, consegui um cara assim que alugava um barco que a gente saía. Era um barco só de mulheres. Entendeu? Então aquilo já começou a chamar atenção no próprio cais, porque quando a gente chegava, chegava cheia de tralha, né? E era o único barco, que às vezes saia com um homem, o cara só que pilotava, e saia sete, oito, dez mulheres no barco. Então o que que acontecia? Nós fomos mudando essa visão, mas mediante essa mudança, a gente se deparou com muita grosseria dos homens, por causa disso. É a vida deles, de como ela falou. Nós estamos entrando num mundo que não era nosso. Eles acham isso. Só que eles deixam de ver que aquele peixe que ele trazia, a mulher em casa... Como é que se diz...? Agrega valor (MARIA RAJANE, 2019, informação verbal).

Maria Rajane aborda as dificuldades que acarretaram a escolha de sair para pescar no mar. Foi um movimento não tão antigo. Elas começaram a sair em 2011/2012 porque, antes, pescavam mais em pedras, próximas da terra. Antes da cooperativa, elas já pescavam e, posteriormente, em virtude do estabelecimento desta, a pesca no mar foi fortalecida. Hoje, elas dão uma contribuição a um barqueiro, com um barco pequeno, que aceita levá-las para o mar. Isso já foi uma conquista, vide que os pescadores se recusavam a levá-las. A fala de Maria Rajane é muito emblemática dos discursos utilizados pelos homens, que afirmavam a privatização das mulheres ao âmbito doméstico: fogão, roupa para lavar, casa para arrumar e filhos pra cuidar. É como se o mar, como antes afirmou Zenilda, pertencesse apenas aos homens.

Entrar no mar, em alguma medida, é fazer com que os homens cedam espaço; não o espaço material, mas o simbólico, já que não existe disputa ao pescar. Existe uma regra de distância mínima entre os barcos, fielmente respeitada

pelas mulheres, de modo a não atrapalhar a pesca do outro. “Às vezes, a gente está num local e não está pegando lula, mas a gente não pode sair para outro local por causa dos barcos que já estão ali” (JENECCI, 2018, informação verbal). Conceição Margareth expõe essas disputas e afirma que as mulheres respeitam tanto a natureza quanto o espaço de pesca do outro grupo ou pescador. Relata o conflito que culminou na denúncia na RESEX:

Eles falaram: “você têm que sair daqui”. Xingaram, inclusive, de muita coisa. O menino disse assim: “Olha, eu vou sair porque, senão, eu vou arrumar problema”. Ele realmente se afastou e, no dia seguinte, eles foram lá denunciar como se nós fossemos invasoras do espaço deles da pesca, sendo que nós também somos pescadoras. E hoje digo, de certeza, que a maioria das mulheres tão muito mais documentadas do que os homens. Em relação a direitos, nós hoje temos muito mais do que eles. Mas a gente sempre respeitou o espaço do pescador. Porque eu também, quando eu tô no mar, que vejo uma embarcação que eu sei que está ali só pra fazer aquela pesca de momento e sair, eu também acho ruim. Reclamo. Mas reclamo porque eu sei que aquele cara não é da pesca. Ele é envolvido de turismo. Ele só tá ali pra ver a pescaria daquele dia. Ele está ali pra atrapalhar a pesca. Porque aí ele não está respeitando o local, ele não está respeitando luz. Ele chega a qualquer hora, ele joga o cabo em cima... É diferente do nosso barco que sai pra pescar. A gente sai no horário, a gente para o barco no horário, a gente respeita a luz (CONCEIÇÃO MARGARETH, 2019, informação verbal).

Ser reconhecida como pescadora é uma luta que essas mulheres travam junto aos homens e continuam a fazer os enfrentamentos, indo para o mar, e pelo trabalho na cooperativa. Elas acumulam também as funções em âmbito doméstico. Apesar de estarem saindo para o mar, persiste a desigualdade de gênero no âmbito doméstico. O homem ainda se intitula provedor, mesmo que a renda adquirida pelo trabalho da mulher supere a dele em diversas ocasiões: “Meu ex-marido... Eu dizia assim: ‘lh, tá com uma escama agarrada aqui e ali’. Ele dizia assim: ‘não tem problema, não, que é aí que tá o dinheiro’”.

Homem, provedor; mulher, complemento — ainda que o trabalho delas agregue ainda mais valor ao pescado retirado do mar/lagoa a partir do beneficiamento. As mulheres entendem a organização social patriarcal e sentem o peso disso no espaço de seus lares e no ambiente externo, de que essa organização social é inóspita para elas. Acreditamos que fazer parte de uma organização cooperativada fomentou uma consciência ainda maior nesse sentido

ao se movimentarem mais para conseguirem se impor e percebem mais as barreiras que estruturam a sociedade, além das opressões.

Observemos a fala de Cleusinha, que expressa, de forma, concisa essa organização:

As mulheres? Debulham marisco, catam lenha, separam o peixe, fileteiam, desvisceram, debulham, postejam, embalam, vendem... Isso tudo é por conta das mulheres. Eles só fazem isso: pescar. Chega lá, pia e faz assim: “você que se vire!” E eles recebem mais! [Risos]. Porque nós sempre ficamos pro sabonete, pro shampoo, que é um meio de aumentar a renda. Mas daqui [mãos] é o peixe que eles vendem pro atravessador. Por isso que o peixe é levado pra casa. Dá mais dinheiro. Porque, por exemplo, aqui, ele vai vender o peixe a quatro reais o quilo do bonito, ou sei lá... de cavalinho, ou sei lá de outro peixe. Em casa, a mulher fileteia, embala e vende a quanto? 12, 16, 20, 28 reais o quilo. Dá mais valor porque já sai beneficiado, né? E esse dinheiro fica é pra dentro de casa, né? É uma maneira de aumentar a renda familiar. Por isso, cultura, trabalho e renda [missão da cooperativa]. Você valoriza a cultura, trabalha em cima dela e a renda entra (CLEUSINHA, 2017, informação verbal).

É o trabalho feminino na cozinha, no beneficiamento e na transformação do alimento que confere ainda mais valor, aumentando o preço da venda do pescado. No entanto, esse trabalho é completamente invisibilizado, feito como uma extensão das atividades domésticas, uma “obrigação” feminina, o papel esperado das mulheres, enquanto homens são os responsáveis por esse dinheiro. Até mesmo quando as mulheres fazem a venda de mariscos, uma função tipicamente feminina em Arraial — a catação de mariscos nas pedras —, esse dinheiro não vai para as mulheres, mas para dentro de casa, porque são as mulheres que pensam no cuidado aos membros familiares. São elas que tiram dinheiro para comprar um shampoo, o sabonete, entre outros, como cita Cleusinha. O fortalecimento da cooperativa é o próprio fortalecimento dessas mulheres, conforme já dito anteriormente, majoritariamente marisqueiras: valorizar a cultura e gerar renda.

São mulheres pensando em mulheres e se impondo à cena pública para, por meio das atividades desenvolvidas, valorizarem a própria comunidade de pesca. Reconhecer isso não significa isentá-las de reproduzir o próprio machismo. Em muitas ocasiões, também há disputas entre mulheres. Percebe-se que o trabalho, por meio da cooperativa, acende uma consciência mais coletiva e de solidariedade entre as mulheres, consciência essa exercitada na busca por espaços e pela identificação das barreiras às quais estão sujeitas. É notório que reconheçam que

as mulheres fazem parte da cadeia da pesca e vivem dessa atividade tanto quanto os homens.

Exatamente. Então o que que acontece, é... A mulher já vive na pesca tanto quanto o homem, mas nunca foi aceita, né? Então nós fomos mudando. E, mediante a isso, foi que surgiu também a nossa cooperativa. “Opa, pera aí! A gente tem que mudar isso. Afinal de contas, nós gostamos de pescar, vamos quase todo santo dia. A gente tem que mudar essa visão dos homens aqui com a gente”. E hoje, não. Graças a Deus, nós temos o respeito dos homens pescadores. Eles não... Alguns ainda não olham a gente mano a mano, né? Mas daquilo, que a gente tava aqui, nós chegamos a ficar aqui com eles. Ou seja, eles também sabem que nós pescamos tanto quanto eles, porque enfrentamos o mar. Não tem tempo ruim. A gente sai a hora que eles saem. A gente sai junto. A hora que eles voltam, a gente volta junto. Entendeu? Então é mais ou menos assim... Eu falo pro meu marido assim: “Mô, vou pescar” “Vai? Que horas você vai voltar?” “Meu filho, eu tenho hora pra ir; pra voltar, nunca”. Então foram coisas que a gente foi agregando à nossa imagem de mulher. Tá? Porque nós podíamos fazer, nós queríamos fazer e começamos a cavucar o nosso espaço. Hoje, nós temos um espaço imenso, entendeu? (MARIA RAJANE, 2019, informação verbal).

Com muita imposição e atitude de resistência, elas têm obtido conquistas significativas. Ambas as cooperativas funcionam com a reconstrução da imagem que a mulher de Arraial do Cabo tinha. São mudanças lentas, mas que vem se processando e alterando a concepção de como as mulheres se veem e também de como são vistas por suas comunidades. Elas defendem o direito de as mulheres se expressarem como quiserem. As Mulheres Nativas dizem que não há problema em ser pescadora e fazer as unhas e cabelo, andar arrumada.

No mesmo dia da entrevista por grupo focal com as Mulheres Nativas, em 8 de fevereiro de 2020, pudemos realizar a gravação das mulheres indo para o mar pescar lula e sem hora pra retornar. Foram Conceição Margareth e Dora da cooperativa, com mais uma amiga. No píer, a caminho do barco que alugam, um pescador se aproxima e nos pergunta se estávamos filmando tudo ali, do trabalho no píer. Afirmamos que estávamos filmando apenas as mulheres e ele disse: “isso aqui vai lá atrapalhar nós lá. Pegando um balde desse aqui e encher lá”. Conceição Margareth responde baixinho: “começa por aqui, viu? O nosso peso. Essa bateria pesa um horror”.

Ela poderia estar falando dos equipamentos que carregavam para a pesca, mas foi nítido que falava sobre o peso que os homens depositam sobre os ombros

das mulheres, sobre o quanto suas identidades são negadas e seus direitos violados. Os direitos legais/jurídicos, conforme afirmou mais cedo, estão resguardados, mas os espaços são conquistados com ainda mais luta, que não estão dispostas a deixar passar. Trazem, na lembrança e nas ações, a vida dura de suas mães e avós e, por elas, também disputam espaços e constroem estratégias.

A educação e a transmissão dos saberes pelas mulheres continuam vivos e agora são suas filhas e netas que cuidam da comunidade. As relações de solidariedade, apreendidas com as mulheres na infância, e o próprio afeto estão presentes por meio dos trabalhos que desenvolvem. Elas não negligenciam essas dimensões. Esses valores que, por anos, segregaram as mulheres como delicadas, frágeis e caseiras, foram transmitiram às meninas, sendo reconfigurados no presente e, por isso, elas se importam mais que os homens com a defesa das tradições e da cultura, colocando-se em movimento, criando cooperativas e reinventando a cozinha.

Se antes as mulheres não se consideravam pescadoras ou não construíam suas identidades atreladas à pesca, apesar de sempre terem vivenciado a vida e construído seus modos de vida a partir dessa atividade, isso vem se alterando com o passar dos anos.

4.4.1 Identidade na pesca

Este item foi construído com base nas desigualdades de gênero porque compreendê-las é de fundamental relevância para discutir a questão da identidade. Conforme apontado no segundo capítulo, a identidade não se dá apenas como autoconstrução ou autoimagem, mas também pela forma como o outro nos enxerga. O olhar do outro e a questão da alteridade e divergência são essenciais mas, em última instância, não é o outro que pode nos definir.

No entanto, assumir-se com uma identidade ou outra também passa por processos de construção e desconstrução relativas ao gênero. O que percebemos ao analisar as entrevistas é que, apesar da consciência das mulheres de que a legislação afirma que são pescadoras todas as que vivem da cadeia da pesca e elas se enquadrarem nesse quesito, a identidade enquanto pescadora ainda está muito atrelada à saída para o mar ou lagoa, na utilização das embarcações de

pesca. Dessa forma, todas as mulheres que embarcam se intitulam pescadoras enquanto as que estão em terra, marisqueiras ou mulheres da pesca.

Nós também somos pescadoras. E hoje digo, de certeza, que a maioria das mulheres tão muito mais documentadas do que os homens. Em relação a direitos, nós hoje temos muito mais do que eles (CONCEIÇÃO MARGARETH, 2019, informação verbal).

Ah, “porque que elas tão brigando pra ser mulheres pescadoras...” E não é só o ganhar e o fazer, é reconhecer que nós também temos uma profissão e o nome dela é pescadora. Às vezes, hoje em dia, vou preencher uma ficha em algum lugar... Antes, era “do lar”, mesmo sendo uma pescadora. Hoje eu não boto “do lar” mais, eu boto “pescadora”. Aí as pessoas olham assim: “opa, pescadora”. Aí uma vez eu fui até em uma reunião lá em Macaé que tavam falando da pesca, né? Na reunião, uma das coisas, qual a dificuldade, nós falamos tudo isso, né, que nos falamos aqui... do homem com a mulher. E aí quando a gente diz que é pescadora, o homem diz assim: [CARA DE SURPRESA]. Mas por quê? Porque... sabe o que que acontece? O homem, quando você diz que é pescadora, ele visa a mulher pescadora desgredada, desdentada, molambenta, rasgada. Então, quando ele vê uma mulher com a unha feita, cabelo pronto, toda bonitinha e arrumada, eles olham assim: [CARA DE SURPRESA]. Então, é uma dificuldade realmente que, até nisso, a gente sofre, porque a pessoa, quando você diz que você é pescadora, a pessoa: “OPA! PESCADORA?!”. E te olha de cima a baixo pra te analisar. Ainda tem isso! Outras mulheres também te olham de cima a baixo. Mas por quê? (MARIA RAJANE, 2019, informação verbal).

A identidade, enquanto pescadoras, não diz respeito ao quanto se ganha, mas a uma profissão que rompe a invisibilidade a que muitas estavam submetidas no lar. Elas têm uma postura de enfrentamento e demarcação da profissão em relação aos homens. Segundo Rajane, não é possível que não sejam consideradas pescadoras, já que estão “mano a mano” com os homens pescadores, saem no mesmo horário que eles para o mar, retornam em horários similares e dominam os ciclos naturais e as condições de navegação. Mas percebe-se que é uma identidade construída mais recentemente, depois de começarem a embarcar. Até esse momento, muitas se consideravam “do lar” apesar de sempre terem participado da cadeia da pesca.

Além disso, elas impõem suas próprias características à pesca. Não existe motivo, na opinião delas, para que não sejam consideradas pescadoras. A pesca é um espaço de todos, assim como os artesanais, e também é lugar de mulher vaidosa. É tempo de a pesca se adaptar porque mulheres vaidosas também podem pescar e devem ser entendidas enquanto pescadoras.

Já Dora, da cooperativa Mulheres Nativas, diz:

É encantador [pescar]. É um mistério. Se você disser assim: “você se considera uma pescadora?”, eu vou dizer assim: “gente, eu não posso falar que me considero perto desses pescadores aqui. Aí, né... Eu ainda tenho muito o que aprender”. Uma vez, fizeram uma pergunta assim: “se você fisgar um peixe de uns 30 quilos, o que que você faz?”. Eu corto a linha e deixo o peixe ir embora. “Ué, mas você não é pescadora? Você não pesca?”. Eu digo: “Eu pesquei. Fisgar o peixe, eu fisguei. Agora, trazer o peixe... Eu não tenho força”. Aí ele ficou me olhando. Eu digo: “ué, você não pode dizer que eu não pesquei. Eu pesquei, eu fisguei”. Porque o mistério é você saber o momento que você vai fisgar o peixe. Mas, eu fisguei. Agora, força pra trazer, não tenho. Vou fazer o quê? É a realidade (DORA COSTA, 2019, informação verbal).

Ela demonstra ter uma identidade sempre em construção, que apresenta fluidez, que precisa se impor para existir e dizer, além de racionalizar os aspectos trazidos pelo olhar do outro. Ou seja, é necessário se afirmar em algumas categorizações para dizer o que é pescar e o que não é. Assim, se a ação de pesca for fisgar o peixe, dominar a natureza, saber trabalhar as cores e a luz para atrair o peixe, então ela é pescadora. Se depender de pegar peso e se isso for ser pescador/pescadora, ela estaria fora dessa categoria. Afirma que, ainda assim, é preciso aprender cada vez mais e dar crédito a quem já faz isso há tempos, a quem enfrenta o mar, seus mistérios e perigos.

Já Cleusinha se identifica como mulher da pesca. Em 2017, ela relata que é possível contar nos dedos as mulheres que realmente pescam em Arraial, o que demonstra que, novamente, a questão está atrelada àquelas que embarcam. Porém, no ano seguinte, quando voltamos a conversar, ela afirmou que entende toda a legislação e que, sim, todas as mulheres envolvidas na cadeia da pesca são pescadoras. Ser pescadora não é apenas retirar o pescado do mar, embarcar em canoas ou barcos, mas também é o próprio trabalho de beneficiamento e mariscagem. Porém, comparar esse enfrentamento com os homens pode ser ruim, do ponto de vista organizativo, da legitimidade e do trânsito que as mulheres podem adquirir na comunidade e entre os homens. Isso se explicita na fala abaixo, quando Cleusinha me apresentou ao secretário da Associação de Pescadores.

Esse aqui é secretário da Associação dos Pescadores da Prainha. A Associação dos Pescadores se formou depois da nossa cooperativa, do nosso movimento, aí eles formaram uma de pescadores. Porque nós não nos caracterizamos como pescadoras.

Nós damos o mérito pra eles (CLEUSINHA, 2017, informação verbal).

Não realizar o enfrentamento direto faz com que as mulheres da Prainha costurem redes alternativas e possam, inclusive, influenciar nas decisões da comunidade de pesca. É uma tentativa de não confronto e de trazer os homens para perto para construir a comunidade, o que se reflete numa fala anterior dela: “aqui não somos radicais. Temos 30% de homens na cooperativa”. Com isso, a própria cooperativa, que parte da iniciativa das mulheres, conseguiu influenciar na criação da Associação dos Pescadores da Prainha. O secretário da associação me disse: “Cleusinha ajuda muito a gente aí”. É um espaço de legitimidade, construído aos poucos, e que não se encerra aqui.

Conforme apontado, a questão da identidade não é só uma autoconstrução, pois passa por desconstruções, que são históricas na forma como se compreende as mulheres e os homens na cadeia da pesca. Retomemos a importância das artes do nutrir, da arte gastronômica. As mulheres em Arraial vêm transformando o espaço histórico de invisibilização feminina, como a cozinha, num espaço que pode demonstrar todo o potencial da própria pesca artesanal.

4.5 A arte de cozinhar, nutrir e transformar

Figura 18: Selminha desossa o peixe, bonito, e prepara a salga



Fonte: Arquivo da pesquisa.

A arte de cozinhar e nutrir remontam as tradições e o papel feminino, conforme pode ser evidenciado nos itens anteriores. A cozinha sempre foi um lugar desprivilegiado e tido como espaço do cotidiano, desprovido de criatividade e inventividade. Mas é nesse espaço que se misturam saberes ancestrais, criações, socializações e trocas de experiências. O espaço de transformação do alimento em comida é potência.

Neste item, retomamos o quão criativas e inventivas são as mulheres ao buscarem diversificar o alimento para fazer comida, reaproveitar os restos do dia passado e nutrir todos os membros familiares.

Foram nossos antepassados que, graças a eles, nós estamos aqui... Foi muita mamadeira de pirão, muita mamadeira de angu. É, meu filho... A gente era criado desse jeito, não tinha esse negócio... Era leite tirado na hora das vacas que tinha por aí... Como é? Das cabritas. E assim a gente vivia. Se não fosse eles... Como que eu vou deixar meus antepassados morrerem? Não tem como. Senão, não estaria aqui. Não pode deixar isso morrer. Mesmo que tenha um pra contar, aquela cultura existe (ANGÉLICA, 2017, informação verbal).

Em geral, a melhor parte do peixe era comercializada. O bucho, fígado e os “restos” eram consumidos pelas famílias, pois aproveitavam o que se tinha na alimentação. Além disso, também relataremos a confecção do prato típico de Arraial do Cabo, o mulato-velho, feito pelas mulheres da cooperativa Sol, Salga e Arte no Morro da Cabocla, na casa da Cleusinha, em novembro de 2017. Quase todos os entrevistados tinham mães salgadeiras.

Minha mãe foi salgadeira. Minha irmã... A mãe dela chegou a fazer, também. Minha outra irmã também, mas não como salgadeira efetiva. Porque aprendemos a fazer, né? Hoje, a gente continua salgando o peixe, mas salga, assim, pra gente comer... quando tem um evento, aí a gente faz. Mas aí a gente voltava da restinga... O nosso retorno era catando as frutas, né? Ai quando chega, assim, aproximava a hora do almoço, a gente chegou lá às seis da manhã... Onze horas já era tarde pra caramba. Então, onze horas, a gente já tava procurando, principalmente as crianças... Já tava procurando o lugar pra almoçar. E qual era o nosso almoço? A gente não tinha geladeira, não tinha isopor, não tinha nada. Então nós levávamos aquele pedaço de carne seca. Um pedaço farto, dependendo da quantidade de gente que fosse. Levava alguns ovos cozidos, né? (ZENILDA, 2019, informação verbal).

Como não se tinha água encanada e era necessário buscar água na cacimba, próximo à restinga, muitas das refeições, mesmo o almoço, era feito no trajeto ou mesmo à beira-mar, em um latão com brasa, em uma quase confraternização entre as famílias ou entre as famílias. A comida é repartida e é um ato de socialização, que todos rememoram com saudades. Sem geladeira e isopor, a solução era a salga do peixe para conservar, tanto que o peixe salgado se tornou o prato típico/tradicional de Arraial do Cabo e é rememorado pelas cooperativas, de maneira ressignificada, no presente — não mais com o objetivo unilateral de nutrir e socializar, mas de apresentar as próprias comunidades de pesca. Agora, o peixe salgado é um símbolo da tradição pesqueira da cidade. No entanto, a cooperativa Sol, Salga e Arte ainda busca utilizá-lo para promover os encontros e as festividades que envolvem o saborear de uma comida, como fizemos no dia em que cozinhamos o mulato-velho para que a equipe de pesquisa acompanhasse. O objetivo também é o de “resgate da cultura local”.

Porque não tinha como armazenar, pra não estragar, então fazia assim. Aí as crianças iam junto porque não tinha com quem deixar, aí ia junto [pra salga]. Porque antigamente era uma força de filharada... Era de oito pra cima, né? Não existia mãe com um filho só, dois... Era de oito pra cima. Chegava até o máximo de 15, 20 filhos. Aí, pra não ficar em casa, os mais velhos tomavam conta dos pequeninhos e os do meio ou iam pra escola ou iam atrás da mãe. Aí, pra não estragar, não tinha marmita, não tinha nada. A gente levava salgado, com a banana, e aí se alimentava. Era a banana, a farinha e o peixe. Alimentava bem. Você pode ver os touros de antigamente... (ANGÉLICA, 2017, informação verbal).

O trabalho das mulheres se acentuava muito pela quantidade de filhos que se tinha e a quantidade de bocas para alimentar. Então, as crianças, desde novas, as acompanhavam e iam ajudando nas tarefas do dia a dia. A pesca artesanal é uma atividade familiar. Zezinho, amigo da Cleusinha e convidado para o almoço do dia, em novembro de 2017, explica como faziam, na infância e adolescência, para auxiliar a família, e explicita alguns hábitos alimentares:

A gente enchia um saco com as vísceras e levava pro comércio, mas já vendia com cabeça e tudo. Aí contava pelas vísceras. Cada guelra era um peixe, porque os peixes eram mais difícil de contar. Contava 500, 600... Cada pescador pegava mais ou menos essa quantidade. E quanto mais eles limpavam os peixes, mais escalava ele, mais arrecadava. Aí tinha o pessoal que fazia isso. Tinha os meninos adolescentes que, no caso, era eu, que lavava os peixes

na praia, e tinham as mulheres que era o final, que salgava. Botava dentro do tanque, né?! Depois dali, lavava, depois retirava e salgava com sal fino, aí ia pro comércio, já tava bem uns dez dias lá na salmoura. Era muita gente que era beneficiado por isso daí ó, muitas famílias... Minha mãe, outras mulheres, eram tudo beneficiado com isso daí. Na época, eu era criança, Arraial do Cabo. A gente comer um pão de manhã era coisa rara, né, Cleusinha? Era aipim e batata doce no café. A gente comia mais era isso daí. Era uma vez na semana que a gente comia peixe. Era mais ova de tainha, que hoje é carapé. A gente comia de manhã cedo, bucho de bonito. A gente comia muito bucho de bonito (ZEZINHO, 2017, informação verbal).

Cozinhar também é a arte do nutrir e encontrar formas de garantir a reprodução da família. Historicamente, foram e ainda são as mulheres a ocuparem esse papel. Era uma alimentação nutritiva, rica em proteínas, conforme aponta Zezinho e Angélica. Era muita víscera, muito bucho, muita mamadeira de pirão e muita farinha na água do peixe. Como afirmava Giard (2013), cozinhar exige memória e mistura do passado/presente. Passemos a acompanhar a realização, então, do mulato-velho.

Neste dia da entrevista, pudemos acompanhar um pouco a proposta de turismo de base comunitária da Sol, Salga e Arte. A história de Arraial do Cabo foi contada por sua população tradicional da pesca. Acompanhamos desde a puxada de rede — na Praia da Graçainha, quando duas canoas de pesca tradicional da cidade realizaram a forcada, pesca típica de Arraial, lançando a rede e cercando os peixes para que não fujam — até a realização e degustação do prato típico.

Vivenciamos as experiências de estar presente na cozinha e acompanhar as conversas sobre os costumes e valores locais enquanto nos apresentavam as formas de montar o peixe e seus acompanhamentos.

Então, o beneficiamento antigamente era assim: abria-se o peixe como uma borboleta. Depois de retirar a cabeça, retirava-se as vísceras, dava uns talhos na espinha. Como ele disse, até uns iam com a cabeça. Aí as crianças levam para a beira do mar pra lavar. Aí as mulheres faziam o que eu vou fazer agora, depois que as crianças lavavam. Nesse caso aqui, eu vou fazer diretamente que é pra adiantar o nosso passo. Jogava sal dentro dos talhos próximos à espinha. Dentro dos talhos... as mulheres salgavam. Aí colocava um em cima do outro e ia colocando, colocando sal e colocando um em cima do outro. Aí deixava dois dias dentro do paiol. Aí ele tem um chorume. Por isso que as tinas são feitas inclinadas, para escorrer esse chorume, que é o sangue do peixe junto com a água do sal. Enquanto isso, aquela trilha que a gente mostrou da praia [trilha da Graçainha], as famílias vinham porque já tinham feito esse ato do marisco. Colhiam o marisco nas pedras. Os homens... Por isso que na nossa cooperativa é 70% mulheres e 30% homens. Os

homens mergulhavam e pegavam o marisco e as mulheres beneficiavam. Catavam lenha pra cozinhar o marisco. Então, o tradicional de Arraial do Cabo é o marisco cozido na lenha. Nós estamos fazendo aqui na lenha e depois as mulheres começam a beneficiar. Elas vão descascar o marisco (CLEUSINHA, 2017, informação verbal).

Ao passo em que vai executando todos os gestos que aprendeu com a própria mãe e com outras mulheres, Cleusinha vai contando histórias da infância e da cidade, do objetivo da cooperativa, dos sonhos de fortalecimento comunitária, entre outros. Além do peixe salgado que, por ter sido preparado no dia, não foi possível manter dois dias na salmoura. Estavam sendo feitos arroz com lula e pirão com banana da terra, como acompanhamentos do mulato-velho. Segundo Cleusinha, o mulato-velho “é peixe cozido no bafo com legumes e azeite. No caso aqui, o bonito salgado com legumes e azeite. Não tem tempero nenhum. É só o azeite que dá o complemento. Prato típico de Arraial é o pirão com banana e mulato-velho”.

Figura 19 – O mulato-velho



Fonte: Arquivo da pesquisa.

É peixe salgado com legumes [batata, cenoura] cozido no bafo. Uma camada do peixe, uma camada de legume, uma camada de peixe. Rega no azeite e abafa no fogo, só, sem tempero nenhum. É isso aqui que você tá vendo. Depois de finalizado tudo, você joga

uma salsa, coentro, uma cebolinha. Tá pronto o mulato-velho: peixe salgado com legumes. A gastronomia local (CLEUSINHA, 2017, informação verbal).

Além disso, uma panela de mariscos foi para o fogo e, em breve, começariam a ser descascados. Angélica também nos contava histórias enquanto cozinhava e nos explicou como descascar os mariscos. Precisam estar quentes. Aborda a ideia da cooperativa, de conseguir embalar os mariscos a vácuo para a comercialização. A forma de abrir e como limpar os mariscos é mais uma experiência obtida — destruí diversos mariscos que se fragmentaram ao serem abertos da forma errada.

Figura 20 – Panela de mariscos quentes



Fonte: Arquivo da pesquisa.

A gente já colhia o marisco na pedra e já cozinhava lá na hora, na lata. É porque antes não tinha panela assim, então era na lata. Era a própria água do mar, lenha e colocava pra cozinhar. Agora a gente vai descascar e colocar nesses saquinhos porque nossa intenção também é vender marisco a vácuo. A gente tem que descascar quente. Vai tirando e vai colocando e não tem nem como colocar luva. Com a casca fechada, a gente tira esse cabelinho dele, depois abre a casca e tira de lá o marisco. A gente tira todo esse cabelinho que ele vai pro mercado limpinho. Se você abre a casca e depois

tenta tirar o cabelinho, você desmancha ele (ANGÉLICA, 2017, informação verbal).

Em meio às experiências transmitidas por Angélica, Cleusinha acrescenta:

Agora nós dessalgamos o peixe e vou levar esse aqui pra gente fazer na brasa e comer com farinha, que é como as mães faziam quando iam lavar roupa na cacimba... né, Angélica? Né, Leleia? (informação verbal).

Enquanto isso, Selma limpa e desossa o peixe — Angélica explica que esse é o primeiro passo para qualquer beneficiamento, para salgar, para filetar. Angélica explica que os pedaços de ossos recém-saídos do peixe vão para a panela do pirão e que nada do peixe deve ser descartado, pois a cooperativa quer desenvolver ração de gato com os “restos”. A cabeça também é aproveitada no pirão. Depois de desossar, os peixes são lavados para retirar o sangue. Essa carne retorna para a mesa e é salgada com sal grosso. As nadadeiras que sobram também são utilizadas nas biojoias.

Esse é nosso peixe salgado. Põe pra assar igual a mãe fazia... Aí você pega o peixe, pega o peixe, passa na farinha, faz um bolinho assim, bolinho de peixe assim, ó, e fala pro filho assim: “abre a boca”. Peixe salgado com farinha! Aqui, quando a pessoa é fofoqueira, a gente chama ela de boca de farofa que, quando fala... Mamãe fazia isso quando ela ia na restinga lavar roupa. Farinha com peixe com bolinho assim dá “água na boca da gente”. Quando o peixe tava muito salgado, sabe o que que mãe fazia? A sopa d’água (CLEUSINHA, 2017, informação verbal).

Cozinhar é também a reprodução dos gestos, da tentativa de reavivar sabores e pessoas. Apesar da efemeridade da comida, se transmite por gerações. Amassam a farinha e o peixe com as mãos e lembram-se da mãe. Assim, as tradições se transmitem, na oralidade enquanto explica uma receita, mas, principalmente, nos gestos. Isso não significa que não haja reinvenção ou ressignificação de práticas culinárias; e justamente o oposto: essas ressignificações são realizadas para resistirem ao apagamento.

O mulato-velho, bem como o peixe escalado com banana — com pirão — são conhecidos por toda a comunidade de pesca em Arraial do Cabo. É uma comida que conta sobre hábitos alimentares, recursos, fartura ou escassez de uma

população. É uma comida que fala, inclusive, do ser mulher, ser criança e ser homem na cidade do Arraial.

Figura 21 – Peixe escalado com banana



Fonte: Arquivo de pesquisa.

O ato das mulheres que participam da pesca artesanal e afirmam a beleza de ser pescador, pescadora ou mulher da pesca é importante é político. Já afirmamos que se trata de defender a permanência dos antepassados no tempo para que seu legado não seja esquecido e para que a cultura cabista da pesca artesanal não se extinga. Não esquecer e fazer lembrar auxilia a pensar nas estratégias para o futuro.

Trata-se da defesa intransigente de um modo de vida: o artesanal. Essas mulheres se reinventaram, adaptaram práticas, criaram estratégias, se cooperativaram, continuam atuando em diversas frentes e lutam por mais lugar. Com valores mais amplos, de proteção ao meio ambiente e à cultura, elas têm se manifestado nos espaços e pautado questões importantes. Por meio da

gastronomia, apresentam um pouco da Arraial do Cabo em eventos, também reavivando sentimentos e pessoas por meio da socialização e das festividades que envolvem a comida. Assim, desafiam o tempo. São as guardiãs das tradições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese buscou levantar as discussões sobre o papel das mulheres nas expressões culturais — gastronômicas e do artesanato — em articulação ao modo de vida da pesca artesanal, partindo do estudo sobre imaginários enquanto criadoras de estratégias que sustentam as comunidades de pesca artesanal. Dessa forma, pelas representações sociais e o imaginário das pescadoras/mulheres da pesca de Arraial do Cabo, é perceptível que o mar/a lagoa se configuram não apenas como sustento material a partir das relações de trabalho e econômicas, como também da sustentação simbólica, por meio de imagens, tradições e identidade. Assim, as mulheres buscam superar o tempo, a morte e a efemeridade por meio da reprodução dos gestos de suas mães, seus pais, seus antepassados. Os gestos são mais persistentes no tempo que a própria oralidade.

O mapeamento das comunidades de pesca de Arraial do Cabo demonstrou que as mulheres estão envolvidas com a arte gastronômica e o artesanato, funções tipicamente ligadas aos papéis esperados ao gênero feminino. É por meio desses papéis, conforme evidenciado pelas falas e pelo trabalho da cooperativa, que elas subvertem o espaço da cozinha para trazerem mais visibilidade, não apenas para si, como para a própria comunidade de pesca. Contar suas histórias e as do município, além de lutar pela publicização, é entrar numa disputa de narrativas sobre quem tem legitimidade para falar sobre Arraial do Cabo. Para elas, está claro: confrontam, dessa forma, o turismo e a pesca industrial, e suas estratégias fortalecem essa narrativa.

Além disso, as mulheres cooperadas, principalmente as que desempenham funções de liderança — em decorrência do desenho da pesquisa, não foi possível avaliar o caráter dessas lideranças —, demonstram que as próprias cooperativas — Mulheres Nativas e Sol, Salga e Arte — surgem como ações estratégicas para a defesa do modo de vida da pesca artesanal. Ambas possuem valores mais amplos, como a preservação da restinga, do meio ambiente, da cultura cabista e da própria pesca. Assim, o cooperativismo tem propiciado a abertura de espaços frente ao próprio poder público e outros espaços, como o Conselho da Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha (RESEX) de Arraial do Cabo.

Espaço tradicional e desprezado, a cozinha tem transformado significativamente as experiências dessas mulheres como sujeitos políticos.

Existem inúmeros conflitos que se misturam a essas estratégias, como conflitos territoriais, raciais e de gênero, além de disputas sobre o território e o espaço com o turismo e a pesca industrial. Elas subvertem, em alguma medida, o lugar reservado ao gênero, ressignificando a cozinha para que as práticas tradicionais sobrevivam. Trata-se, por vezes, de ressignificar para sobreviver.

São de suma importância as simbologias que fazem parte do universo da pesca artesanal, retomando o imaginário como construção social histórica, capaz de projetar o futuro e as resistências, compreendendo as estratégias e lutas femininas. São esses valores que estruturam ações coletivas mais amplas e explicam as justificações que se constroem para contribuir com a defesa do modo de vida artesanal.

Sobre a cooperativa como uma estratégia das mulheres, existe um fator importante para a reflexão relacionado ao gênero: não é fortuito que as duas únicas cooperativas a vigorarem em Arraial do Cabo sejam presididas e tocadas por mulheres, uma na totalidade, e outra, com 70% de mulheres e 30% de homens. São seis anos de funcionamento, antes mesmo de terem CNPJ. É perceptível que, além dos objetivos amplos que alegam, as mulheres na pesca não negligenciam a dimensão do afeto e do cuidado ao fazerem política e essa alternativa constitui uma das formas de costurar “redes” alternativas de poder. Elas trazem alegria e sorriso para os espaços públicos. Na apresentação de seus produtos e delas, dependem, diversas vezes, da participação do marido e/ou companheiro nas reuniões e formações do próprio Pescarte, conforme evidenciado. Elas alegam que homens são mais imediatistas e não têm a noção de construção de longo prazo. É preciso escutar essas experiências de modo a aprender com elas, entendendo as fragilidades, mas também absorvendo um pouco das potencialidades.

Essa dimensão do cuidado e do afeto faz parte, é claro, da forma como as mulheres são criadas. Alerta para a importância de a sociedade caminhar para fornecer uma educação mais igualitária, em que homens também sejam criados para o cuidado. Esses elementos são de suma importância ao compreender as ações, trajetórias de vida e redes de articulação com a própria comunidade.

Assim, essas características não são naturais, mas construídas. Falamos de características apreendidas por meio da educação e da transmissão de saberes informais. O cuidado que repetem, por meio das ações e lembranças de seus antepassados, são transferidos e compartilhados para uma coletividade. É

interessante notar que as mulheres, ao falarem de suas histórias, se recordam de suas mães e avós em primeira instância: falam sobre como se diversificavam e davam conta de tudo para cuidar dos filhos e alimentá-los. Lembrar e dar seguimento às suas práticas é lutar pela sobrevivência da cultura artesanal.

Nesse sentido, percebe-se que a arte é um contributo do desenvolvimento individual e social dos seres, pois representa uma ruptura do cotidiano e é significativa da própria vida. Tem um potencial político de transformação da realidade humana. As mulheres tendem a repetir os gestos, conferindo sentido às tradições da pesca. É pelos gestos que passado e presente se misturam. O cheiro de uma comida é capaz de reavivar a própria infância. A forma de se misturar o peixe na farinha é trazer de volta a mãe para o preparo dos alimentos. O futuro é planejado sobre essas referências nas tradições. Assim, a arte é não só um construto da própria vida e das relações da comunidade como elemento de identidade do grupo. Algo que pôde ser evidenciado a partir das entrevistas foi conhecer e relembrar um prato típico, de ter compartilhado momentos inesquecíveis na comunidade. É reviver a forma como se sentavam à beira-mar e como se comia na infância. É rememorar um passado comum. É entoar cantigas é trazer de volta as danças, as festas e as pessoas, onde todos parecem novamente se encontrar, alegres e vivos, preparando, por exemplo, o prato típico chamado mulato-velho ou o peixe escalado com banana, conhecidos por todas as comunidades.

As lembranças, a história oral e o valor que as tradições e o imaginário adquirem para as pescadoras, ou mulheres da pesca, e pescadores, nos faz crer que a arte, desenvolvida pelas comunidades de pesca, retomada e reivindicada nas práticas e discursos, se manifesta como resistência ao modo de vida mercantilista. O modo de vida artesanal está vinculado a fazeres e saberes que estão atrelados à gestão dos recursos naturais, bem como o respeito aos ciclos da natureza, e tem uma estruturação na solidariedade comunitária.

As atividades ligadas principalmente ao artesanato — como a construção de embarcações, redes, renda de bilro, biojoias, entre outras — não têm retorno financeiro capaz de garantir a subsistência, mas continuam a existir porque perdê-las é deixar o legado morrer. Um ser sem legado é perdido de si mesmo e de suas referências. Assim, a realização dessas tarefas é encarada quase como militância em prol da sobrevivência da pesca artesanal, que não se mantém pelo dinheiro. A perpetuação se dá pela tradição oral, permanência de um gesto e experimentação

desde a infância ao mundo da pesca — a arte também se manifesta aqui. Essa educação informal é vista, pelos pescadores e pescadoras/mulheres da pesca, como algo de fundamental importância.

Delegam valores para seus saberes e entendem que sua ação tem relevância para a manutenção da Pesca. Nesse sentido, as mulheres ocupa um lugar privilegiado de guardiãs da tradição. Ainda são as principais responsáveis da educação dos filhos. Buscam retomar fazeres e saberes que envolvem esse universo, com o objetivo de reacendê-los ou mantê-los em vigor. As mulheres cooperativadas têm angariado capital social para as comunidades onde estão inseridas, além de exercerem uma atividade econômica que auxilia nas rendas familiares e faz com que elas, paulatinamente, rompam a invisibilidade do lar. Elas têm conquistado um lugar de legitimidade perante homens e mulheres no município de Arraial do Cabo. Elas vêm se estabelecendo como um sujeito político importante, “costurando” alternativas de poder.

A literatura aborda que o papel das mulheres é fundamental para manter a pesca artesanal, já que participam da cadeia da pesca e, ainda que atuem apenas no âmbito doméstico, auxiliam na reprodução dos membros familiares, pelas artes de nutrir e cuidar. O lar, cotidiano, é pensado como privatização e espaço de desprivilégios, cujas atividades são consideradas sem valor ou que não demandassem esforço e criatividade. A pesquisa demonstrou que a cozinha e que as artes do cozinhar são primordiais para o sentimento de identidade, para a potência de subverter as próprias práticas. Ainda que não se adquira visibilidade a partir desse espaço, é o lugar da inventividade, da mistura de gostos, cheiros e gestos do passado, por onde são transmitidas, também, as tradições.

As formas, as estratégias, as capacidades inventivas, os espaços que essas mulheres disputam ajudam a entender que a pesca artesanal não se sustenta apenas por ser uma atividade econômica. Por isso, imaginários, tradições e arte são tão fundamentais. Entre os entrevistados, não há ninguém que alegue não gostar da pesca e deseje realizar outra função — pelo contrário: a baixa rentabilidade tem obrigado os pescadores a diversificarem suas atividades. Porém, as tradições continuam a ser propagadas.

A ausência de políticas públicas e culturais que incentivem e valorizem as referências culturais da pesca também chama a atenção nas falas dos entrevistados. Assim, as comunidades vão resistindo, ressignificando práticas frente

ao turismo, à pesca industrial e à ausência de políticas. Ter a perspectiva de que políticas sociais são disputas nos faz crer que, à medida que a comunidade de pesca reconhece e valoriza seus bens, inova na criação de estratégias e organização para que as investidas da pesca industrial e do modo de vida mercantilista não a faça renunciar os legados de seus pais, avós, mães, insistindo em reafirmar os elementos que lhes dão coesão. Aqui, as mulheres aparecem como transmissoras de saberes, “as guardiãs das tradições” e reinventam as possibilidades de atuação a partir daquilo que lhes foi ensinado. Num cenário político, a resistência se apresenta como forma de enfrentamento e até mesmo pauta de negociações.

Assim, só é possível construir políticas mais eficazes quando se tem o conhecimento de como os atores se relacionam no seu cotidiano, quais sentidos atribuem a suas práticas e como enxergam a própria pesca artesanal. O Pescarte auxilia nessa construção de valores, como participação, cidadania, economia solidária, entre outras, dentro dos marcos do licenciamento ambiental, fortalecendo a organização comunitária.

Cumpra aqui a ressalva de que estamos vivenciando um cenário de desmonte das Políticas Ambientais e ao passo em que agradeço ao licenciamento por proporcionar projetos como os que possibilitaram os resultados desta pesquisa também tememos os rumos dessas políticas. Mais do que nunca é preciso que os atores sociais endossem as lutas na garantia de direitos. É preciso resistir e se reinventar. Essa concepção das políticas enquanto disputas demonstram que não existe ponto de chegada, mas movimento contínuo. Desde o golpe de 2016, que depôs a primeira presidenta eleita do Brasil, com alta carga de misoginia, temos um governo declaradamente de exceção aos direitos sociais, com ataques aos trabalhadores, aos servidores públicos e às populações mais vulneráveis. O fundo público está também em disputa e quem tem angariado a maior “fatia do bolo” na área ambiental são os ruralistas, latifundiários, grandes empresários, entre outros. Passamos por uma política macro que privilegia o agronegócio em detrimento dos pequenos produtores, entre esses os pescadores artesanais. Dos recursos públicos tem atendido aos setores privados e privatistas e o discurso do público como ineficiente tem vigorado com maior ênfase.

Em 22 de abril de 2020, num contexto de pandemia do coronavírus em reunião ministerial, o então ministro do Meio Ambiente alega que o momento é

oportuno para deixar “passar a boiada” sobre as terras protegidas e para enfraquecer as leis proteção ambiental, haja vista, que esse cenário de catástrofe sanitária faz com que as pessoas não voltem os olhos a esses desmontes. Somado a isso a reestruturação do IBAMA e do ICMBIO, que exonerou 21 dos 27 superintendentes do IBAMA, incluindo José Olímpio Morelli, servidor do IBAMA que havia aplicado multa ao presidente por pesca em área de conservação; reduziu em 34% o número de multas aplicadas por desmatamento ilegal; foram 11 coordenações regionais do ICMBIO fechadas, restando uma para cada região. A militarização dessas coordenações também é algo notável. Logo que toma posse, em maio de 2019, Bolsonaro assina um decreto reduzindo a composição do CONAMA, de 96 conselheiros para 23, diminuindo drasticamente a participação da sociedade civil desse importante espaço que tem por uma de suas atribuições o estabelecimento de normas para o licenciamento de atividades poluidoras.

Nesse sentido, é preciso sim denunciar as sucessivas negações de direitos e entender de que maneira isso impacta nossas vidas, as vidas dos pescadores artesanais, a vida das populações mais vulneráveis e os próprios projetos de educação ambiental crítica. Uma educação popular que incentive organização comunitária também pode estar em cheque. Mas como pensar em política é também pensar em “janelas de oportunidades” compreender o nível de reinvenção da própria vida e engrenagens de resistência, como se constroem as resistências é extremamente relevante. As mulheres estudadas têm muito a ensinar sobre isso.

Ainda assim, é preciso trazer para dentro dos projetos de educação ambiental, outros assuntos e debates, como as desigualdades de gênero, racismo e racismo ambiental. Porque além de oferecer um espaço fraterno, é preciso refletir essas questões, pois esse processo pode desconstruir comportamentos e amenizar conflitos entre os grupos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria da Conceição de. Dilemas do conhecimento. In: ALMEIDA, Maria da Conceição de. *Complexidade, saberes científicos, saberes da tradição*. São Paulo: Ed. Livraria da Física, 2010 (Coleção Contextos da Ciência). p. 69-104.

ALMEIDA, Marineide Pereira de. *Relações sociais de gênero na pesca artesanal e a organização de novos espaços produtivos*. (Tese de Doutorado). Macapá, 2013. 187 fls.

ALMEIDA, Silvio de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte (MG): letramento, 2018

ALVIM, Maria Rosilene Barbosa. “Artesanato, tradição e mudança social: um estudo *a partir da ‘arte do ouro de Juazeiro do Norte’*”. In: RIBEIRO, Berta G. et alii. *O artesão tradicional e seu papel na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: FUNARTE, Instituto Nacional do Folclore, 1983;

ANELLO, L.F.S. Os programas de Educação Ambiental no contexto das medidas compensatórias e mitigadoras no licenciamento ambiental de empreendimentos de exploração de petróleo e gás no mar do Brasil: A totalidade e a práxis como princípio e diretriz de execução. Rio Grande/RS, FURG, Programa de PósGraduação em Educação Ambiental [Thesis], 173p, 2009.

ARANTES, Antônio Augusto. *O que é cultura popular*. São Paulo: Brasiliense, 1988. (Coleção Primeiros Passos, n.36)

BARBOSA, Vera Lúcia; D’ÁVILA, Maria Inácia. Mulheres e artesanato: um ‘ofício feminino’ no povoado do Bichinho/Prados-MG. *Revista Ártemis*, v. XVII, n. 1, p. 141-152, jan. 2014. Jan-Jun. Disponível em: file:///C:/Users/rogom/Downloads/18122-Texto%20do%20artigo%20SEM%20identifica%C3%A7%C3%A3o%20da%20autoria-38025-3-10-20140804.pdf. Acesso em: 14 set. 2019.

BAUER, M; GASKELL, G. (org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes, 2010.

BEGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Trad.: Floriano de Souza Fernandes. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 1985

BEHRING, Elaine R. BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2009.

BENNET, Elizabeth. Gender, fisheries and development,. p. 451-459. *Marine Policy* 29. 2005.

BORNHEIM, Gerd. Sobre a linguagem musical. In: *Metafísica e finitude*. São Paulo: Perspectiva, 2001, p.135-146.

BOSCHETTI, Ivanete. *Avaliação de políticas, programas e projetos sociais*. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BOURDIEU, Pierre. The practice of reflexive sociology (The Paris Workshop). In: BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. *An invitation to reflexive sociology*. Chicago: The University of Chicago Press, 1992. p. 217-260.

BRAGA, Gustavo Bastos; FIÚZA, Ana Louise Carvalho e REMOALDO, Paula Cristina Almeida. O conceito de modo de vida: entre traduções, definições e discussões. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 19, no 45, mai/ago 2017, p. 370-396.

BRASIL. Constituição Federal (1988). Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Cultura Decreto nº3.3551 de agosto de 2000. Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, Brasília, DF, 4 agosto 2000.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 02 set. 1981.

CALAZANS, Roseni Santana. Marisqueira é pescadora: mulheres negras do quilombo de São Braz – Santo amaro, Bahia. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v. 9, n. 23, p. 82-108, nov. 2017.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. Povos do mar: herança sociocultural e perspectivas no Brasil. *Cienc. Cult.* São Paulo, v.62, nº. 3, p. 45-48. 2010. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252010000300018&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 Feb. 2018.

CAMPOS, André Gambier; CHAVES, José Valente. *Seguro defeso e pescadores artesanais no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

CAMPOS, Mauro Macedo; TIMÓTEO, Geraldo Márcio e ARRUDA, Ana Paula Serpa Nogueira de. A dinâmica da pesca artesanal na Bacia de Campos: organização social e práticas em economia solidária entre os pescadores artesanais, *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 116 | 2018. Disponível em : <http://journals.openedition.org/rccs/7227>. Acesso em: 2019

CANCLINI, Nestor García. (1983). *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo, São Paulo, Brasil: Brasiliense.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 12ª ed: Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2009

CASTORIADIS, C. O imaginário: a criação no domínio social-histórico. In: *As encruzilhadas do labirinto II: Os domínios do homem*. Tradução de José Oscar de

Almeida Marques, revisão de Renato Janine. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

CERTEAU, Michel de, GIARD, Luce e MAYOL, Pierre. A invenção do cotidiano: v. , Morar, Cozinhar. Petrópolis: Vozes, 12ª ed. 2013.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: v 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 20ª ed. 2013.

CORRÊA, Edson de Jesus Antunes. *O arranjo produtivo local dos construtores de barcos artesanais: fundamentos para o desenvolvimento endógeno do Baixo - Tocantins (PA)*. 2009. 125 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2009.

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 9, mar. 1979.

CRENSHAW, Kimberle. *A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero*, 2012. Disponível em: < <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf> > Acesso em 20 mar 2019

CUNHA, L. H. Saberes patrimoniais pesqueiros. *Desenvolvimento e Meio Ambiente: diálogo entre saberes e percepção ambiental*. Curitiba (PR), n.7, 2003. (publicado também em Enciclopédia Caiçara. São Paulo: Hucitec e NUPAUB-USP, 2004. v.1).

DI CIOMMO, Regina Célia. Relações de gênero, meio ambiente e a teoria da complexidade. *Estudos Feministas*. Florianópolis, 11(2): 360, jul./dez., 2003. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ref/v11n2/19130.pdf> > Acesso em 03 ago. 2018.

DIEGUES, A. C. S. *O mito moderno da natureza intocada*. 5. ed. São Paulo: Hucitec; NUPAUB, 2004.

DIEGUES, A. C. S. *Povos e Mares: leituras em sócio-anthropologia marítima*. Nupaub. São Paulo. 1995

DIEGUES, A.C. *Pescadores camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ed. Ática, 1983. Disponível em: <<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/508>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

ENCICLOPÉDIA *EINAUDI*, vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981. LEVI, Primo.

FERREIRA, Maria Aparecida Gomes; FIALHO, Ronaldo Miranda. *Nas redes de saberes e histórias*. 1 ed. Rio de Janeiro: UNA, 2013

FIGUEIREDO, Marina Morena A.; PROST, Catherine. O trabalho da mulher na cadeia produtiva da pesca artesanal. *Revista feminismos*. Vol.2, N.1 Jan- Abr. 2014 Disponível em: www.feminismos.neim.ufba.br Acesso em: 02 de Fev de 2018.

FISCHER, Ernst. *A necessidade da arte*. Tradução Leandro Konder . - 9ª ed. – Rio de Janeiro: LTC, 1987.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

GARCIA, S., & MARTINS, H. H. (2000). A sociologia como uma forma de arte, de Robert A. Nisbet. *Plural*, 7, 111-130.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 3.reimpr. Rio de Janeiro: 2008.

GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis, Vozes, 1997.

GERBER, Rose Mary. *Uma etnografia sobre pescadoras embarcadas na pesca artesanal no litoral de Santa Catarina*. Brasil. Tese [Doutorado]. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 2013.

GERRARD, S. 2000. The gender dimension of local festivals: The fishery crisis and women's and men's political actions in North Norwegian communities. *Women's Studies International Forum*, 23(3): 299– 309. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0277-5395\(00\)00088-1](https://doi.org/10.1016/S0277-5395(00)00088-1) Acesso: jun, 2019.

GODOY, Elenilton Vieira; SANTOS, Vinício de Macedo. Um olhar sobre a cultura. *Educ. rev.* [online]. 2014, vol.30, n.3, pp.15-41. ISSN 0102-4698. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982014000300002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 de novembro 2019

GUERRA, Isabel. Modos de vida: Novos percursos e novos conceitos. *Sociologia: Problemas e Práticas*, 13, 59-74, 1993

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir*. Tradução de Ana Isabel Soares. Rio de Janeiro: Contraponto e PUC-Rio, 2010.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. Estudos de Gênero no Brasil. In: *O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)*. Sociologia (Volume II). São Paulo: Sumaré/ANPOCS, 1999.

HELLEBRANDT, Luceni Medeiros. *Conflitos da pesca artesanal de tainha na colônia z3 e sua relação com as políticas públicas (Dissertação)*, Rio Grande, FURG, 2012

HOSBAWN, Eric e RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Tradução de Celina Cavalcante – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

IBGE. Censo 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em 02 de maio de 2017.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2013. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS RENOVÁVEIS - IBAMA. Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA no 001/10. Programas de Educação Ambiental: Diretrizes para a elaboração, execução e divulgação dos programas de educação ambiental desenvolvidos regionalmente, nos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Inventário Nacional de Referências Culturais*. Manual de Aplicação. Brasília: DID, 2000.

Keller, Paulo. F. O artesão e a economia do artesanato na sociedade contemporânea. *Revista de ciências sociais - política & trabalho*, V.2, nº 41, 2015, p. pp. 323-347. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/21342>. Acesso em: 5 de maio de 2019

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.) *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67 – 76.

KOURY, M. G. P. Enraizamento, pertença e ação cultural. *Revista Cronos*, v. 2, n. 1, p. 131-137, 16 fev. 2017.

LIMA, Ricardo Gomes. Artesanato em debate. *Revista Pós Ciências Sociais*, São Luís, v. 8 n. 15, 2011.

LIMA, Ricardo Gomes. Artesanato em debate: entrevista. Entrevistador: Paulo Keller. *Revista Pós Ciências Sociais*. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, v. 8, n. 15, p. 187-210, jan./jun. 2011. (PDF, 305Kb, 12 páginas).

LIMA, Ricardo Gomes. Artesanato: cinco pontos para discussão. *Palestra* feita durante o evento - Palestra Artesanato Solidário/Central Artesol, 2005. (PDF, 305Kb, 12 páginas).

LIMA, Ricardo Gomes. Artesanato e arte popular: *duas faces de uma mesma moeda?* Texto preparado, em primeira versão sob o título “Engenho e arte”, para o Programa Um Salto para o Futuro, da TVE do Rio de Janeiro.

LOUREIRO, C.F.B. Educação Ambiental no Contexto de Medidas Mitigadoras e Compensatórias de Impactos Ambientais: A Perspectiva do Licenciamento. Centro de Recursos Ambientais – CRA – BA, Série Educação Ambiental, Vol.5, 2009.

LOUREIRO, C.F.B. Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora. *Ambiente e Educação*, Rio Grande, 8: 37-54, 2003

MARANHÃO, Ricardo. Pesca artesanal, hospitalidade e Gastronomia em Ubatuba: o “azul marinho”. *X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo*. 9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul.

MARCARIAN, E. Lugar e papel das investigações da cultura nas ciências sociais e modernas. In: *O papel da cultura nas ciências sociais*. Porto Alegre: Vila Martha, 1980.

MARENDINO, R.B. e CARVALHO, J. G. da S. Mulheres pescadoras de Arraial do Cabo: imaginário, representações e gênero. In: *Emblemas*, v. 10, n. 2, 59-76, jul-dez, 2013.

MARQUES, L. A. B. *O pescador artesanal do sul*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Folclore, 1980. p.65; pp.69-70

MARSHALL, T. H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2001. Livro I. (18ª ed.).

MELLO, Carolina de Andrade. *Tipos de trabalho da mulher na pesca do Litoral do Paraná*. 194 f. (Dissertação de mestrado), Pontal do Paraná, 2012.

MELO, M.F.M. de; LIMA, D.E.S.; STADTLER, H.H.C. O Trabalho das pescadoras artesanais: "Coisa de mulher". In: *Congresso Brasileiro de economia Doméstica XX*. Fortaleza - CE, 2009, p. 1-11. Disponível em: http://www.xxcbcd.ufc.br/arqs/gt1/gt1_36.pdf. Acesso em 02 de fevereiro de 2018.

MELO, Maria José Batista Bezerra de. *As Relações de Gênero no Trabalho e na Organização Social e Política das Mulheres Marisqueiras da Ribeira na Paraíba, Florianópolis, SC*. (Tese Doutorado), 2015.

MILLS, C. W. *Sobre o Artesanato Intelectual e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MOTTA-MAUÉS, M.A. Pesca De Homem/Peixe De Mulher (?): Repensando Gênero Na Literatura Acadêmica Sobre Comunidades Pesqueiras No Brasil. *Etnográfica*, v. 3, n. 2, 1999, pp. 377-399. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_03/N2/Vol_iii_N2_377-400_.pdf. Acesso em 15 de outubro de 2017.

NASCIMENTO, Giovane do, CHAVES, Clara Mara, RIBEIRO, Natália Soares e HELENA, Lourença. Da rede à mesa, da madeira ao barco, da pesca ao ser (p.50-59). In: TIMÓTEO, Geraldo Márcio. *Pescarte: arte e vida, trabalho e poesia*. 1 ed, Cmpos dos Goytacazes, RJ: EDUENF, 2019

NISBET, Robert A. A sociologia como uma forma de arte. In: GARCIA, S. G.; MARTINS, H. H. T. de S. *Plural - Revista de Ciências Sociais, [S. l.]*, v. 7, p. 111-130, 2000.. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/75487>. Acesso em: 15 dez. 2019.

PALHETA, Marllen Karine da Silva. *Participação e conhecimentos femininos na inserção de novas espécies de pescado no mercado e na dieta alimentar dos pescadores da RESEX Mãe Grande em Curuçá-PA*. 2013. 117 f. Mestrado em Ecologia Aquática e Pesca, Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Biológicas, Belém, 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2CQKdhA>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. O peso do trabalho leve. In: *Revista Ciência Hoje*, nº28. Rio de Janeiro: SBPC, 1987.

POLANYI, Karl. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012

POTT, Crisla Maciel and ESTRELA, Carina Costa. Histórico ambiental: desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento. *Estud. av.* [online]. 2017, vol.31, n.89, pp.271-283. ISSN 0103-4014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890021>. Acesso em: 01 de jul, 2018

PUTNAM, Robert. The prosperous community: social capital and public life. *The American Prospect*, (13), Spring 1993. Disponível em: <http://epn.org/prospect/13/13putn.html>.)

QUINTAS, J. S.. Introdução à gestão ambiental pública. Brasília: IBAMA, 2006. Loureiro (2003)

RAGO, Margareth. O corpo exótico da diferença. *Revista Eletrônica Labrys*, Estudos Feministas, Jan./Jun. de 2008, online.

ROSA, Ma Clara da, ANELLO, Lúcia de Fátima Socoowski de, e PEREIRA, Maria Odete da. Educação ambiental no processo de gestão ambiental: algumas reflexões e possibilidades. *Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, V. 04, ed. especial, nov., 2018, artigo nº 996

RÜDE, Carolina e VIANNA, Marcerlo. Pescadores do Sul da Bahia: preservando saberes e fazeres tradicionais. In: *Conhecendo os Recifes Brasileiros: Rede de Pesquisas Coral Vivo* / Editores: Carla Zilberberg et al. Rio de Janeiro: Museu Nacional, UFRJ, 2016

SANTOS, Valdir Júnio dos e TIMÓTEO, Geraldo Márcio. Trabalho e relações de gênero na cadeia produtiva da pesca artesanal na Bacia de Campos (p.333-350). In: *Mulheres na atividade pesqueira no Brasil* [recurso eletrônico]. Organização de Silvia Alicia Martínez e Luceni Hellebrandt. Campos dos Goytacazes, RJ : EDUENF, 2019

SCOTT, Joan W. Gênero: *Uma Categoria Útil para a Análise Histórica*. Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1989

SENNETT, Richard. *O Artífice*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2012.

SETTI, K. *Ubatuda nos cantos das praias*. São Paulo: Ática, pp.243-261.1985.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação*, 2002, n.20. p. 60-70.

SILVA, A.F. (2010) – A Pesca artesanal como arte e como significado cultural: o caso potiguar. *ACTA Geográfica*, v. 4(8):58-65.

SILVA, A.F. (2010) – A Pesca artesanal como arte e como significado cultural: o caso potiguar. *ACTA Geográfica*, 4(8):58-65.

SILVA, Luiz Geraldo Santos da. Caiçaras e jangadeiros: Cultura marítima e modernização no Brasil. Coord. Antônio Carlos S. Diegues. São Paulo:CEMAR/Universidade de São Paulo, 1993.

SOUZA, Suelen Ribeiro de, RIBEIRO, Natália Soares e MARTINEZ, Silvia Alicia. Mulheres em comunidades pesqueiras no Brasil: um balanço da produção em teses e dissertações (2007-2017) (p.21-50) In: Mulheres na atividade pesqueira no Brasil [recurso eletrônico]. Organização de Silvia Alicia Martínez e Luceni Hellebrandt. Campos dos Goytacazes, RJ : EDUENF, 2019

SORJ, Bila e HEILBORN, Maria Luiza. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, Sérgio (org.) *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*, ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221

STOPILHA, Ana Lícia de Santana. *Saberes e práticas das marisqueiras da comunidade de Mangue Seco: uma investigação sobre mariscagem em Valença*. 2015. 290 f. Doutorado, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Programa de Doutorado Multi-Institucional e Multidisciplinar BA, 2015.

TAVOLARO, Sergio B. F. Para além de uma "cidadania à brasileira": *uma consideração crítica da produção sociológica nacional*. Sociologia. Política.[online]. 2009, vol.17, n.32: 95-120 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782009000100007> Acesso em: 14.Jun.2018

THEIS, Rafaella. Marisqueiras da Bacia de Campos – relações de gênero e o trabalho da mulher na pesca artesanal no Rio de Janeiro (Dissertação), UENF, Campos dos Goytacazes, 2018.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna*. Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2009.

VARGAS, D. L. Tecendo tradição: *artesanato e mercado simbólico em uma comunidade rural do pampa gaúcho*. 2016. Tese (Doutorado) – UFSM, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Santa Maria, 2016.

WOORTMANN, Ellen. A comida como linguagem. In: *Habitus*, Goiânia, v. 11, n.1, p. 5-17, jan/jun. 2013.

WOORTMANN, Ellen. F. Da complementariedade à dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades 'pesqueiras' do Nordeste. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 7, n.18, p.41-60, fev. 1992.

WOORTMANN, K. Quente, frio e reimoso: alimentos, corpo humano e pessoas. In: *Caderno Espaço Feminino*, v.19, n.01, Jan./Jul. 2008.

WOORTMANN, Klaas. 1986. A Comida, a Família e a Construção do Gênero Feminino. *Dados*, Vol. 29, N2 1:103; 130.

APÊNDICE

Fichas catalográficas

**PESCARTE
SABERES E FAZERES DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS
ARRAIAL DO CABO E CABO FRIO**

**FICHA TERRITÓRIO (1)
(Comunidade pesqueira)**

- 1- Mapa do território

- 2- Denominação do território

- 3- Outras referências de localização

- 4- Descrição (físico, como se descreve o local)

- 5- História (lendas, manifestações culturais, cantigas, narrativas, oficiais e não oficiais)

- 6- Dados socioeconômicos (censo pescarte)

PESCARTE
SABERES E FAZERES DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS
ARRAIAL DO CABO E CABO FRIO

Saberes e fazeres (1)

1- Identificação:

2- Nome (artesanato, gastronomia, sonoridades, materialidades e imaterialidades):

3- Imagem

4- O que é ?

5- Onde está ?

6- Períodos importantes

7- História

8- Significados

Saberes e fazeres (3.1)
Fazeres – (Gastronomia e artesanato- materialidades)

- 1- Nome (referência da ficha de identificação)

- 2- Pessoas envolvidas

- 3- Materiais, ferramentas utilizadas e objetos importantes

- 4- Produtos e suas principais características

- 5- Estrutura e recursos necessários

- 6- Modos de fazer ou técnicas (Etapas)

- 7- Finalidade (Meio de vida ou inspiração artística; retorno que tem com o produto – custos e retorno financeiro, caso tenha)

- 8- Avaliação (Indicar principais aspectos para que o saber continue sendo uma referência cultural e quais podem interferir para seu desaparecimento/ Quais as políticas culturais voltadas para o incentivo desta atividade? Existem?)

Saberes e fazeres (3.2)
Saberes envolvendo formas de expressões (imaterialidades)

- 1- Nome (referência da ficha de identificação)
- 2- Pessoas envolvidas
- 3- Materiais, ferramentas utilizadas e objetos importantes
- 4- Produtos e suas principais características
- 5- Estrutura e recursos necessários (roupas acessórios)
- 6- Modos de fazer ou técnicas (Etapas)
- 7- Expressões corporais
- 8- Expressões orais
- 9- Rituais (preparação espiritual)
- 10-Finalidade (Meio de vida ou inspiração artística; retorno que tem com o produto – custos e retorno financeiro, caso tenha)
- 11-Avaliação (Indicar principais aspectos para que o saber continue sendo uma referência cultural e quais podem interferir para seu desaparecimento/ Quais as políticas culturais voltadas para o incentivo desta atividade? Existem?))